



PREFÁCIO DE
SOLANO PORTELA

LEI & LIBERDADE

R. J. RUSHDOONY

Lei & Liberdade

R. J. Rushdoony

Tradução de Fabrício Tavares de Moraes

Copyright © 1984, 2009 de Mark R. Rushdoony
Publicado originalmente em inglês sob o título

Law and Liberty pela Ross House Books,
PO Box 158, Vallecito, CA, 95251, EUA.



Todos os direitos em língua portuguesa reservados por
EDITORA MONERGISMO
SCRN 712/713, Bloco B, Loja 28 — Ed. Francisco Morato Brasília, DF, Brasil — CEP 70.760-620

www.editoramonergismo.com.br



1ª edição, 2020
Tradução: Fabrício Tavares de Moraes
Revisão: Felipe Sabino de Araújo Neto

Sumário

Prefácio à edição brasileira

Prefácio

1. Podemos legislar a moralidade?

2. A santidade da vida

3. Liberdade: limitada ou ilimitada?

4. A política da pornografia

5. Lei e natureza

6. A lei e o futuro

7. Lei e autoridade

8. Lei e caos

9. Lei e evolução

10. Lei e alquimia

11. Lei e liberdade acadêmica

12. Lei e magia

13. Lei e governo

14. Lei e propriedade

15. A família e a propriedade

16. A família e a herança

17. As funções da família

18. Os fundamentos da família

19. Justiça e common law

20. Terras sem justiça

21. A morte de Deus e a lei

22. O direito marxista

23. O absurdo da parentalidade hoje

24. Costumes e moralidade

25. O aniversário do comunismo

26. Nepotismo e o direito

27. A fuga em relação à vida

28. A fuga em relação ao conhecimento

29. Socialismo como guerra civil perpétua

30. Política e educação

31. Planejamento para a escassez

32. A pulsão de morte

Prefácio à edição brasileira

No final da década de 1960, eu era um ousado e, muito provavelmente, um importuno estudante universitário. Completava minha graduação em Matemática Aplicada em uma faculdade evangélica, nos Estados Unidos e, do alto dos meus longos 20 anos, decidi escrever a alguns autores que estavam sendo instrumentais na formação das minhas convicções teológicas. Dentre esses, um, Loraine Boettner, me respondeu. Recebi dele uma simpática cartinha, encaminhando uma coleção dos seus cinco livros: *A doutrina reformada da predestinação*, *Imortalidade*, *Catolicismo Romano*, *O milênio* e *Estudos em Teologia*. Li e apreciei esse tesouro durante os anos seguintes, tanto na formação adicional, em Teologia, como nas ocasiões de compartilhar a Palavra de Deus que aprouve ao Senhor conceder para o meu ministério, em paralelo ao “fazer tendas” para criar uma família.

Talvez encorajado por essas investidas, já envolvido com o meu mestrado em Teologia, escrevi ao Rousas Rushdoony, de quem já havia lido alguns livros e apreciava, especialmente, *The Institutes of Biblical Law* [Os Institutos da Lei Bíblica], trazendo várias intuições na compreensão dos estatutos divinos, especialmente os Dez Mandamentos. Em 16 de fevereiro de 1971, recebi uma carta em que ele informava de minha inclusão em sua lista de assinantes do periódico mensal *Chalcedon Report*, cujo propósito, em suas palavras, era o de “fomentar a pesquisa e erudição cristãs”.

Em outubro de 1974, eu já estava de volta ao Brasil, depois de residir 7 anos nos Estados Unidos. Embalava o sonho de contribuir para o aumento (quase implantação) de boa literatura reformada no Brasil e tinha até trazido em minha bagagem despachada pelo navio, uma impressora offset usada A. B. Dick, que me havia sido doada. A ideia era começar com uma revista e progredir para impressão de livros, por meio de uma casa editorial que tinha apenas o nome e um logotipo — *Providência*. Esse sonho só seria cumprido anos depois, de forma vicária, pelos missionários Richard Denham (Editora FIEL), Bill Barkley (PES – Publicações Evangélicas Seleccionadas) e em décadas mais recentes, pelo Felipe Sabino,

com sua Editora Monergismo. Além disso, a Casa Editora Presbiteriana trilharia caminhos teologicamente saudáveis, sob a competente e abençoada direção editorial do Cláudio Marra. Vários fatores impediram que me envolvesse nessa área de tradução, composição e impressão, ainda que, indiretamente, procurei contribuir com aqueles que Deus havia motivado e dado condições à concretização da ampliação dos livros teológicos reformados em português, que hoje abundam em nosso país. Nessa área, dediquei-me à docência, às palestras, sermões e à escrita.

Naquela ocasião, em 1974, abordei Rushdoony e pedi autorização para tradução e publicação, na futura e almejada revista, de capítulos do livro *Law and Liberty* [Lei e liberdade]. Ele respondeu de forma graciosa e gentil: “Essa carta formaliza a permissão para traduzir e publicar os ensaios dos livros *Bread Upon the Waters* e *Law and Liberty*”, na revista planejada. Ele pedia apenas que fosse dado crédito à fonte e que lhe enviasse duas cópias de cada publicação. Como um bônus, ele me deu dois conselhos: (1) Enfatize o dízimo — é a forma de Deus de prover o sustento de sua obra; (2) evite dívidas e não deva nada a ninguém, a não ser o amor que devemos uns aos outros. Tome emprestado apenas em emergências; exceção que se aplicaria também a ativos, como equipamentos para a obra, ou para uma residência. Deu o exemplo do seu ministério, que havia traçado o limite máximo para tais necessidades em seis anos.

Relato essas raízes históricas, desses breves contatos de Rushdoony com um brasileiro e com o Brasil, para expressar a satisfação em ver a Editora Monergismo “pegar o bastão”, nesta abençoada corrida no Reino de Deus, e trazer aos evangélicos essa joia que é o livro *Lei e liberdade*, renovando, com o ministério Chalcedon, hoje mantido pelo filho, a autorização para essas traduções e publicações. Rushdoony foi um grande servo de Deus, que contribuiu com muita seriedade para que as Escrituras fossem vividas e levadas a sério pela igreja visível. Ele encerrou a carta dizendo: “mantenha contato” e indicou que estaria orando por nós. Faleceu em 8 de fevereiro de 2001, e está nos braços do Pai.

Relacionar a lei com a liberdade preenche uma profunda necessidade, à postura do povo de Deus, que vive em um mundo tenebroso. Costuma-se colocar esses dois conceitos em pontos antípodas, como se fossem caminhos divergentes, mas a lei verdadeira é fonte de liberdade, não de escravidão.

O salmo 119, logo em seu primeiro verso, registra: “Bem-aventurado (ou felizes) os irrepreensíveis no seu caminho, que andam na Lei do Senhor”. No v. 34, temos: “Dá-me entendimento, e guardarei a tua lei; de todo o coração a cumprirei”. O verso 44 diz: “Assim, observarei de contínuo a tua lei, para todo o sempre”. O tema de todo esse maravilhoso salmo é exatamente a lei de Deus. Em João (5.3), Cristo ensina: “Porque este é o amor de Deus: que guardemos os seus mandamentos; ora, os seus mandamentos não são penosos”.

Mas não é essa a compreensão do que o mundo e os descrentes têm da lei. A palavra da vez, em muitos círculos, principalmente no educacional, é *autonomia*. O famoso educador Paulo Freire escreveu: Ensino é “uma missão que exige comprovados saberes no seu processo dinâmico de *promoção da autonomia* do ser de todos os educandos”.^[1] Ora, *autonomia* significa “*lei própria*”. O conceito implica em subjetividade de normas, ausência de princípios universais, “descolamento” da lei. Esse tem sido o entendimento defendido por vários pedagogos, que têm em comum uma rejeição da lei. Em razão disso, essa compreensão de autonomia implica: Rejeição de princípios: “A intervenção educativa deve estar centrada na passagem da *moral heteronômica* para a *moral autônoma*. Para que esse objetivo seja atingido deve-se proporcionar experiências que favoreçam o abandono da moral autoritária e convidem a valorizar e a adotar a moral de respeito mútuo e da autonomia”.^[2]

Adoção de um objetivo equivocado da educação, tendo na autonomia o último nível a ser atingido: “No último nível, ou nível autônomo, *o indivíduo atua de acordo com seu pensamento* e estabelece juízos em relação aos modelos estabelecidos”^[3]

Um errôneo equacionamento de autonomia, com liberdade, em vez de considerar que a lei é fonte de liberdade. Assim, afirmam: “*Se quisermos ser livres, ninguém deve poder dizer-nos o que devemos pensar*” (Castoriadis: 1922-1997).^[4]

Consideração dela como o único caminho na direção do sucesso. “*Por tudo isso a autonomia tornou-se condição de sobrevivência para os indivíduos na sociedade pós-tradicional. Somente um indivíduo autônomo terá sucesso nas esferas econômica, psicológica, sócio-cultural e/ou política, pois é um indivíduo que interroga, reflete e delibera com liberdade e responsabilidade*”.^[5]

Uma outra abordagem à questão da lei seria a *anomia*. Essa não deveria sequer ter lugar ou consideração no coração dos cristãos, pois representa a *negação da existência de quaisquer regras*, princípios ou normas. Substitui a lei objetiva por sentimentos voláteis, volúveis, frágeis, mutantes — como sendo âncoras de direcionamento dos nossos comportamentos (um exemplo desse entendimento é a *ética situacionista* de

Joseph Fletcher,^[9] em que o “amor” é a única norma intangível e subjetiva a ser observada).

A palavra de Deus nos ensina diferentemente. Nela encontramos, sim, *heteronomia* — o *oposto* de autonomia. Regras e princípios externos; uma lei que emana do Deus sábio e todo-poderoso.

Em Deuteronômio 4.16, temos palavras de Moisés ao Povo de Deus. A bem da verdade, todo o livro de Deuteronômio é uma coletânea de discursos de Moisés instruindo o povo de Deus. Não nos esqueçamos que aquela geração que entrava na terra prometida precisava ser lembrada dos feitos, maravilhas e ensinamentos de Deus, pois seus pais, que haviam passado pela gloriosa experiência do resgate do Egito, pereceram durante a peregrinação, no deserto. Moisés ensina ao povo que a dádiva de uma *lei externa*, procedente de Deus, é uma grande bênção. Ele ensina os benefícios da subordinação à lei de Deus. Não é autonomia que significa liberdade; antes, a autonomia em relação a Deus é caracterizada pela escravidão ao pecado. Liberdade real vem como consequência do enquadramento nos propósitos de Deus, da observância à heteronômica lei de Deus.

Se nos “descolamos” da lei e dos princípios de Deus, sofremos as consequências nesta vida — neste mundo que foi formado por ele, e que está permeado por sua lei e por seus princípios. Se obedecemos a princípios e valores eternos, usufruiremos as bênçãos e os benefícios gerados pela obediência. As normas não procedem de nós próprios, do nosso íntimo; mas aquelas a serem observadas, universais, procedem de Deus, de fora de nós, são heteronômicas! Essa é a posição defendida pelo livro. Esse é o conceito que aprendemos na Palavra de Deus. Que a leitura dessas páginas adiante sirva para sua edificação e aumente sua apreciação e gratidão pela lei de Deus.

— **Solano Portela**

Autor de *A lei de Deus hoje*

Prefácio

Estes ensaios foram apresentados primeiramente como uma série de rádio ministrada em 1966 e 1967, difundidas por várias estações de uma costa a outra na América. Seria um equívoco dizer que eles tiveram uma grande recepção popular, mas, em todas as áreas (com exceção de uma), a resposta foi surpreendentemente boa. Esses ensaios foram escritos não para radiodifusão, mas para publicação, como uma declaração sumariada de certos conceitos de lei e liberdade.

Em grande medida, sua difusão radiofônica foi possível pelo apoio do Sr. Paul R. Hackstedde, de Arcádia, Califórnia, e sua publicação pelo patrocínio do Sr. Frederick Vreeland, de Parsippany, Nova Jérsei. A Sra. Arlene Gollnick, de Orland, Califórnia, datilografou o manuscrito. A Sra. Grayce Flanagan mimeografou cópias de todas essas palestras radiofônicas para circulação. A Sra. Fluerette Edwards corrigiu as provas, juntamente com minha esposa Dorothy Rushdoony. Sou muito grato a eles pela ajuda e por seu interesse por nossa causa comum.

— **Rousas John Rushdoony**

1. Podemos legislar a moralidade?

Afirma-se com bastante frequência que não podemos legislar a moralidade. Dizem-nos que é inútil e mesmo equivocado decretar certos tipos de legislação, porque implicam a tentativa de moralizar as pessoas pela lei, e isto, insiste-se, é uma impossibilidade. Sempre que grupos diversos tentam efetuar reformas, eles deparam-se com estas palavras: “Você não pode legislar a moralidade”.

Ora, deve-se admitir que há certa medida de verdade nessa declaração. Se as pessoas pudessem tornar-se morais por meio da lei, seria fácil para um quadro de supervisores ou para o Congresso passar leis que tornariam todos os americanos indivíduos moralizados. Seria a salvação por intermédio da lei. Os homens e nações muitas vezes recorreram à salvação pela lei, mas a única consequência foi problemas ainda maiores e caos social.

Podemos concordar, portanto, que pessoas não podem ser *salvas* pela lei. Mas uma coisa é tentar *salvá-las* mediante a lei; outra, ter uma legislação moral, isto é, leis relacionadas à moralidade. A declaração: “Você não pode legislar a moralidade” é uma meia-verdade perigosa e, por vezes, uma mentira, já que *toda* legislação está relacionada à moralidade. Toda lei em estatutos de cada governo civil é ou um exemplo de moralidade promulgada ou está em processo de sê-lo.

Nossas leis são todas *leis morais*, pois representam um sistema de moralidade. Leis contra homicídio culposo e assassinato são leis morais; ecoam o mandamento: “Não matarás”. Leis contra roubo são mandamentos para que não se furete. Leis contra calúnia e difamação, assim como leis contra o perjúrio, decretam uma exigência moral: “Não darás falso testemunho”. Leis de compra e venda são também leis morais: seu propósito é proteger a vida e a propriedade; mais uma vez, refletem o Decálogo. Leis relacionadas a procedimentos policiais e judiciais também têm um propósito moral: promover justiça e proteger a lei e ordem. Todas as leis nas constituições dizem respeito à moralidade ou a procedimentos para a implementação da lei, e toda lei está relacionada à moralidade. Podemos discordar da moralidade de uma lei, mas não podemos negar sua

preocupação moral. A lei está interessada no certo e errado; pune e restringe o mal e protege o bem — e é justamente a isso que a moralidade diz respeito. É impossível ter lei sem que, por trás dela, haja moralidade, visto que toda lei é simplesmente uma moralidade promulgada.

Há, contudo, diferentes tipos de moralidade. A moralidade bíblica, por exemplo, é uma coisa; as moralidades budista, hindu e muçulmana são sistemas radicalmente diferentes. Certas leis morais proíbem o consumo de carnes, tomando-o como pecaminoso, como se dá no caso do hinduísmo; e outras declaram que o assassinio de descrente pode ser uma virtude, como na moralidade muçulmana. Para a moralidade de Platão, alguns atos de perversão eram formas nobres de amor, ao passo que, para a Bíblia, esses mesmos atos eram passíveis de ser punidos com a pena capital.

O ponto central é este: toda lei é moralidade promulgada e pressupõe um sistema moral, uma lei moral, e toda moralidade pressupõe uma religião como seu fundamento. A lei assenta-se sobre a moralidade, e a moralidade, na religião. Não importa a época ou o lugar: quando se enfraquece os fundamentos religiosos de um país ou povo, também a moralidade é enfraquecida, esboroando-se assim os alicerces de sua lei. O resultado é o colapso progressivo da lei e ordem, bem como a ruína da sociedade.

É isso que de fato experienciamos hoje. A lei e ordem estão deteriorando, já que os fundamentos religiosos — os fundamentos bíblicos — estão sendo negados pelas cortes e pelas pessoas. Nosso sistema legislativo americano assentou-se sobre um alicerce bíblico da lei, sobre a moralidade bíblica, que atualmente negamos em prol de uma moralidade humanista. Desde a época colonial até ao presente, a lei americana representou a fé e moralidade bíblicas. Sendo então bíblicas, nossas leis não tentaram *salvar* os homens pela lei, mas buscaram estabelecer e manter esse sistema de lei e ordem que é mais propício a uma sociedade piedosa.

Ora, nossas leis, cortes e legisladores cada vez mais humanistas nos apresentam uma nova moralidade. Eles nos dizem, enquanto derrubam leis que se assentam sobre os alicerces bíblicos, que não se pode legislar a moralidade; porém, o que oferecem não é somente a moralidade legislada, mas *a salvação pela lei*, algo inaceitável para qualquer cristão. Para onde quer que olhemos agora, seja no âmbito do combate à pobreza, da educação, direitos civis, direitos humanos, paz e tudo mais, vemos leis passadas que foram planejadas para *salvar* o homem. Supostamente, essas

leis nos oferecerão uma sociedade livre de preconceitos, ignorância, doença, pobreza, crime, guerra e todas as demais coisas consideradas malignas. Esses programas legislativos resumem-se a uma só coisa: *salvação* pela lei.

Isso nos leva à diferença crucial entre a lei bíblica e a lei humanista. As leis fundamentadas na Bíblia não intentam salvar o homem ou inaugurar um admirável novo mundo, uma grande sociedade, a paz mundial, um mundo livre da pobreza, ou qualquer outro ideal afim. Antes, o propósito da lei bíblica, e de todas as leis fundamentadas na fé bíblica, é punir e restringir o mal, proteger a vida e a propriedade, prover justiça para todas as pessoas. *Não* é propósito do Estado e sua lei mudar ou reformar os homens: esta é uma questão espiritual e uma tarefa para a religião. Os homens podem ser mudados apenas pela graça de Deus mediante o ministério de sua Palavra. Os seres humanos não podem ser transformados pela legislação estatista; não se pode legislá-lo até que assuma um novo caráter. A vontade ou coração malignos de um homem pode ser restringida pela lei, na medida em que um indivíduo pode temer as consequências da desobediência. Todos nós diminuimos a velocidade do carro na rodovia, quando avistamos uma viatura de polícia, e sempre atentamos aos limites de velocidade. As realidades da lei e de sua aplicação estrita são restrições às inclinações pecaminosas do homem. No entanto, embora o indivíduo possa ser *restringido* pela lei e ordem estritas, ele não pode ser *transformado* pela lei; esta não pode salvá-lo. O homem só pode ser salvo pela graça de Deus por meio de Jesus Cristo.

Ora, a lei humanista tem um propósito diferente. Ela visa salvar o homem e refazer a sociedade. Para o humanismo, a salvação é um ato do Estado. É o governo civil que regenera o homem e sociedade e traz o paraíso à terra. Como resultado, para o humanista, a ação social é tudo. O ser humano deve trabalhar para passar o conjunto certo de leis, porque sua salvação depende disso. Qualquer um que se oponha ao humanista em seu plano de salvação pela lei — a salvação pelos atos do governo civil — é, por definição, um homem mau conspirando contra o bem da sociedade. A maioria dos homens no poder hoje é intensamente moral e religiosa, profundamente preocupados em salvar as pessoas mediante a lei. Da perspectiva bíblica — da perspectiva cristã — seu programa é imoral e ímpio, mas esses

indivíduos são, a partir de seu ponto de vista humanista, não apenas homens de grande dedicação, mas também de sincera moralidade e fé humanista.

Por conseguinte, nosso problema essencial hoje em dia é que temos duas religiões em conflito, o humanismo e o cristianismo, cada uma das quais com sua própria moralidade e leis para esta. Portanto, quando o humanista nos diz que “não podemos legislar a moralidade”, o que ele realmente quer dizer é que não devemos legislar a moralidade bíblica, já que ele deseja que a moralidade humanista o seja. A Bíblia é religiosamente impedida nas escolas, pois estas já têm outra religião estabelecida, o humanismo. As cortes não reconhecerão o cristianismo como o fundamento da *common law* da vida americana e do governo civil, uma vez que elas já estabeleceram o humanismo como o fundamento religioso da vida americana. Pois o humanismo é uma religião, mesmo que não creia em Deus. Ora, não é necessário que uma religião, para sê-lo de fato, creia em Deus; na verdade, grande parte das religiões no mundo são essencialmente humanistas e antiteístas.

A nova América que vem tomando forma em nosso derredor é bastante religiosa; no entanto, sua religião não é o cristianismo, mas o humanismo. É uma América com uma mentalidade bastante moral; sua ética, porém, é a nova moralidade, que, para o cristianismo, é simplesmente o velho pecado. Essa nova América, revolucionária e humanista, apresenta também uma mentalidade missionária. O humanismo crê na salvação pelas obras da lei, e, por conseguinte, tentamos, como uma nação, salvar o mundo pela lei. Mediante imensas apropriações de dinheiro e diligente labor, estamos tentando salvar todas nações e etnias, salvar todos os homens de todos os problemas, na esperança de criar um paraíso na terra. Tentamos trazer paz à terra e boa vontade entre os homens por intermédio de atos do Estado e obras de lei, não por Jesus Cristo. Mas São Paulo escreveu, em Gálatas 2.16: Sabendo, contudo, que o homem não é justificado por obras da lei, e sim mediante a fé em Cristo Jesus, também temos crido em Cristo Jesus, para que fôssemos justificados pela fé em Cristo e não por obras da lei, pois, por obras da lei, ninguém será justificado.

A lei é boa, apropriada e essencial em seu lugar, porém não pode salvar indivíduos, nem recriar o homem e a sociedade. A função básica da lei é *restringir* (Romanos 13.1-4), não regenerar; quando essa função de restringir o mal é substituída pela de regeneração e reforma do homem e da sociedade, então a própria lei começa a derruir-se, porque afinal colocou-se

sobre ela um fardo insuportável. Hoje em dia, visto que se espera muito da lei, obtemos dela cada vez menos, pois é utilizada inapropriadamente. Somente quando retornarmos a um fundamento bíblico para a lei veremos de novo um retorno à justiça e ordem sob a lei. “Se o S_{ENHOR} não edificar a casa, em vão trabalham os que a edificam” (Sl 127.1).

2. A santidade da vida

O Dr. Albert Schweitzer foi um dos pensadores mais proeminentes deste século, bem como famoso humanista. Pelas suas próprias afirmações, Schweitzer era religiosamente não um cristão mas um humanitário. Seu princípio religioso essencial não era Jesus Cristo, mas a *reverência pela vida*. Para Schweitzer, a reverência pela vida significava que todas formas de vida são igualmente sagradas e santas, devendo pois ser igualmente reverenciadas. A vida do homem e a vida do verme ou de um mosquito, a vida de um santo e a vida do criminoso mais depravado são igualmente sagradas e dignas de reverência. Qualquer morte, mesmo de plantas e animais para se comer, é um ato culposo de assassinato, de maneira que o homem vive pela culpa, somente. Não pode haver discriminação moral entre homens ou entre seres vivos, visto que todos representam igualmente a *vida*, e toda vida é sagrada e santa. Em graus variados, essa crença é generalizada em nossos tempos. Muitos afirmam que a pena capital é assassinato, um crime contra a vida, assim como todo conflito bélico, que deve portanto ser inteiramente condenado. Ademais, a nova moralidade recusa-se a distinguir entre atos morais e imorais no sentido bíblico: são tidos como morais todos os atos que não fazem violência à vida. A vida é sagrada, e não pode haver discriminação contra qualquer ato que seja um aspecto da vida.

As pessoas que se apegam a essa fé são quase sempre pacifistas, embora algumas delas justifiquem a morte de inimigos fascistas da humanidade; são contra a pena capital e contra a moralidade cristã, pois afirmam que esta restringe ou é hostil à vida e à pulsão de vida.

Para lidar com essa fé prevalente, é necessário conhecer inteiramente a perspectiva bíblica. A afirmação direta dos Dez Mandamentos é: “Não matarás”. O sentido desse mandamento é que Deus, como Criador, é Senhor sobre a vida e a morte: “Vede, agora, que Eu Sou, Eu somente, e mais nenhum deus além de mim; eu mato e eu faço viver; eu firo e eu saro; e não há quem possa livrar alguém da minha mão” ([Dt 32.39](#)). A vida é um dom de Deus; deve ser, pois, vivida segundo seus termos e de acordo com sua lei. O homem não pode tirar a vida, incluindo a

sua própria, em conformidade a seus próprios desejos, sem sentir-se culpado de assassinato. Em muitos estados [dos Estados Unidos da América], nossa lei ainda reflete a crença cristã de que a tentativa de suicídio é uma tentativa de assassinato e portanto um crime. Nossa vida não pertence a nós mesmos: não podemos viver nem morrer de acordo com nossa vontade, mas somente em conformidade à vontade e à Palavra de Deus. Consequentemente, a sentença de morte contra o assassinato é repetidamente expressa na Bíblia: “Se alguém derramar o sangue do homem, pelo homem se derramará o seu; porque Deus fez o homem segundo a sua imagem” (Gn 9.6). “Quem ferir a outro, de modo que este morra, também será morto” (Êx 21.12) “O homicida será morto” (Nm 35.16-18). O assassinato é, pois, um dos crimes que exige a pena capital.

Mas alguns argumentam: “Como a Bíblia pode logicamente ordenar que imponhamos a morte como penalidade, quando ela também nos proíbe de matar?”. A resposta é bastante simples. O direito de matar não pertence ao homem; pertence a Deus como o autor da vida. A vida pode ser tomada, e a pena capital, imposta, *somente* de acordo com a lei de Deus e sob sua comissão. Repetidamente, a Bíblia nos diz, por exemplo, em Romanos 13.1-6, que os oficiais de Estado, os oficiais do governo civil, são ministros de Deus. Assim como a igreja representa um ministério da Palavra e dos sacramentos e da disciplina eclesiástica, de igual modo o Estado ou o governo civil representa um ministério — o ministério da justiça, a administração da lei e ordem sob a autoridade de Deus. Além disso, assim como os oficiais e ministros da igreja devem crer e ser fiéis a Deus, ou do contrário incorrerão em sua ira e julgamento, da mesma forma os oficiais ou ministros do Estado devem crer e ser fiéis a Deus, ou também incorrerão em sua ira e juízo.

Visto que os oficiais do Estado exercem o poder de Deus, isto é, o ministério da justiça, com o poder e direito de tirar a vida, o Senhor, no salmo 82, se refere a eles como “*elohim*”, isto é, deuses. São como deuses no sentido de que compartilham da autoridade de Deus sobre a vida humana: delega-se a eles o dever de punir com a morte homens que violam as leis de Deus. Quando exercem esse dever dado em conformidade com a Palavra de Deus, seu julgamento é visto como “julgamentos de Deus”. De acordo com Deuteronômio 1.17, em suas instruções a oficiais e juízes civis, “não sereis parciais no juízo, ouvireis tanto o pequeno como o grande; não

temereis a face de ninguém, porque o juízo é de Deus”. Se os juízes e oficiais do governo civil falharem em guardar as leis de Deus, se eles perverterem a justiça de Deus, então, segundo o salmo 82, embora sua autoridade seja como a de um deus, “como homens, morrereis” (Salmos 82.7). O próprio Deus trará julgamento e pena capital a uma nação que despreza sua lei.

Por conseguinte, de uma perspectiva cristã, a pena capital não é uma opção do Estado, nem uma matéria em que o governo civil tenha uma escolha. O Estado tem uma lei vigorosa, a lei de Deus, à qual deve obedecer, pois a execução de criminosos que incorrem em pena de morte é uma obrigação do Estado, que corre o risco de destruir-se, caso a desobedeça.

Os direitos do criminoso *estão* protegidos pela lei bíblica. O princípio legal de que um homem é inocente perante a corte até que se prove culpado procede da Bíblia. O mesmo se aplica no que diz respeito à exigência de corroboração, antes que se permita que uma testemunha se apresente como um homem. Mas a Bíblia deixa claro que o homem que for encontrado culpado não pode ser objeto de piedade. Como Salomão o resumiu: “Os que desamparam a lei louvam o perverso, mas os que guardam a lei se indignam contra ele” (Provérbios 28.4). Aqueles que estão cheios de comiseração pelo criminoso culpado são eles mesmos indivíduos que desampararam a lei. Sua comiseração pelo criminoso é em si mesma um sinal de depravação.

Alguns anos atrás, o pai de uma menina de 6 anos que foi brutalmente assassinada por um perverso sexual disse: “Não posso culpar o homem tanto quanto a sociedade que o produziu”. O criminoso era claramente um degenerado. Mas devemos insistir que esse pai também o era, e terrivelmente. Estava negando a doutrina da responsabilidade moral e invertendo todo o mundo moral de ponta-cabeça, ao chamar o criminoso de vítima. Ele estava desprezando a lei de Deus em prol de variadas justificativas sociológicas para a criminalidade. Salomão expressou nitidamente as consequências dessa delinquência moral: “O que desvia os ouvidos de ouvir a lei, até a sua oração será abominável” (Provérbios 28.9).

O poder de matar é pois poder de Deus; deve ser exercido de acordo com a lei divina, já que não é um poder do homem. Esse uso piedoso do

poder de matar está, de acordo com a Bíblia, também envolvido na guerra justa.

Mas esse é somente um lado da questão. O poder de matar está sob a lei de Deus, assim como a vida e o viver. Atualmente, é comum pensar que as leis são uma restrição à vista; e esta atitude é amplamente encorajada pelo humanismo existencialista. A vida livre é a vida para além da lei, além do bem e do mal, conforme nos é dito; é a emancipação em relação à lei e à moralidade. Nossa posição americana histórica, contudo, tem sido a fé cristã de que a verdadeira liberdade está sob a lei, a lei de Deus. A sabedoria piedosa, que implica fé e obediência, é, conforme as Escrituras, “árvore de vida para os que a alcançam” (Pv 3.18; cf. 11.30). Segundo a versão de Berkeley de Salmos 19.7, “a lei do SENHOR é perfeita, restaurando a alma”. Em vez de ser uma forma de cativo, a lei de Deus é para nós a condição da vida.

Analisemos o sentido disto: a lei de Deus como condição de vida. Ora, a condição de vida para um peixe, seu meio, é a água; tire-o da água e ele morre. A condição de vida para uma árvore, sua vitalidade e meio, é o solo; desarraigue-a e ela morre. Não há um ato de liberação em tirar o peixe da água, ou uma árvore do solo. De semelhante modo, a condição da vida de um homem, o fundamento da saúde moral, espiritual e física do ser humano, é a lei de Deus. Retirar os indivíduos e sociedade do mundo da lei de Deus é sentenciá-los a um declínio, queda e morte. Em vez de liberação, ter-se-ia execução. A liberdade do ser humano está sob a lei de Deus, e esta é o ar que dá vida ao homem e à sociedade, a condição essencial de sua existência. Quando Moisés convocou Israel a obedecer à lei de Deus e andar pela fé, ele disse: “Os céus e a terra tomo, hoje, por testemunhas contra ti, que te propus a vida e a morte, a bênção e a maldição; escolhe, pois, a vida, para que vivas, tu e a tua descendência” (Deuteronômio 30.19). “Escolhe, pois, a vida” — o que significa viver em obediência à lei de Deus por meio da fé em Jesus Cristo, cuja graça salvadora nos capacita a crer e obedecer.

A lei é, portanto, a condição de vida do homem, pois Deus é o criador da vida e a única base de sua continuação. A lei de Deus é a essência e condições da vida. Aquele que adulteram a lei divina, ou que aprovaram um desvio dela, em vez de estarem buscando a liberdade para viver (conforme afirmam), estão na verdade perseguindo a morte. Para um

peixe, “escapar” da água é deixar a vida; é uma pulsão de morte. Jesus Cristo, falando como a Sabedoria eras atrás, declarou: “Mas o que peca contra mim violenta a própria alma. Todos os que me aborrecem amam a morte” (Provérbios 8.36). O ódio à lei de Deus é o ódio à vida: é o amor à morte.

O governo verdadeiro é o governo de acordo com a Palavra de Deus, com base em sua lei, como um ministério de justiça. Aqueles que desprezam o governo são, de acordo com Moisés (Números 15.29-31) e São Pedro (2 Pedro 2.10), culpados de presunção. Ora, presunção significa tomar para si a autoridade e poder para os quais não se tem autorização ou direito. Sempre que colocamos de lado as leis de Deus concernente à vida e morte, somos culpados de presunção, que é a marca do descrente. A presunção implica que nos colocamos no lugar de Deus e exigimos que a vida e a morte devem conformar-se somente a nossos termos.

Os humanistas presunçosos falam sobre reverência pela vida, porém, ao contrário de demonstrarem qualquer consideração pela santidade da vida, a visão que dela têm é secular e profana. A vida, para eles, não guarda relação com Deus; é simplesmente um recurso natural a ser explorado e reformulado conforme seus próprios gostos. São presunçosos, isto é, obstinados; seu universo é essencialmente seu próprio ego e orgulho intelectual, sua confiança de que representam a elite dominante de eras. Sua presunção fá-los não apenas desprezadores de Deus, mas também dos demais homens. Vivemos numa época em que se proclama insistentemente, na teoria, o amor a todas as pessoas, enquanto um ódio titânico por todos é efetivamente praticado. Ouvimos muito sobre igualdade por parte de pessoas que nos dizem que são superiores e que, portanto, sabem o que é melhor para nós. Ouvimos chamadas para a unidade de homens cujas ações nos dividem. Homens presunçosos, porque obstinados, somente podem trazer anarquia. A fé e a obediência trazem unidade porque unem os homens em Cristo, não na vontade humana. “Se o S^{ENHOR} não edificar a casa, em vão trabalham os que a edificam” (Salmo 127.1).

3. Liberdade: limitada ou ilimitada?

A questão da legislação que rege a pornografia tem-se tornado um dos maiores debates no cenário americano. Deve-se formalizar a legislação para abolir-se a pornografia, ou essa legislação se torna censura e uma violação dos direitos civis?

Antes de analisar a questão, examinemos os argumentos favoráveis e contras. Na Califórnia, por exemplo, a Iniciativa CLEAN, na proposição 16 de 1966 em votação, foi uma das campanhas, dentre muitas, de combate à pornografia. Os advogados do CLEAN chamaram a atenção para o fato de que a pornografia nos Estados Unidos é um negócio que rende, anualmente, cerca de 2 bilhões de dólares. Os editores de material pornográfico solicitam abertamente manuscritos que enfatizam perversões e pornografia *hardcore*. O julgamento de obras confessadamente pornográficas é difícil ou impossível, já que as leis existentes são bastante débeis. Os promotores não entram com acusações, visto que o atual direito é inadequado para assegurar condenações. Afirmam-se que são necessárias novas leis a fim de se combater tanto a pornografia quanto seus produtos, bem como a criminalidade e as doenças venéreas.

Não é bem assim, argumentam os oponentes. Não há conexão necessária — diz-se — entre pornografia e criminalidade, entre pornografia e imoralidade. Ademais, ainda que se ficasse provado que essa conexão existe, seria um erro passar leis contra a pornografia, pois elas introduziriam um mal ainda maior: a censura e a perda de liberdade. Dizem-nos que se a pornografia é o preço que temos de pagar por liberdade, então devemos estar preparados para pagá-lo. A liberdade é essencial à vida do homem, para que seja sacrificada por qualquer outro fator. Um bem menor não pode ser sacrificado por um bem maior e essencial. Somos contra a pornografia, muitos afirmam, mas somos ainda mais enfaticamente contra a censura e contra todo e qualquer ataque à liberdade.

Ao avaliar essas duas posições conflitantes, podemos apreciar tanto a preocupação para com os padrões morais quanto o interesse pela liberdade. O argumento que se concentra na liberdade é importante, mas

deve ser usado de forma inteligente. E o que é liberdade? Pode-se limitá-la, ou a verdadeira liberdade é apenas a liberdade ilimitada?

Ora, o dicionário define liberdade como “o estado de estar isento da dominação por parte de outros ou de circunstâncias restritivas”. Mas essa definição, como todas as demais, apresenta problemas. Afinal de contas, quem está livre da dominação de outras pessoas e livre de circunstâncias restritivas? Todos temos algum tipo de dominação com que lidar: um marido, ou mesmo uma esposa, pais, patrões, oficiais superiores, coletores de impostos, as várias formas de governo e assim por diante. E, em última instância, estamos todos sob o domínio e dominação de Deus. E quem jamais está livre de circunstâncias restritivas? Afinal de contas, tua renda é uma restrição à tua liberdade: podes gastar um tanto, e nada mais. Ter uma família é uma circunstância restritiva: definitivamente limita tua liberdade. A necessidade de trabalhar é também uma restrição sobre nossa liberdade, assim como todas as demais circunstâncias em nossas vidas. Assim, de acordo com essa definição, apenas Deus é absolutamente livre, já que ele está “isento da dominação por parte de outros ou de circunstâncias restritivas”. Se buscarmos outras definições em dicionários, não encontramos muitas vantagens. Outro dicionário diz que liberdade é “o poder de escolha voluntária; a liberdade em relação à necessidade”. Mas quem é livre da necessidade nesta vida? O ponto, creio eu, é claro: algo como liberdade absoluta ou ilimitada não é possível ou bom.

Mais que isso, a liberdade ilimitada para o homem destrói a própria liberdade. Podemos dar a qualquer homem a liberdade ilimitada de fazer o que lhe agrada? Um homem pode roubar sempre que julgue adequado, matar à vontade, mentir quando queira e, de modo geral, ser uma lei para si próprio? Se o permitirmos, logo não haverá liberdade para ninguém. O resultado seria apenas a *anarquia*. A liberdade total do homem é sempre anarquia, e anarquia é a morte tanto da lei quanto da liberdade. A menos que a liberdade de cada homem seja limitada pela lei, não será possível haver liberdade para qualquer homem. A lei penal e a lei civil impõem limitações mútuas em todos nós, a fim de prover-nos o máximo de liberdade.

Como resultado, devemos acautelar-nos quanto àqueles que falam sobre defender a liberdade, quando na verdade desejam promover a anarquia. Quando nos dizem que não pode haver leis contra a pornografia

sem que se ameace a liberdade, devemos contestar que sua afirmação está de fato interessada na liberdade. *Não* há área em que a liberdade seja ilimitada. Tomemos a liberdade de expressão, por exemplo: ninguém tem direito a caluniar outros, nem nossas leis o permitem a liberdade de fazê-lo. Também não permitimos a um indivíduo a liberdade de gritar “fogo!” num teatro lotado, quando não há fogo. A liberdade de expressão não dá o direito a um homem de entrar na área do Congresso e falar o que lhe vier à mente. Sua liberdade é limitada não apenas no que diz respeito ao *onde* ele pode dizer o que quiser, mas também ao *que* ele diz. Isso não significa que me falta liberdade para falar o que penso, caso isto seja feito decentemente e com ordem.

A liberdade de imprensa significa a liberdade de publicar, mas não a liberdade de publicar declarações difamatórias, nem significa que qualquer homem pode exigir que sua liberdade de imprensa seja subsidiada para que tenha condições de publicar. Um indivíduo tem a liberdade de publicar se ele provê com o custo da publicação ou se faz com que um editor se interesse pelo material. Ademais, os conteúdos do que é publicado estão também sujeitos a limitações. Já citamos a difamação. Ora, ninguém tem o direito nem a liberdade de publicar a propriedade de outra pessoa, ou publicar material roubado ou protegido por direitos autorais. De igual modo, nenhum indivíduo tem o direito ou liberdade de publicar materiais que violem a privacidade alheia. Há todas as formas de restrições legítimas e necessárias sobre todo tipo de liberdade que o homem possui, e elas são necessárias para a manutenção da própria liberdade, já que não se pode confundi-la com anarquia.

Uma das limitações necessárias sobre a liberdade é a supressão da pornografia. Certamente houve erros nesse tocante, mas também os houve no que diz respeito a leis que regem a difamação, privacidade, calúnia, traição, crime e toda limitação à liberdade. Nem o homem nem suas leis são perfeitas; nem o serão alguma vez nesta vida. A alternativa à perfeição não é a anarquia; é o uso realista e funcional de leis para promover tanto a liberdade quanto a lei humanas.

Uma das premissas fundamentais do sistema americano, também um artigo básico da fé cristã, é que a liberdade do homem está submetida à lei. Historicamente, o propósito da lei nos Estados Unidos tem sido promover a liberdade mediante a lei. Ora, essencial a todo anarquismo moral é a

insistência de que a liberdade pode ser obtida apenas pela *liberdade em relação à lei*. Dos *beatniks* e hippies à esquerda estudantil e agitadores subversivos, essa crença na independência como liberdade em relação à lei está profundamente enraizada. Para provar que são livres, essas mentes imaturas e perversas insistem em transgredir algumas leis. Mas a anarquia moral é sempre o prelúdio à tirania estatista, e essa alardeada *liberdade em relação à lei sempre termina numa liberdade em relação à independência!*

A independência, portanto, está sob a lei e exige uma legislação cuidadosa e consciente a fim de manter a estrutura social no estado legal que melhor a promova. A independência limitada é o único tipo de liberdade possível para o homem. Desejar mais é colocar a própria independência em perigo.

O Reverendo John Cotton, teólogo puritano, escreveu nas primeiras épocas da Nova Inglaterra: “É necessário que todo poder na terra seja limitado”. Essa premissa tornou-se fundamental em todo o governo colonial e aos Estados Unidos. A restauração da verdadeira independência exige a restauração da verdadeira lei. É uma ideia perigosa e totalmente falsa a de que a liberdade significa uma fuga à lei; só pode ser verdade se a fuga se dá em relação a um sistema como o comunismo, que não é verdadeira lei, mas *tiranía*.

Opor-se, em nome da independência, à legislação contra a pornografia é pois favorecer a anarquia em vez de liberdade. A premissa essencial do direito na América exige a liberdade de expressão e liberdade de imprensa, sujeitas às restrições necessárias da lei e ordem. O objeto das atuais propostas legislativas relacionadas à pornografia *não* é a destruição da liberdade, mas sua promoção. É uma destruição da liberdade de imprensa, se a difamação é legalizada, se se permite o roubo de materiais com direitos autorais, e caso se deixe que violações de privacidade sigam sem regulamentação. A imprensa torna-se então uma tirania e uma ameaça; fica fora de controle, pode invadir os lares, roubar os escritos de uma pessoa e mentir acerca dela.

A pornografia, de semelhante modo, também é nociva à ordem social e à liberdade. É uma insistência no chamado direito de anarquia moral; e, uma vez que sua pressuposição fundamental é a anarquia, acaba trazendo esta para todos os domínios. *A independência caminha de mãos dadas com a responsabilidade. As leis que limitam a liberdade de expressão*

e a liberdade de imprensa são leis que exigem responsabilidade. Ora, a responsabilidade e independência reforçam e corroboram uma a outra. Porém, a pornografia demanda um mundo de anarquia moral, um mundo em que tudo vale, especialmente se é pervertido.

Efetivamente, o pornógrafo é hostil à lei e ordem, assim como à moralidade cristã. Estando comprometido com a anarquia moral, as coisas se dão necessariamente assim. Sendo irresponsável, está em guerra com o mundo da responsabilidade moral.

A defesa da pornografia com base na liberdade, da liberdade da imprensa, é falsa, porque a essência da pornografia está voltada para a irresponsabilidade moral; e esse anarquismo moral é um inimigo da liberdade sob a lei. *A pornografia nega o próprio conceito de lei*; crê num mundo sem lei e está dedicada a criá-lo. Deve destruir a liberdade sob a lei a fim de introduzir a anarquia e um mundo sem lei.

A defesa de nosso sistema americano histórico de liberdade sob a lei exige, pois, que travemos guerra contra a pornografia, já que esta é um grande inimigo da liberdade.

Os oponentes da pornografia não são, portanto, uma ameaça à liberdade. Pelo contrário, são seus aliados e defensores. Sob o manto e nome de liberdade, os pornógrafos saem para destruir a liberdade. Os campeões reais da liberdade são, em cada época, hostis à pornografia.

4. A política da pornografia

Para entender algumas das grandes correntes de nossa época, é necessário reconhecer que um dos propósitos centrais da pornografia é político, sendo pois essencial uma análise da política da pornografia.

Antes de procedermos com isso, é indispensável chamarmos a atenção para uma distinção entre pornografia e obscenidade. O romancista Henry Miller havia dito: “Obscenidade é um processo purificador, ao passo que a pornografia só acrescenta à sujeira... sempre que um tabu é quebrado, algo bom acontece, algo revitalizador”. Miller, segundo sua própria declaração, é um defensor da obscenidade, mas hostil à pornografia. Qual é a distinção, se a há? Basicamente, a distinção de Miller é a seguinte: a pornografia é a imundícia pela imundícia, enquanto a obscenidade tem como propósito a destruição sistemática da lei e da ordem moral, um reordenamento revolucionário da sociedade. Essa distinção é apenas parcialmente verdadeira. A obscenidade tem esse propósito revolucionário, consciente e declaradamente. A pornografia é mais exploradora, todavia tem um propósito revolucionário implícito ou explícito. É hostil à moralidade e à lei e encoraja e promove a rebelião contra a moral. Como resultado, tem implicações políticas tanto quanto a obscenidade de Miller. Ao discutir a política da pornografia, estamos pois analisando a posição fundamental de todo o campo: a pornografia e a obscenidade. Embora haja diferenças na ênfase, a posição essencial é a mesma.

Ora, a *primeira* coisa que é visível na pornografia é seu ódio nítido à moralidade, seu desgosto vincado pela moral e fé bíblicas. A restrição moral é vista como servidão para o homem, uma escravidão que deve ser destruída. Por conseguinte, a pornografia se compraz interminavelmente nos ataques longos, insípidos e altamente emocionais à moralidade, à monogamia e a todo tipo de inibição moral. Busca excitar as chamas da rebelião moral, ver a moralidade como obtusa e limitante, e a imoralidade e perversão como empolgantes e liberadoras. Embora as pessoas tentem provar quase tudo nestes dias, é impossível provar que a pornografia *não* é

hostil à fé e moralidade bíblicas, uma vez que ela tresanda a ódio e hostilidade.

Uma *segunda* observação igualmente óbvia: a pornografia vê um enorme atrativo no mal moral. A moralidade é vista como tediosa e confinante, como inteiramente enfadonha e restrigente, ao passo que o mal é representado como a liberação do homem. O mal tem o potencial de uma força magnética para o pornógrafo. A vitalidade, a potência e a possibilidade de vida são todas subsumidas no mal. Para ele, viver realmente implica o mal, um comprometimento e um envolvimento com o mal moral. O homem não está realmente vivo, nos é dito, caso viva moralmente; a vida implica o mal, isto é, aquilo que é chamado pecado e perversão. Apenas a pessoa que peca está realmente viva, afirma-se. Portanto, para essas pessoas, o mal é *vida*.

Em terceiro lugar, pode-se ainda afirmar que, para o pornógrafo, a *moralidade é morte*. Confinar homens e mulheres à prisão domiciliar da moralidade, do casamento, da lei e ordem é tido como equivalente a uma sentença de morte. Visto que o mal é vida, a moralidade é logicamente a morte — eis a fé religiosa da pornografia. O evangelho, para o homem, é pois o mal; o pecado é o caminho da salvação, bem como a via para a vida e liberdade. Essa fé é exposta insistentemente, com fervor religioso e boas razões, visto que suas raízes estão numa antiga fé religiosa, o maniqueísmo, e em vários cultos do caos. Para essa fé, o pecado é vida. Anos atrás, pesquisadores perceberam que muitas pessoas cometem adultério não porque têm desejo por outra pessoa, mas porque temem que não desfrutarão da vida, caso não pequem. Esta é, em essência, a posição da pornografia — oferece o pecado e o mal e declara que estes são a verdadeira vida.

Em quarto lugar, a pornografia manifesta uma hostilidade à própria ideia de lei e moralidade. A lei significa, para ela, algo inibidor e estupidificante, uma restrição mortificante sobre o indivíduo. A moralidade é tida como a mão morta do passado, a vontade temerosa e propensa à morte de homens presos à superstição e ao medo. O destino do homem é ser livre da lei, de acordo com os pornógrafos, e o modo de ser livre é começar com a transgressão da lei, com a violação da moralidade. A liberdade do homem é ser livre da lei, livre para fazer conforme lhe apraz; ora, a marca dessa liberdade é a violação deliberada de toda lei e ordem. De modo bastante resumido, é uma posição de anarquismo moral. O maior inimigo

do ser humano é a religião, a moralidade e a lei. Elimine a lei religiosa e moral, e todos os males da vida humana desaparecerão. O homem e o Estado podem então reconstruir a sociedade com base na liberação do homem em relação a Deus e criar uma ordem verdadeiramente humana: a grande sociedade do humanismo, a cidade do homem.

Na Segunda Conferência Anual dos Acadêmicos Socialistas, um dos principais palestrantes fez um apelo ao “trabalhador coletivo numa sociedade coletiva” e pediu “a destruição da família burguesa monogâmica como conhecemos” e “a completa liberdade da vida sexual”.^[7] Em outras palavras, a liberdade do homem, disse o palestrante, envolve ver-se “isento da adoração”, bem como da moralidade, mas envolve também um Estado marxista. Assim, religião e moralidade são escravidão, e o socialismo marxista é liberdade. *O anarquismo moral é a ferramenta e instrumento do totalitarismo, do socialismo e da ditadura.* O anarquismo moral é usado para destruir toda forma de estabilidade e ordem social, a fim de pavimentar o caminho para a ordem totalitária. O cristianismo dá ao homem a fé e o caráter para o autogoverno, e a moralidade é a essência da autodisciplina e autogoverno. Dissolva esse autogoverno do indivíduo e teremos, como uma necessidade social, uma autoridade totalitária sobre ele. Torna-se, portanto, evidente que se trata de um elo necessário, aquele que há entre pornografia e totalitarismo revolucionário. A ascensão do totalitarismo sempre foi precedida de anarquismo moral, e aqueles que buscam poderes tirânicos sobre o ser humano sempre trabalharam para reduzi-lo a uma posição dependente solapando seu autogoverno e responsabilidade morais. A ascensão e o triunfo da pornografia são um prelúdio ao totalitarismo. A anarquia moral é a sementeira da tirania.

Isso explica pois a relação entre pornografia e totalitarismo. Os defensores da pornografia falam espalhafatosamente sobre liberdade. Protesta-se contra a legislação contra a pornografia afirmando que esta é hostil à liberdade de imprensa e aos direitos civis, em geral, mas essas mesmas pessoas curiosamente se silenciam e não protestam contra as invasões do totalitarismo, do marxismo, à ordem social. Se estão interessados na liberdade, por que não defendê-la contra o marxismo? A resposta é que são hostis à liberdade; daí que sua defesa da pornografia é um instrumento pelo qual a liberdade moral do homem pode ser erodida e destruída.

Nosso *sexto* ponto é, pois, uma conclusão óbvia: a política da pornografia é um anarquismo moral cujo propósito é revolução, uma revolução contra a civilização cristã. O deão dos pornógrafos modernos e um grande revolucionário foi o Marquês de Sade. O Marquês conclamou pela liberdade total para todo tipo de perversão sexual. Para Sade, “a verdadeira sabedoria” significa “não... reprimir... nosso vício..., já que esses vícios constituem quase a única felicidade em nossas vidas... reprimi-los seria tornar-nos nosso algozes”. O Marquês conclamava pela abolição da pena de morte, das leis contra o roubo, das leis contra o assassinato, prostituição, adultério, incesto, estupro, sodomia e outras mais. A igualdade exigia que todos os atos tivessem uma posição igual perante a lei, exceto, é claro, as leis morais cristãs como a monogamia, as leis de proteção à propriedade, e legislações semelhantes. Para Sade, o cristianismo e suas leis morais deveriam ser abolidas por lei; todas as demais coisas deveriam ser aceitas. Ele defendia todos os tipos de crimes e perversões como naturais e boas. “Podemos imaginar a Natureza nos dando a possibilidade de cometer um crime que poderia ofendê-la?... Os homens mais independentes e mais próximos à Natureza são os selvagens; devotam-se com impunidade ao assassinato, todos os dias.”

O Marquês de Sade escrevia com honestidade. Em seus livros, a política da pornografia é aberta e óbvia. Os pornógrafos contemporâneos são menos abertos em declarar seus objetivos revolucionários, mas estes são ainda bastante óbvios. A política da pornografia é simplesmente a política da revolução.

O aspecto sexual da pornografia é obviamente claro. É um excelente convite sexual para os estúpidos e imaturos, mas seu propósito subjacente vai muito mais além: é nada menos que a revolução. É a reordenação da vida e sociedade com base no anarquismo moral.

Na edição de junho de 1963 da revista *Esquire*, Anthony Lewis escreveu sobre o “Sexo — e a Suprema Corte”, declarando que, após a decisão da Suprema Corte sobre o caso Roth, “nenhuma obra literária séria poderia ser agora designada constitucionalmente de obscena”. Se isso é verdade, tudo o que um pornógrafo precisa fazer é chamar a atenção para seu grave propósito, a saber, seu propósito revolucionário, para escapar da acusação. O propósito “grave” pode ser chamado de reforma sexual. Assim, na edição de 2 de setembro de 1963 da revista *The New Leader*, Stanley

Edgr Hyman, em seu artigo “Em defesa da pornografia”, afirmou: “Esses livros podem ensinar e encorajar uma ampla gama de atividade heterossexual: oral, anal e genital, e deveriam ser acolhidos, caso o façam”. Em outras palavras, a crescente defesa da pornografia se dá porque esta é uma atividade socialmente redentora e que, portanto, justifica a si mesma. Em resumo, a defesa que se faz pornografia cada vez mais se baseia naquilo que ela é.

Pode-se dizer muitas coisas sobre essa questão. Certamente, uma legislação nova e mais clara é urgentemente necessária. Além disso, é preciso reconhecer as implicações radicais e políticas da pornografia. Essas coisas e outras mais são imprescindíveis.

Mas ações positivas devem também acompanhá-las — o reordenamento da vida e da sociedade levando-se em consideração a fé e padrões bíblicos. A resposta básica ao anarquismo moral é o fortalecimento da disciplina moral cristã. Precisamos e devemos ter legislações sólidas, mas precisamos também estabelecer o tipo correto de fundamentos teológicos e morais. Se os fundamentos forem destruídos, a estrutura não resistirá. “Se o SENHOR não edificar a casa, em vão trabalham os que a edificam” (Sl 127.1).

5. Lei e natureza

Tornou-se tão costumeiro aos homens na civilização ocidental pensar, nos últimos séculos, acerca de lei natural, que, para alguns, é chocante ouvir dúvidas quanto a ela. Mas nem toda modalidade do pensamento ocidental concordou com a existência da lei natural, nem outras culturas aquiesceram à ideia. Um poeta chinês, no século V (Bao Zhao, *The Ruined City*, 414-466), investigou o passado e o presente com um desapontamento melancólico para a perversidade da natureza e da história, concluindo: O maior desprazer do maior número de homens

Eis a lei da natureza.

A filosofia oriental, num todo, mostra-se cética e pessimista tanto a respeito do natural quanto do sobrenatural. Sua perspectiva tem sido ou a de um agnosticismo ou de um ateísmo fundamental, crendo, em geral, que o nada é a verdade última sobre todas as coisas.

Em contrapartida, a começar pelo pensamento helênico antigo, os pensadores ocidentais geralmente creem na lei natural. Insistiram que há uma lei superior na natureza diferente da lei positiva do Estado. No período medieval tardio, especialmente da Renascença adiante, a filosofia da lei natural passou a dominar o pensamento ocidental até recentemente.

Toda essa linha soa acadêmico e bastante abstrata, mas é extremamente relevante para nossos atuais problemas. Não podemos entender o que aconteceu a nossas cortes, especialmente a Suprema Corte, sem um conhecimento desses problemas, nem podemos compreender nada sobre a situação de nosso mundo moderno sem que apreendamos isso.

O problema é, em parte, este: os defensores da lei natural dizem que há uma lei superior que a razão iluminada do homem pode descobrir. Essa lei superior, que é inerente à natureza, isto é, está na e pertence à natureza, é a verdadeira lei pela qual homens e nações devem ser governados.

Opostos a essa crença, dois grupos de pensadores se apresentaram. O primeiro: relativistas, positivistas, pragmatistas, marxistas,

existencialistas e outros que negam a lei natural. Para a maioria desses pensadores, a única lei *real* é a lei *positiva*, a lei do Estado. Não há lei superior nem justiça superior para realizar julgamentos sobre o homem e o Estado. A única verdade no ser é a verdade humana conforme se manifesta na história na forma do Estado. Consequentemente, os homens, em vez de depositarem suas esperanças numa lei superior inexistente, devem depositá-la na realidade, que significa o governo civil (o Estado como esperança do homem).

Alguns anos atrás, esta opinião, o positivismo legal, começou a predominar na Suprema Corte dos Estados Unidos. Conforme veremos, houve boas razões para essa mudança. Ora, Oliver Wendell Holmes Jr. foi uma figura central nessa mudança, Juiz Associado da Suprema Corte e um dos pensadores mais influentes de sua história. Tudo que se passou na corte desde então é simplesmente um produto, um desdobramento lógico, da revolução jurídica de Holmes.

Antes de criticar Holmes, é importante notar que ele tinha fundamentos bem sólidos ao criticar a lei natural. A doutrina — sustentava ele — era simplesmente um absurdo jurídico, quando não tirania. Diversos pensadores racionalistas, governados pelos seus conceitos de lógica, concluíram que a natureza tinha em si, inerentemente, certas leis que eram superiores ao homem e ao Estado. Mas o racionalismo desses homens variava, e consequentemente suas leis naturais variavam. Pensadores e filósofos do direito chineses, hindus, muçulmanos e ocidentais de modo nenhum concordavam acerca do que constitui a lei natural. Aqueles que defendem a lei natural, ademais, não concordavam entre si; seus conceitos de lei natural divergiam com base em seus contextos, crenças e experiência cultural geral. Desse modo, a experiência, não uma lei ou lógica superior, era a essência dessa lei. Conforme Holmes afirmou, no início de seu estudo *The Common Law* (1881): “A vida da lei não foi a lógica, mas sim a experiência. As necessidades da época, as teorias morais e políticas predominantes, as visões das políticas públicas, confessa ou inconsciente, mesmo os preconceitos que os juízes compartilham com seus pares, exerceram um papel significativo em relação ao silogismo de determinar as regras pelas quais os homens devem ser governados... A substância da lei em dado momento praticamente corresponde, na medida do possível, com aquilo que se entendia ser conveniente; mas sua forma e maquinário, e o

grau com que é capaz de obter os resultados desejados, dependem fortemente de seu passado”. A afirmação de Holmes é bastante justa: a lei incorporou a experiência, crença e preconceitos; a lei natural, portanto, é tão variável quanto as pessoas que a apresentam. Permanece ainda a questão, é claro, se uma lei superior se encontra ao fundo dessa experiência. Para Holmes, contudo, o racionalismo dos filósofos da lei natural é um guia ainda mais pobre que a experiência do povo encarnada no Estado.

Pode-se dizer mais em defesa da posição de Holmes. O darwinismo desferiu um golpe mortal à lei natural. Se a evolução é real, então a natureza, em vez de representar uma ordem legal perfeita e consumada, é na verdade simplesmente uma força cega, desordenada, seguindo seu caminho de forma ascensional e estabelecendo suas próprias regras (se é que se pode chamá-las assim), por meio da experiência bruta e inconsciente. Uma experiência *inteligente*, e uma experiência inteligente ponderada, é algo que só o homem conhece. O homem se vale dessa experiência inteligente ponderada para formular o direito. O direito aqui é, portanto, a lei positiva, não uma lei superior. É a experiência da sociedade encarnada na lei do Estado. É, pois, uma experiência e uma lei cambiantes, em desenvolvimento. Em vez de estarem ligadas por uma lei superior ou por uma constituição antiga, essa lei há de refletir a experiência e a realidade presentes. Uma constituição reflete a experiência morta, ao passo que a vida presente do homem é governada pela experiência viva. As cortes, conseqüentemente, devem refletir, inteligente e conscientemente, as experiências acumuladas da sociedade, a fim de determinar a direção e forma dessas experiências.

Ainda que não se concorde com essa posição, deve-se notar que há muito em seu favor. Se a evolução é real, a lei natural está irremediavelmente morta, e o positivismo legal é uma conclusão necessária para qualquer pensador moderno. Os pensadores da lei natural partem de uma base aristotélica ou de uma iluminista. Não encaram realisticamente as implicações de um mundo pós-darwinista. Por conseguinte, as cortes, ao optar entre essas duas posições, simplesmente se manteve alinhada aos tempos. No âmbito intelectual, os juízes associados da Suprema Corte estiveram bastante alertas às correntes filosóficas de nossos dias e refletiram coerentemente acerca daquilo em que as pessoas creem sem muita consistência.

Contudo, afirmamos anteriormente que esses positivistas jurídicos eram *um* dos dois grupos que se alinham contra os antigos conceitos de lei natural. O *segundo* grupo representa o sobrenaturalismo, a ortodoxia cristã. De acordo com estes pensadores, cujos pressupostos são regidos pela Bíblia, leis *governam* a natureza; no entanto, não se tratam de leis *da* natureza, mas sim de leis *sobre* a natureza. Em outras palavras, a natureza não tem poder, mente, consciência ou vontade em e de si mesma. Natureza é simplesmente um coletivo, um termo para a totalidade deste universo. É absurdo personificar a natureza e atribuir-lhe uma lei ou propósito.

Mas isso não é tudo. Para o pensador cristão, é impossível que a natureza seja normativa, isto é, a natureza não pode ser um padrão. Não podemos afirmar, como os anarquistas morais o fazem, que algo é bom porque é natural, porque ocorre na natureza. Ora, na natureza ocorrem todos os tipos de coisas — crimes, assassinatos, roubos, perversões e toda sorte de malignidades. De acordo com Lenny Bruce, “a verdade é ‘o que é’”. Dito de outro modo, todo tipo de atividade criminal é igualmente a verdade, como todas as demais coisas, simplesmente porque acontecem na natureza. A mentira é aquilo que tenta impor um padrão de certo e errado na e sobre a natureza. Há, para o anarquismo, uma igualdade moral absoluta entre todos os atos.

Para o cristão, no entanto, a natureza não é o padrão, já que o mundo natural é um mundo *caído*, um mundo em rebelião contra Deus e infestado pelo pecado e morte. Se buscamos um padrão, devemos olhar para além da natureza, para Deus.

Ora, Deus estabeleceu várias esferas de lei sobre a natureza, leis que governam a realidade física, leis que governam a sociedade, moralidade, religião, a igreja e todas as demais coisas. Em cada área de nossas vidas, somos governados pelas leis; seja quando comemos ou dormimos, trabalhamos, cultuamos ou nos divertimos, movemo-nos em esferas de lei. Nossa alimentação obedece a leis de nutrição e digestão; nosso sono é governado por leis fisiológicas; todas as nossas atividades envolvem uma esfera de lei após outra. Essas esferas de lei são uma parte da criação de Deus; a natureza não as abarca; antes, surgiram juntamente com a natureza quando Deus criou todas as coisas.

Nossa presente crise jurídica tem suas raízes na demolição, por parte do darwinismo, da lei natural. Os positivistas jurídicos creem que é

impossível retornar à antiga crença setecentista na *Natureza* como um tipo de substituto para Deus, uma *Natureza* com leis rígidas e firmes de sua própria feitura. Tanto a razão quanto a experiência levaram os pensadores modernos a concordarem substancialmente com a atual Suprema Corte. A lei é a experiência refletida, inteligente e em desenvolvimento da população do Estado conforme expressa por meio da corte.

Mas isso transforma os juízes da corte em novos deuses do ser — os reis-filósofos de Platão, que são os governantes totalitários da humanidade. Claramente, essa é nossa atual direção. Os especialistas (afirma-se) conhecem melhor o consenso democrático e podem dizer-nos mais corretamente no que devemos crer e defender. Em resumo, quando negamos Deus como nosso Deus, então fazemos de homens deuses sobre nós. A resposta à lei natural e ao positivismo jurídico é a revelação. “Se o S^{ENHOR} não edificar a casa, em vão trabalham os que a edificam” (Sl 127.1).

6. A lei e o futuro

Não é somente o homem que faz planos para o futuro. Os animais estocam comida, constroem ninhos, migram para outros climas e, em diversos modos, vivem com base no amanhã. No caso dos animais, no entanto, essa atividade é instintiva. Só o homem visiona um futuro, sonha uma esperança ou um plano, e então põe-se a trabalhar, autoconsciente e deliberadamente, a fim de levar a cabo esse futuro.

Ademais, o homem vive segundo o futuro que crê ou que aguarda. Num grau bastante considerável, sua vida é governada e medida por seu futuro. Recentemente, pacientes hospitalizados em estado gravíssimos foram indagados em relação aos seus futuros. Descobriu-se uma grande correlação entre o pensamento sobre o porvir e a expectativa de vida. Aqueles cujos pensamentos se limitavam a apenas uma semana de então viviam em geral uma semana; aqueles cuja visão incluía ou se estendia para um mês depois viviam um mês. Em geral, tornou-se evidente que, habitualmente, se não há futuro no pensamento de um indivíduo, este também não tem vida.

Historicamente, a visão do homem ocidental acerca do futuro foi cristã. O cristão via o futuro da história, bem como o seu futuro pessoal, com base no triunfo de Cristo e na consecução do Reino de Deus. A partir do século XVII, esse futuro cristão foi sendo gradualmente substituído por uma visão da história como a realização do homem à parte de Deus, com base num humanismo científico e religioso.

Os escritos utópicos começaram a expressar seu sonho de um admirável mundo novo no qual a ciência e a tecnologia conquistam todos os problemas, e o homem tornar-se um novo Adão, vivendo um novo paraíso na terra. Para o cristão, o problema essencial e obstáculo é o *pecado*; para o utópico científico, o problema essencial é a *ciência e tecnologia insuficientes*. Conforme estas se desenvolvam, todos os problemas humanos desaparecerão.

Na União Soviética, em especial, a ficção científica tornou-se a expressão dessa esperança. A ciência não pode falhar; a tecnologia há de

superar todos os problemas. O futuro verá o comunismo triunfar porque é científico e porque se mune de todo instrumento da ciência para criar a natureza perfeita para o homem. Para a ficção científica comunista, não há falha, apenas o triunfo constante do socialismo científico. Nos Estados Unidos, muitos autores de ficção científica começam a ver o *pecado*, no futuro do homem, destruindo ou abusando de todos os poderes desbravados pela ciência e pela tecnologia, a fim de criar um inferno na terra. O resultado é uma visão do futuro saturada de imensos horrores e nenhuma fé. A perspectiva americana é semi-humanista; vê a ciência como um novo deus, como capaz de criar quase a seu talante. Mas a perspectiva americana também é semi-cristã; entende que a ciência também está sujeita ao pecado original e portanto capaz de usar seus poderes para desencadear terríveis calamidades e destruição. O comunismo soviético está proibido de duvidar do futuro; é uma questão de ciência e controles, não de religião. O americano ainda vê o cientista produzindo ciência; ele vê os indivíduos por trás da ciência e demonstram desconfiança para com eles. O americano está pronto para crer no pecado e na depravação, mas não na salvação.

Ora, a lei está intimamente associada a nosso pensamento acerca do futuro, assim como ao planejamento social. De fato, a *lei* é uma forma essencial de planejamento social. A lei de Deus, seu eterno decreto, é sua predestinação do homem e do universo, sua preordenação e criação do futuro. O homem tenta fazer a mesma coisa com a lei, tanto sob a autoridade de Deus quanto à parte dela. Quando a Constituição dos Estados Unidos da América foi redigida em 1787, essas leis eram um plano para o futuro do governo federal sob a autoridade de Deus. Uma vez que seus proponentes não reivindicavam onipotência ou perfeição, eles deixavam espaço para melhorias ou correções mediante emendas, mas não impuseram uma lei fundamental na união federal como um plano para seu futuro. As minutas da Convenção Constitucional mostram-nos suas esperanças e temores para o futuro, e pensaram a Constituição como um meio de realizar suas esperanças e prevenir que os seus receios se concretizassem.

Desse modo, a lei é a forma básica de planejamento social. Toda lei está jungida a uma crença relacionada à natureza da sociedade; toda lei expressa certa fé concernente à vida, liberdade, propriedade, sendo pois parte de um plano para realização de um futuro visionado.

A questão que devemos, portanto, nos indagar é esta: *a qual planejamento nossas novas leis fazem parte?* Representam, conforme se dá com todas as leis, uma peça do planejamento social, mas *qual plano?*

Conforme analisamos essas novas leis, certas facetas se tornam cada vez mais claras. *Em primeiro lugar*, nossas leis se tornam gradualmente alheias à fé cristã; não veem o homem e a república como estando “sob a autoridade de Deus”. Pelo contrário, são claramente humanistas. Por conseguinte, deparamo-nos com uma grande revolução jurídica, que já está em processo. *Em segundo lugar*, para a lei americana, desde seus primórdios até o presente, o pecado foi o problema. Pesos e contrapesos, separação de poderes, a teoria dos poderes implícitos, o direito penal, o direito civil e os vários níveis do governo civil são todos projetados para lidar com o fato de que o homem é um pecador, e não deixa de sê-lo quando se torna um funcionário público; pelo contrário, torna-se potencialmente mais pecador. Crescentemente, pois, nossa revolução jurídica se atrela a uma negação da doutrina do pecado. Não é este, mas o meio, que é culpado. A resposta é uma mudança do meio por intermédio da legislação, e este meio modificado transformará, pois, o homem. Em vez da salvação cristã, o homem necessita do recondicionamento científico, seja por meio de programas de saúde mental, guerras contra a pobreza, planos-mestres para áreas e povos, ou mediante controle.

Em terceiro lugar, para a nova lei, a liberdade humana é em relação a Deus e da religião. O Estado deve separar-se de Deus, mas não se separa do agnosticismo ou do ateísmo, e abraça então o humanismo. Afirma a suficiência do homem e do Estado à parte e sem Deus. Para o cristão, a verdadeira liberdade humana está sob a autoridade de Deus e fora do pecado — da tirania do pecado como se manifesta no homem, igreja e Estado.

Em quarto lugar, para a lei cristã, o futuro é uma sociedade piedosa e obediente à lei, debaixo da autoridade de Deus e livre para aí realizar-se e livre da tirania dos homens. Para a lei humanista, o planejamento conforme concretizado nas leis tem como meta um mundo científico, humanista, no qual uma elite planeja (e governa) em nome de todas as pessoas, com base na tecnologia e na razão.

Ao discutir a ficção científica, vimos que a União Soviética tem um determinado objetivo no que toca ao socialismo científico, e governa todas

as coisas com base na consecução dessa meta. A ficção científica americana apresenta uma visão esquizofrênica do futuro — um compromisso parcial com o humanismo científico, socialista, e uma retenção parcial da crença cristã de que o problema fundamental do homem é o pecado e que a resposta essencial é a salvação por meio de Jesus Cristo.

Por causa de nossa ignorância da Bíblia e de nossos fundamentos cristãos, a erosão em nosso sistema americano histórico é profunda e generalizada. Muitos dos que se preocupam com esse problema são os menos preparados para lidar com ele, já que carecem dos fundamentos cristãos. Conhecem bem o problema: são capazes de documentar nossa crise americana minuto a minuto, com detalhes intermináveis. No entanto, são essencialmente humanistas, involuntariamente, em razão de sua ignorância radical em relação à fé. Não é muito difícil permanecer em leitos de morte e saber quando enfermos estão morrendo e percebê-lo. É, porém, muito mais difícil prescrever o medicamento ou realizar a cirurgia necessária para salvar a vida de um indivíduo.

A lei é um plano para o futuro. Para retornar à lei que subjaz e estabelece um futuro cristão sob a autoridade de Deus, é necessário conhecer a Deus em Cristo, e conhecer bem sua lei. O futuro que desejamos é um futuro sob a autoridade de Deus, não sob tiranos. A lei que precisamos é uma lei que protege o cristão em suas liberdades dadas por Deus, em vez de uma lei que dá ao Estado poderes divinos sobre o homem.

Uma lei humanista deve encontrar seu deus e seu diabo no mundo do homem, visto que nega todo domínio sobrenatural. Ora, *Nós*, de Eugene Zamiatin, um livro bastante influente escrito na Rússia três anos após a Revolução, concebe o futuro como uma ordem mundial populada por pessoas cujos nomes são números. Todo homem tem um “código postal” em vez de um nome. O deus deste mundo se chama *Nós*; seu diabo, *Eu*.

O raciocínio aqui é lógico. Se se elimina o sobrenatural, logo o natural deve ser a raiz e fonte do bem e do mal, a fonte do deus e do diabo desse sistema. Para o coletivista ou socialista, o deus é o *Nós*; para o anarquista, o deus é o *Eu*. Tanto o *Eu* quanto o *Nós*, o indivíduo e o grupo, tornam-se monstros terríveis quando são transformados em deuses; sob o humanismo, um dos dois têm de prevalecer. O perdedor torna-se o diabo e deve ser destruído. Eis a razão por que, sob o humanismo, a tirania é inescapável. A própria palavra *tirania* vem de um antigo termo grego que

significa “governo secular”, isto é, governo por parte do homem, e não mediante a lei divina. O verdadeiro remédio para a tirania não é o governo de uma igreja, mas da lei piedosa, o império da lei que planeja para um presente e um futuro sob a soberania de Deus. Como disse o salmista muito tempo atrás: “Se o S_{ENHOR} não edificar a casa, em vão trabalham os que a edificam” (Sl 127.1)

7. Lei e autoridade

Todas as linhas de pensamento apelam à autoridade, e a questão que se deve indagar de qualquer homem ou de qualquer filosofia ou religião é simplesmente esta: “Qual é sua autoridade?” Ao que apelas como o fundamento, a base, de seu pensamento?

Ora, estamos habituados, hoje em dia, a ouvir alguns expressarem seu desprezo para com toda autoridade. Particularmente, muitos radicais dentro de faculdades são bastante ativos, assim como vários de seus professores, ao desprezar qualquer apelo à autoridade. Supostamente são mentes livres e não necessitam desse recurso. Mas declarações como essas representam ou hipocrisia ou ignorância, já que não há possibilidade de qualquer pensamento sem autoridade. A única questão é: que autoridade?

Para muitas dessas pessoas alegadamente contrárias à autoridade, a autoridade fundamental é *o indivíduo*. Dito de outro modo, não reconhecem Deus nem outro homem como dotados de autoridade, e exaltam seu próprio raciocínio a uma posição de supremacia. Tornam-se deuses a seus próprios olhos. Em essência, sua fé é que cada homem deveria ser seu próprio deus; mas ninguém pode ser livre ou tornar-se o próprio deus, a menos que concorde com esses pensadores. Essa posição é basicamente o anarquismo, e é um tipo tão intolerante e exclusivista de autoritarismo quanto qualquer outro. A hostilidade desses anarquistas é a toda forma de autoritarismo, menos o próprio.

As pessoas que professam crer na democracia também têm seu modo próprio de autoritarismo. Eles afirmam que a democracia é o verdadeiro modo de vida e a forma verdadeira de governo civil, uma vez que se assenta sobre o fundamento real, o povo. A fé antiga na democracia é sintetizada na frase latina: *vox populi, vox Dei*, a voz do povo é a voz de Deus. O povo é, portanto, o deus da democracia. Não se pode permitir que nenhuma lei, constituição ou fé religiosa se interponha no caminho da vontade do povo. Esta se encarna numa elite governante que expressa infalivelmente essa vontade geral. Há uma associação direta entre o pensamento democrático de Rousseau e a ditadura do proletariado de Karl Marx.

Em qualquer sistema de pensamento, a autoridade é inescapável. Nesse tocante, toda religião, fé política, filosofia e ciência são assertivas. Cada uma delas apela a uma autoridade essencial e derradeira, a Deus ou ao homem, ao indivíduo ou às pessoas nas massas, à razão ou à experiência; qualquer que seja o caso, algo será a autoridade subjacente em todo sistema de pensamento. A ciência é tão assertiva quanto qualquer religião. A ciência se assenta sobre certas crenças assertivas que subjazem a toda ciência. Ora, em primeiro lugar, a ciência apega-se, por exemplo, à fé de que a realidade é mensurável. Em outras palavras, o que é real é aquilo que se pode medir. Em segundo lugar, a ciência afirma que a realidade tem unidade, uniformidade, de modo que o conhecimento da realidade é possível porque a realidade não se contradiz. Este e muitos outros axiomas ou pressupostos da ciência são essencialmente crenças religiosas, e fornecem a autoridade para a ciência.

Ninguém escapa ao problema da autoridade. Todo homem apelará, conscientemente ou não, a alguma autoridade, tomando-a como fundamental e derradeira para a vida. A maior parte das autoridades reverenciadas hoje pelos homens são autoridades humanas: o indivíduo, o povo, os pensadores e planejadores de elite, a ciência, a razão ou o Estado – estas são todas autoridades humanistas.

Quando suas autoridades são deste mundo, o ser humano está então em perigo. Essas autoridades são então não apenas supremas, mas também próximas ou presentes. Estão logo ao seu lado com todas suas reivindicações impositivas, e, uma vez que ocupam o mesmo fundamento que o homem ocupa, limitam e destroem a liberdade humana.

Duas coisas do mesmo mundo não podem ocupar o mesmo ponto no tempo e espaço. Se os deuses ou autoridades do homem são deste mundo, eles insistirão em ocupar o lugar *dele* no tempo e espaço, e o resultado será, pois, a escravização e remoção do ser humano em relação a suas devidas liberdades e posição na vida. Um homem não pode competir com suas autoridades, com seus deuses; estes estão, conforme o próprio indivíduo reconhece, acima e além dele. Se os deuses de um homem são deste mundo, e se são humanistas e forjados por mãos mortais, eles conhecem somente um único domínio a ocupar: o domínio humano. É por isso que o anarquismo e a democracia, embora professem exaltar o homem, terminam por oprimi-lo. É por isso também que a ciência humana, embora declare

servir ao homem, o termina usando como seu animal de experimentos, sua cobaia.

A autoridade de qualquer sistema de pensamento é o deus desse sistema. Os homens, ao negarem a Deus, não podem escapar dele. Deus é a realidade inescapável, assim como a categoria inescapável de pensamento. Quando os homens negam o único Deus verdadeiro, fazem-no apenas para produzir falsos deuses.

Por trás de todo sistema legal, há um deus. Para que se encontre o deus em qualquer sistema, basta localizar a fonte da lei desse mesmo sistema. Se a fonte de lei é o indivíduo, logo este é o deus desse sistema; se é o povo, ou a ditadura do proletariado, então estes são os deuses desses sistemas; se é uma corte, então a corte é nosso deus. Se não há lei superior e para além do homem, segue-se que o homem é seu próprio deus, ou suas criaturas, as instituições que criou, tornaram-se seus deuses. Quando se opta por uma autoridade, opta-se por um deus; e onde está tua lei, aí estará teu deus.

O fundamento da liberdade é Jesus Cristo. A fé bíblica deposita a autoridade no Deus triúno — Deus Pai, Deus Filho e Deus Espírito Santo — e na palavra inspirada e infalível de Deus, a Bíblia. Deus não compete com o homem, tal como o fazem as autoridades humanistas. Ele está acima, sobre e além do homem. O propósito de sua lei e de seu governo é estabelecer o homem na ordem piedosa e na verdadeira liberdade. Uma vez que Deus criou este mundo e a história, ele não busca obliterá-la, mas conduzi-la, juntamente com o homem, à consumação.

Neste mundo, a autoridade na fé bíblica está somente sob a autoridade de Deus. Aos homens foi dada autoridade sobre suas esposas, e aos pais, sobre seus filhos, *sob* a autoridade de Deus e em sujeição às suas leis. A autoridade do Estado sobre seus cidadãos e autoridade da igreja sobre seus membros estão sempre sujeitas à autoridade prévia de Deus e à supremacia de sua lei. Em cada área, Deus sustenta a autoridade legítima, que é sua criação, mediante sua palavra e lei. Porém, em todas as áreas, Deus também limita toda a autoridade humana por meio de sua própria soberania e sua palavra. Nenhuma autoridade humana pode afirmar-se suprema, nem falar como se tivesse o poder final.

Assim como é impossível para o homem viver sem autoridade, também o é para ele viver sem lei. Ademais, todo sistema legal honesto há de declarar abertamente sua autoridade fundamental e rejeitar qualquer outra autoridade. Toda lei pressupõe uma autoridade essencial; e a autoridade suprema de todo sistema de pensamento será seu deus.

É evidente, portanto, que, nestes dias, lamentavelmente andamos desgarrados no que diz respeito ao nosso pensamento acerca da lei. Nossa lei deixou de ser cristã e tornou-se humanista e democrática. Seu propósito é estabelecer a vontade do homem-massa, do homem democrático, como a autoridade suprema. Como resultado, nosso direito é cada vez mais um sistema jurídico anticristão. É hostil à soberania de Deus e afirma, antes, a soberania do homem. Nossos legisladores estão de fato dizendo: “Façamos deus à nossa imagem e semelhança”. Estão inclinados não apenas a reformular a lei, mas também ao homem.

A lei de Deus tem como seu propósito o governo do ser humano, guiá-lo e dirigi-lo pelo caminho da retidão e da verdade. A graça recria o homem, e a lei é a forma de vida do novo homem, no sentido de que este é regenerado para ser conformado a Deus.

A lei do ser humano busca refazer o homem segundo o plano que o Estado humanista tem para ele. A educação é gradativamente usada a fim de ensinar o estatismo e moldar as mentes dos pequenos. O lema de educadores progressistas: “Não ensinamos matérias; ensinamos às crianças” é bem apropriado. Seu propósito não é comunicar conhecimento aos alunos, mas remoldá-los segundo seus ideais da democracia. As escolas são, portanto, instrumentos de regeneração social. Em vez do renascimento por Jesus Cristo, oferecem o renascimento por meio do currículo estatista e progressista. As escolas públicas são criações do Estado, e assim ensinam e exaltam a autoridade do Estado democrático. Exaltam a autoridade da democracia e solapam a autoridade de Deus, a quem ignoram como se fosse irrelevante à educação. As escolas públicas são inteiramente autoritárias, sendo sua autoridade a democracia.

Ora, a autoridade é inescapável. A questão fundamental é: *que autoridade?* A autoridade de Deus ou do homem? Se escolhermos este último, não temos direito de queixar-nos contra a ascensão do totalitarismo, a manifestação da tirania — pedimos por isso. Se escolhermos a autoridade de Deus, então devemos submeter-nos a ele sem reservas; devemos aceitar

sua palavra infalível e reconhecer em tudo sua soberania. Sobre esse fundamento, estamos “edificados sobre a rocha”, Jesus Cristo, e não cairemos (Mateus 7.24-27).

8. Lei e caos

Se cremos que o universo evoluiu de um caos primevo, afirmamos pois que o caos é o fator primeiro e supremo e a força do universo. O caos é, portanto, a fonte e origem de todas as coisas e é o dado, o *datum*, o poder subjacente ao cosmos. Em vez de termos Deus como a fonte, temos então o caos.

Todas as religiões não bíblicas remontam suas origens ao caos. A criação é vista não como um ato, mas um processo, crescimento, desenvolvimento ou evolução. Apenas na Bíblia temos o criacionismo; todas as demais religiões assentam-se na filosofia do processo. Nas religiões da Antiguidade, os próprios deuses eram um produto do processo; eles próprios nasciam do caos.

Ora, como vimos em meu estudo, *The Religion of Revolution* [A religião da revolução], quando o caos é supremo, quando é a fonte de todas as coisas, como se dá na evolução, então a regeneração também se dá por meio do caos. O caos é fonte absolutamente destituída de lei, informe e completamente desordenada de todas as coisas. Como fonte de tudo, o caos é também a *energia* e *poder* fundamental e subjacente ao universo. Em vez de extrair todo poder de Deus e de seu ato criador, a evolução extrai toda energia e poder do caos primevo. Sendo supremo, o caos é a força essencial do universo.

Nessa perspectiva evolucionista, a regeneração — o renascimento — para o homem e sociedade se dá por meio do caos. O cristão dirige-se ao Deus triúno, revelado em Jesus Cristo, para que nasça novamente. Todos os que creem nas filosofias evolucionistas ou do processo dirigem-se ao caos para nascerem de novo.

Como resultado, em todo o paganismo, o rito ou festival religioso fundamental era um ritual do caos, sendo a Saturnália romana uma de suas formas. Durante o festival do caos, práticas normalmente proibidas tornavam-se imperativas. Incesto, adultério, todas as formas de perversão e todo tipo de desregramento tornavam-se mandatórios e necessários, sendo praticados por todos. Era a crença no novo nascimento por intermédio do

caos. Assim, este era necessário tanto para o renascimento pessoal quanto para a regeneração social. A evolução é uma forma moderna dos cultos do caos, e a publicação de *A Origem das Espécies* de Darwin foi aclamada com fervor por Marx e Engels. Viram de imediato que a teoria providenciava, nas palavras de Marx a Lassalle, “uma base na ciência natural para a luta de classes na história” e para a revolução. Para o comunismo, a regeneração social se dá por meio do caos. Mesmo quando um território é tomado pacificamente, a revolução deve ser aplicada a partir de cima. Ora, a revolução é o caos pensado como regeneração. É um princípio religioso. Tanto a evolução quanto o marxismo são formas modernas de antigos cultos do caos.

A fé bíblica, porém, é no criacionismo; não o caos, mas, sim, Deus é supremo. Deus criou e sustenta todas as coisas, e somente ele pode pois recriá-las todas. A regeneração se dá por intermédio da *graça* de Deus por meio da expiação de Jesus Cristo. A graça não anula a lei; antes, cumpre e estabelece a lei. Como São Paulo declarou em Romanos 3.31: “Anulamos, pois, a lei pela fé? Não, de maneira nenhuma! Antes, confirmamos a lei”. O *propósito* da lei é a *vida*. Como novamente disse São Paulo: “E o mandamento que me fora para vida”, em razão do pecado, “verifiquei que este mesmo se me tornou” (Romanos 7.10). Em si, de acordo com Paulo, “a lei é santa; e o mandamento, santo, e justo, e bom” (Romanos 7.12). “Porque bem sabemos que a lei é espiritual; eu, todavia, sou carnal, vendido à escravidão do pecado” (Romanos 7.14). O homem, em Cristo, morre para a lei enquanto acusação, uma sentença de morte, que Cristo assumiu por nós. O homem vive em Cristo, não para desprezar a lei de Deus, mas para observá-la mediante a graça divina. A graça é a vida do crente, e a lei é sua condição.

Quando Deus criou o homem e o estabeleceu no Jardim do Éden, deu-lhe o princípio da lei pelo qual deveria viver. O capítulo 2 de Gênesis deixa isso muito claro. O paraíso não era um domínio sem lei; pelo contrário, ali o princípio da lei prevalecia absolutamente. O homem tinha, desde o princípio, a responsabilidade da escolha moral com relação à árvore do conhecimento do bem e do mal. Por meio de sua obediência diária, o ser humano afirmava que Deus é o soberano e determinador de todas as coisas; somente Deus pode declarar o que é bom e o que é mal, cabendo ao homem, sua criação, obedecê-lo. A tentação de Satanás foi esta: “como

Deus, sereis conhecedores do bem e do mal” (Gênesis 3.5). Todo homem será seu próprio deus, determinando o bem e o mal por si mesmo. Desse modo, *em primeiro lugar*, no paraíso, o princípio da lei corria risco todos os dias. O homem reconheceria Deus como a fonte da lei ou declararia a si próprio como tal?

Em segundo lugar, a lei estava integrada na responsabilidade de Adão em cuidar do Éden. O trabalho (então livre da maldição) era sua responsabilidade perante Deus, de modo que a lei da vida cotidiana do ser humano envolvia a prestação de contas por seu trabalho e a responsabilidade em fazer frente a seus deveres. O trabalho é uma esfera de lei fundamental; nossa atitude para com o trabalho é parte de nossa atitude em relação à lei.

Em terceiro lugar, o homem estava sob a lei no Paraíso, no sentido de que lhe foi dada a responsabilidade de nomear os animais. Ora, *nomear*, no hebraico antigo, significa classificar, definir a natureza de algo, sendo que, nos tempos veterotestamentários, o nome de um indivíduo era também sua definição. Desse modo, o nome de um indivíduo poderia ser mudado várias vezes ao longo do tempo, em conformidade com as mudanças de sua vida. Nomear os animais era, pois, uma tarefa científica para Adão. Fazia-se necessário o entendimento das leis fundamentais da criação, das espécies e gêneros, assim como a classificação e identificação dos animais segundo as leis de sua criação. Mais uma vez, Adão estava obrigado a reconhecer e entender as leis de Deus.

Em quarto lugar, a lei era soberana no matrimônio de Adão. Eva não fora criada juntamente a Adão, mas somente após um período considerável, durante o qual Adão se empenhou em sua tarefa de classificação da natureza e em sua responsabilidade pelo Éden. Adão observou as naturezas masculina e feminina dos animais, mas também percebeu que não havia uma companheira para si. Em outras palavras, o matrimônio de Adão não deveria dar-se simplesmente a realização da lei biológica, mas segundo o chamado de Deus. Somente quando Adão descobriu-se como um homem em sua vocação, em sua responsabilidade e em seu entendimento, é que Eva lhe foi dada como esposa.

O princípio da lei, a lei de Deus, era pois soberana no Paraíso. A imagem de Deus no homem, em seu sentido mais estrito, é conhecimento, retidão, santidade e domínio. O desenvolvimento e realização dessa imagem

se davam por meio da lei. Quando o homem caiu, a salvação pela graça de Deus mediante a obra expiatória de Jesus Cristo o restabeleceu na comunhão com Deus. Dispôs o homem novamente numa relação com Deus; e as regras para o relacionamento do homem são lei – a lei de Deus. Conforme disse São Paulo: “Sabei, pois, isto: nenhum incontinente, ou impuro, ou avarento, que é idólatra, tem herança no reino de Cristo e de Deus”. Não somos salvos para desprezar a lei, mas sim para observá-la como a justiça de Deus.

Ora, a essência de qualquer perspectiva evolucionista é seu conceito de mudança e desenvolvimento a partir do caos. Dessa forma, enfatiza-se tanto o *caos* como o poder supremo quanto a *mudança* como o fator constante. Se o caos é supremo, então a revolução é uma forma necessária de regeneração social. Se a mudança é um fator constante, segue-se que a lei é um elemento cambiante, e não nos é possível uma crença numa lei absoluta, num bem e mal derradeiros, num certo e errado constantes. A mudança é então a única lei da vida, e os meios de mudança são o caos e a revolução.

Nosso mundo de hoje está capturado por forças da revolução e da mudança. A mudança não é crescimento, mas mudança gratuita. A revolução somente agrava nossas crises, mas os homens se voltam para a revolução em busca de salvação. Com efeito, para o pensamento evolucionista moderno, *revolução é salvação*.

Não podemos sequer iniciar o combate a essas forças revolucionárias, a menos que desafieemos primeiramente seu fundamento evolucionista. O mito da evolução, uma forma moderna de um mito cultural antigo, deve ser desafiada em nome do criacionismo bíblico, sem qualquer contemporização ou hesitação, e sem quaisquer concessões. A criação de todas as coisas por Deus ao longo de seis dias é uma declaração clara das Escrituras. É a premissa necessária, o fundamento, da fé bíblica. Transigir ou substituir por outros fundamentos significa substituir Deus pelo homem e a palavra de Deus pelo pensamento do homem; a consequência só pode ser o desastre. “Se o SENHOR não edificar a casa, em vão trabalham os que a edificam” (Sl 127.1).

9. Lei e evolução

O modo como definimos a lei depende em grande medida daquilo em que cremos. A definição de lei varia portanto entre as religiões e filosofias. Os que apregoam a fé cristã veem a lei como a ordem suprema do universo. É o fato invariável num mundo variável, a ordem imutável num universo em mudança. A lei, para o cristão, é pois absoluta, derradeira, um aspecto da criação de Deus e uma manifestação de sua natureza. Com base nisso, o cristão pode afirmar que o certo é certo e o errado é errado, que bem e mal são categorias morais imutáveis, em vez de termos relativos.

De uma perspectiva evolucionista, contudo, temos um conceito de lei bastante diferente. O universo está evoluindo, e o único fator constante é a *mudança*. É impossível, assim, tratar de uma lei absoluta. O universo evoluiu por meio de variações randômicas, não havendo lei que tenha supremacia ou verdade absoluta. Por conseguinte, quando tratamos sobre a lei, tratamos sobre costumes ou práticas e médias estatísticas. Os costumes sociais mudam, e aquilo que era lei aos antigos gauleses não o é para os franceses modernos. Podemos esperar que as ideias humanas acerca da lei mudem conforme suas sociedades mudem e evoluam. Ademais, as estatísticas nos fornecem uma média e um meio que determinam a moralidade, e nossas ideias de lei são governadas pelo costumeiro e socialmente aceito.

Por exemplo, Émile Durkheim, em *Regras do método sociológico*, escreveu um capítulo intitulado “Sobre a normalidade do crime”. *Primeiramente*, Durkheim concebia que o crime era normal, “pois uma sociedade isenta dele é inteiramente impossível”. Toda sociedade, em cada época, tem seus criminosos; portanto, o crime é uma parte da normalidade. *Em segundo lugar*, uma vez que Durkheim acreditava na evolução em vez de em Deus, não havia, segundo ele, uma lei de Deus que declarasse os crimes como malignos. A única coisa contra o crime é a desaprovação social e a condenação, e estas se assentam na organização da sociedade. Se a sociedade fosse diferentemente organizada, esses crimes poderiam ser considerados como traços desejáveis. *Em terceiro lugar*, os crimes operam progresso, porque desafiam a autoridade, e, de acordo com Durkheim, “para

que o progresso seja possível, a originalidade individual deve poder expressar-se”. O criminoso, portanto, rompe com a fixidez da sociedade a partir de baixo, de modo que o idealista possa, a partir de cima, encontrar expressão e liberdade. O criminoso é, pois, o aliado do revolucionário social.

Em quarto lugar, o próprio criminoso é um pioneiro da evolução. Como disse Durkheim, “onde existe o crime, os sentimentos coletivos são suficientemente flexíveis para assumir uma nova forma, e o crime por vezes ajuda a determinar a forma que tomarão. Com efeito, quantas vezes é somente uma antecipação da moralidade futura — um passo rumo ao que será?”. Em vez de ser um parasita e um ente antissocial, o criminoso é, para Durkheim, um pioneiro evolucionista. “O crime, por sua vez, não deve mais ser concebido como um mal que não pode ser suficientemente suprimido.” Desse modo, deve-se dedicar uma atenção sociológica séria ao crime: “Se o crime não é de modo nenhum patológico, o objetivo da punição não pode ser curá-lo, sendo necessário buscar sua função real em outro lugar.”

Em quinto lugar, Durkheim afirmou: “Os variados princípios que estabelecemos até o presente estão, pois, interconectados. Para que a sociologia seja a verdadeira ciência das coisas, a generalidade dos fenômenos deve ser tomada como o critério de sua normalidade”. Em outras palavras, qualquer atividade criminal, conforme passa a prevalecer, torna-se moral e aceitável. Em vez de falar sobre a transgressão da lei e ordem, o evolucionista deve logicamente tratar acerca da mudança da lei, já que os atuais crimes e perversões estão se tornando a nova lei da sociedade. Aqueles que se apegam à antiga moralidade são agora os párias sociais. Certa mãe, uma bióloga, queixou-se comigo, alguns anos atrás, que seu filho, ao considerar a natureza indisciplinada de seus colegas de classe extremamente desagradável, abandonou seus estudos. O comentário do professor à mãe foi que seu filho era o “anormal”. Com base no padrão estatístico de Durkheim, o professor estava correto; e segundo o critério evolucionista, todos que se opõem aos desvios da lei, todos que se apegam a um bem e mal invariáveis, são extremistas informais e párias sociais.

Levando-se em consideração a evolução social, o homem encontra-se perpetuamente no “eu social”. Deve estar sempre em sintonia com o cenário social; deve ser estar junto à sociedade para que seja ele mesmo. À vista disso, Charles H. Cooley, ao escrever a obra *The Social Self* [O Eu

Social], afirmou que o indivíduo, o “‘Eu’ é uma tendência social militante, operando para fixar e expandir seu espaço na corrente geral das tendências. Na medida de suas possibilidades, expande-se, assim como toda a vida o faz. Pensá-lo (o Eu) como apartado da sociedade é um absurdo evidente, do qual não se poderia culpar aquele que realmente o *visse* como um fato da vida”. Cooley cita Goethe em seguida: “Apenas no homem o homem conhece a si mesmo; só a vida ensina a cada um o que ele é”.^[2] Dito de outro modo, o homem é um produto da evolução social; portanto, ele não pode ser definido levando-se Deus em consideração, somente com base no contexto social. Ele não é nada em si mesmo; é apenas um aspecto e parte da sociedade. Pensar no homem como algo à parte da sociedade é, como disse Cooley, “um absurdo evidente”. Enfim, o homem é um mero animal social, e não se pode conhecê-lo ou defini-lo senão relativamente ao seu coletivo, a sociedade. Com base nisso, o homem, em vez de ter sido criado à imagem de Deus, é criado à imagem da sociedade. O homem, em vez de ser governado pela lei de Deus, é consequentemente governado pela lei do bando, a lei da sociedade na evolução. Não há, pois, lei superior: há apenas a lei da sociedade conforme esta evolui. O que é certo hoje pode ser errado amanhã. O que é perversão hoje pode ser amor “platônico” nobre amanhã. A lei não tem, atrelada a si, uma verdade absoluta, nem uma moralidade absoluta que lhe subjaza. É simplesmente o costume social e a força do Estado.

Para a fé bíblica, o ser humano não é uma criatura da evolução social, mas uma criatura de Deus, criado à sua imagem, com conhecimento, retidão e santidade e domínio (Gênesis 1.27-28; Colossenses 3.14; Efésios 4.24). O homem deve ser compreendido, portanto, não por referência à sociedade, mas por referência a Deus. A lei do ser do homem provém não da sociedade, mas do Deus Criador. A lei de Deus é a condição da vida do ser humano e seu fundamento para o bem-estar. Como disse Moisés: “O Senhor nos ordenou cumpríssemos todos estes estatutos... para nos guardar em vida, como tem feito até hoje” (Deuteronômio 6.24). Também: “A justiça seguirás, somente a justiça, para que vivas e possuas em herança a terra que te dá o Senhor, teu Deus” (Deuteronômio 16.20). Em vez de serem julgados socialmente, os homens e sociedades devem ser julgados religiosamente, pelo Deus soberano e triúno. Mas, para Auguste Comte, por exemplo, em seu estudo *A filosofia positiva*, “os fenômenos sociais estão sujeitos às leis naturais”, isto é, a sociedade é um produto da biologia e não

pode transcendê-la. O homem não é mais que sua biologia. Se é este o caso, porém, segue-se que a lei do homem não é mais que uma fase de sua evolução social e há de mudar como o homem muda.

Não há certo e errado absolutos em qualquer sistema jurídico evolucionista, de modo que a evolução é essencialmente hostil à própria ideia de direito. Ora, a lei implica uma ordem imutável, um critério final, ao passo que a evolução insiste que a lei é experiência social, costumes e práticas. Por conseguinte, o pensamento evolucionista é incapaz de *formular* um conceito de direito; antes, *usa* a lei como um instrumento de mudança social. O pensamento evolucionista torna a lei *relativa* e *cambiante*, mas o mecanismo de mudança torna-se, com isso, *absoluto*. Ora, o mecanismo da evolução foi o processo natural, mas tem se tornado cada vez mais o Estado socialista científico e sua elite planejadora. Quando o ser humano se torna o dirigente de sua própria evolução por meio do Estado, este se transforma no novo absoluto. Hegel, ao aceitar a evolução social, tornou o Estado o novo deus do ser. Os discípulos de Hegel, ao absolutizar o Estado, são marxistas, fabianistas e outros socialistas, pragmatistas e praticamente todas as escolas modernas de pensamento. Em resumo, Deus e sua lei transcendental são abandonados em prol de um novo deus, o Estado. A evolução conduz pois não apenas à revolução, mas ao totalitarismo. A teoria do evolucionismo social, como enfatizada em Hegel, transformou o Estado no novo deus do ser. O pensamento evolucionista biológico, em seu desenvolvimento desde Darwin, tornou a revolução o grande instrumento desse novo deus e o meio (isto é, o Estado socialista científico) de estabelecê-lo.

Estando comprometido com a evolução, o mundo está consequentemente comprometido com a revolução. O mundo está fadado a mudar sem sentido, já que é governado por uma lei sem Deus. Há crise após crise, uma vez que a mudança revolucionária é a nova ideia humana de bem-estar, e, em cada mudança, o Estado surge mais poderoso e mais nitidamente como o novo deus e salvador do homem. Não há resistência contra esse novo deus senão por meio do único Deus verdadeiro. “Se o SENHOR não edificar a casa, em vão trabalham os que a edificam” ([Sl 127.1](#)).

10. Lei e alquimia

A alquimia mostrou-se um fator relevante na história. Ora, alquimia é a crença de que metais vis podem ser transmutados em ouro, e que se pode reverter os processos da vida, de modo que o envelhecimento daria lugar à juventude. Suas origens remontam à Antiguidade, sendo possível retracá-las ao menos até à Babilônia. De acordo com os alquimistas, a natureza está em processo de evolução, cuja meta é ascensional. Todas as variações na natureza são imperfeições, falhas e experimentos rumo à consecução do melhor. Daí, no domínio da metalurgia, todos os metais, com exceção do ouro, são imperfeições e abortos da natureza, experimentos que fracassaram. Seja no Oriente Próximo, China antiga, Indochina, Índia ou em qualquer outra parte, o homem, nos tempos remotos, acreditava na metamorfose natural dos metais.

A base dessa fé era evolucionista. A natureza está em processo de desenvolvimento, e o melhor na natureza representa a forma superior de desenvolvimento e o potencial para todas as demais formas. O propósito do alquimista era acelerar esse processo natural, evolutivo. A título de ilustração, a *Summa Perfectionis*, uma obra sobre alquimia que data do século XIV, afirmava que “podemos alcançar, num curto período, e por meio de nossa arte, aquilo que a Natureza não aperfeiçoa ao longo de um imenso lapso temporal”. Dito de outro modo, a ciência do alquimista realizaria, pela experimentação, o que normalmente exigiria milhões de anos para se alcançar. Em sua peça, *O Alquimista*, Bem Johnson expressou a mesma ideia: “O ovo designado pela Natureza para esse fim e que é um pintainho em potencial... Pode-se dizer o mesmo do chumbo e outros metais, que seriam ouro, caso se lhes desse tempo... E isto nossa arte o faz com maior vigor” (Ato II, cena 2). De semelhante modo, a morte é vista como uma falha que a evolução há de superar um dia, assim como o fará com o envelhecimento; desse modo, o alquimista dedicava-se também a acelerar a evolução para produzir o homem jovem e imortal como o novo deus sobre a criação.

O alquimista dependia, em parte, de um retorno ao princípio, ao caos, a criar o ímpeto rumo à evolução. Mircea Eliade, em seu *Ferreiros e*

Alquimistas, cita um antigo documento zen-taoísta para ilustrar esse ponto: “Ao retornar à base, à origem, lançamos fora a senectude, retornamos à condição de feto”. Eliade comenta: “Ora, esse ‘retorno ao princípio’, conforme vimos, era o que o alquimista também buscava por outros meios”. Em outras palavras, a evolução requer o caos, a revolução, a fim de promover a regeneração. O propósito do alquimista era criar as condições do caos, para impulsionar o salto à frente na evolução. Não nos surpreende, portanto, que os alquimistas do iluminismo estivessem intimamente associados (sendo-lhes inclusive fundamentais) às forças da revolução. *A revolução é simplesmente a teoria da alquimia social*. De acordo com Paracelso, o mundo deve “adentar em sua própria mãe”, isto é, no caso, no abismo, para alcançar a eternidade. Os alquimistas falavam sobre “ter nascido novamente”, como o fazem hoje os ocultistas; mas com isso referiam-se a um retorno ao caos como meio de regeneração.

Há fortes elementos de alquimia na psicanálise. Por meio da análise, o paciente regressa ao primitivo, ao anárquico e ao inconsciente, e é, por meio disso, supostamente liberto do cativo e socialmente revitalizado.

Para ser um alquimista, era necessário negar a presente ordem em nome do caos primevo. Isso significava rejeitar a lei e ordem como estéreis e encontrar poder no caos. Basílio Valetim disse: para o adepto [da alquimia], “o mal deve tornar a mesma coisa que o bem”. O conhecimento perfeito significava negar todos os presentes valores em favor do poder que o caos tem de criar uma ordem distinta.

O propósito do alquimista era, portanto, promover a evolução ao agir como seu agente. Nas palavras de Eliade: “um fator comum emerge de todas essas sondagens experimentais: ao tomar para si a responsabilidade de mudar a Natureza, o homem se colocou no lugar do Tempo; aquilo que teria exigido milênios ou éons para ‘amadurecer’ nas profundezas da terra, o ferreiro e o alquimista afirmam ser capazes de alcançar em poucas semanas”. Eliade afirma ainda que as ferramentas e equipamento do alquimista, “suas fornalhas, suas retortas, exercem um papel ainda mais ambíguo. Essas peças do aparato estão no centro mesmo de um retorno ao caos primordial, de um ensaio de cosmogonia”.

Assim sendo, a alquimia é a metamorfose, a transmutação, a mudança do homem e seu mundo por meio do caos; o homem acelera sua

própria evolução ao recriar o caos original do ser. A revolução é simplesmente a teoria da alquimia social.

Ora, a alquimia não desapareceu com o declínio dos alquimistas ao longo do século XVIII; antes, simplesmente deu lugar a uma nova forma — à evolução biológica e social. A evolução é a alquimia atualizada. É o mesmo e antigo sonho, como de hábito mostrando-se como verdadeira ciência, que oferece ao homem a oportunidade de ser seu próprio deus.

Mesmo Eliade, que não é de modo nenhum um crente ortodoxo, afirma o mesmo: “Não devemos crer que o triunfo da ciência experimental tenha reduzido a nada os sonhos e ideais dos alquimistas. Pelo contrário, a ideologia da nova época, cristalizada em torno do mito do progresso infinito e impulsionado pelas ciências experimentais e pelo crescimento da industrialização que dominou e inspirou todo o século XIX, toma para si e conduz adiante — a despeito de sua secularização radical — o sonho milenar do alquimista”. Podemos acrescentar que o socialismo moderno e o pensamento evolucionista são formas ainda mais rigorosas de alquimia. O ser humano sonha em refazer a natureza e conquistar o tempo. O homem nega que a lei de Deus governa — e de forma absoluta — o universo. Pelo contrário, ele vê todas as coisas como se evoluíssem do caos, e assim busca governar essa evolução ao tornar-se ele mesmo *o princípio do caos*.

Por conseguinte, o homem revolucionário, o novo princípio do caos, mergulha o mundo no abismo da revolução e caos. O ser humano cria o caos planejado em cada domínio, na expectativa de ter fertilidade. Não é a ordem, mas sim o caos que reina na arte. A arte que se pratica com base na lei é tida como aborrecida, estéril e acadêmica. O caos planejado governa a economia, e nega-se a lei econômica. A educação atua para gerar o desenraizamento, que é um aliado do caos, como uma pré-condição da educação e do intelectualismo. Em cada área, o homem cria a revolução e caos na fé de que um admirável mundo novo, por meio disso, nascerá. A pessoa criativa não é o indivíduo disciplinado, mas o indisciplinado, a pessoa caótica, uma criatura desordenada, cujos atos são a invocação ritual do caos. A boemia na arte assenta-se nessa fé. O artista é um alquimista que somente pode invocar a fertilidade essencial do universo por meio do caos. Por meio do retorno ao caos, ele supostamente salta à frente no tempo; ele torna-se o homem do amanhã, com mais vigor e poder porque é mais desregrado. Na religião, nos é dito que a conformidade com a palavra

infalível de Deus é estéril e desumanizante. A liberdade religiosa humana supostamente envolve a rebelião contra a verdade ordenada, derradeira e infalível de Deus. O ser humano deve voltar-se do mundo ordenado de Deus para o caos e abismo do existencialismo; e então, de algum modo, disso brotará a verdadeira religião. A noite escura da alma como o caos do não-ser é invocada como o caminho para o futuro.

Nos pesadelos da alquimia, em todas suas muitas formas, a evolução e revolução, arte e religião, onde quer que com eles nos deparamos, aí vemos o moderno cativeiro babilônico do homem. O ser humano está na Babilônia, num cativeiro construído por ele mesmo. Suas próprias mãos, sua mente, ciência, religião e política forjaram as cadeias de seu novo cativeiro babilônico. Logo, o homem é seu próprio prisioneiro e algoz. O homem tortura a si mesmo com horrores de sua própria invenção, e, negando a Deus, clama inutilmente a si mesmo por ajuda. O homem construiu uma nova Torre de Babel e é sua própria punição e prisão.

A alquimia, em todas as suas formas modernas, teve um êxito parcial. Criou o caos com sucesso, mas não trouxe uma nova ordem a partir do caos. Na verdade, matou, com êxito, muitas pessoas, mas não foi capaz de fazê-las viver. Em vez de evolução, precipitou a degeneração social.

Não podemos nos contrapor à alquimia senão por meio da fé bíblica, uma firmemente enraizada no criacionismo. Nisto está nossa esperança de progresso, nossa força e nossa segurança, e em Cristo está nossa liberdade. “Os que confiam no S_{ENHOR} são como o monte Sião, que não se abala, firme para sempre” (Sl 125.1). “Reina o S_{ENHOR}. Regozije-se a terra, alegrem-se as muitas ilhas” (Sl 97.1). “Deus é o Rei de toda a terra; salmodiai com harmonioso cântico” (Sl 47.7).

11. Lei e liberdade acadêmica

A liberdade acadêmica é um dos problemas candentes em nossos dias. É um assunto que tende a gerar sentimentos intensos de ambos os lados. Aliás, a própria questão deixou de ser acadêmica: tornou-se, antes, uma grande preocupação social.

Examinemos primeiramente o argumento daqueles que se dizem defensores da liberdade acadêmica. Um bom exemplo é o da Universidade Emory, uma instituição metodista, onde o Professor Thomas J. J. Altizer ensina. Altizer, cujo posicionamento é basicamente budista, é um líder do “Movimento Deus está morto” [Teologia da morte de Deus], e isto foi reconhecido pelo colégio de bispos da jurisdição do Sudoeste, da Igreja Metodista. Sobre os argumentos de Altizer, os bispos disseram: “Tais declarações são pura fantasia, sem fundamentação de qualquer conhecimento científico responsável e contraditas pela longa experiência do homem na terra, assim como por milhões de pessoas que, no presente, conhecem o Todo-Poderoso como o Deus vivo”. Podemos notar também que os bispos não responderam a Altizer com a Palavra de Deus, mas, antes, com a experiência do homem. Contudo, opõem-se a Altizer. Dizem: “Ficamos surpresos que um professor da Bíblia e Religião numa instituição eclesiástica possa dizer” essas coisas. Os bispos também deixam claro que Altizer não fala pela Igreja Metodista, nem pela Universidade Emory. “O Professor Altizer fala somente por si mesmo.” Eles lembraram a Altizer que “a liberdade exige responsabilidade”, mas também esclareceram que “estão comprometidos com o princípio da liberdade acadêmica. Uma universidade pressupõe que haja, por parte daqueles associados a ela, liberdade na busca pela verdade”. Os bispos, portanto, demonstram o apoio total da universidade e expressaram seu orgulho nisso.^[1]

Ao mesmo tempo, o Escritório de Desenvolvimento da Universidade Emory publicou uma declaração de William R. Cannon, Deão da Faculdade Chandler de Teologia, dessa Universidade: o “Deus não está morto em Emory”. Cannon, após deixar claro que Altizer ensina na Faculdade Emory, não na Faculdade de Teologia, afirmou a liberdade acadêmica. “Quando uma pessoa é trazida a uma faculdade, é-lhe dada a

oportunidade de pensar livremente, sendo encorajada, tanto no laboratório quanto no gabinete, a envolver-se com o conhecimento acadêmico criativo que levará a novas descobertas e abrirá novas fronteiras do saber. Certamente, corremos grandes riscos com isso; mas os ganhos os superam.”

O Presidente do Conselho Administrativo da Emory, Henry L. Bowden, numa declaração publicada na imprensa em 30 de novembro de 1965, afirmou a fidelidade da Emory “aos princípios da liberdade acadêmica conforme mencionada pela Associação Americana dos Professores Universitários”.

Uma questão semelhante veio à tona em Berkeley, Califórnia, onde se encontra a Faculdade Batista de Teologia da Convenção Batista Americana. Em razão do progressismo presente na faculdade, muitas igrejas retiraram seu apoio. O presidente da faculdade viu isso como uma negação da liberdade acadêmica, e, de acordo com a edição de domingo do jornal *Tribune* de Oakland, publicada em 4 de dezembro de 1966, “o Dr. Arnott atacou aqueles cujas crenças doutrinárias não permitem a diversidade de opiniões”.

Ora, certos pressupostos claramente se mostram a partir dessas variadas declarações. *Primeiramente*, a liberdade acadêmica significa que um professor tem o direito de ensinar e escrever sem qualquer interferência, mesmo se sua obra é hostil e subversiva ao propósito fundamental da faculdade. *Em segundo lugar*, é um mérito quando uma escola permite, tolera e encoraja esse ensino. *Em terceiro lugar*, aqueles que se recusam a apoiar o ensino que subverte sua fé são culpados de suprimir opiniões e são tidos como hostis à liberdade. *Em quarto lugar*, a função essencial de qualquer escola é encorajar novas ideias ao invés de propagar ideias antigas.

Para que ninguém presuma que nossa descrição é injusta, vejamos o que a *Columbia Encyclopedia* tem a dizer sobre a “liberdade acadêmica”: Liberdade acadêmica, direitos dos acadêmicos de dar continuidade à sua pesquisa, ensinar e publicar sem controle ou restrição das instituições que os empregam. É um direito civil que é desfrutado, ao menos legalmente, pelos cidadãos dos países democráticos. No caso de acadêmicos cuja ocupação está relacionada a esse direito, o conceito de liberdade acadêmica em geral inclui o direito de efetivação no seu cargo. Um elemento básico para a aceitação do conceito é a noção de que se descobre mais efetivamente a verdade por meio de uma investigação aberta de todos os dados. Um corolário menos claramente desenvolvido da liberdade acadêmica é a obrigação de todos aqueles que a desfrutam perseguir a linha de inquirição aberta e integral, à parte de considerações pessoais. Historicamente, a liberdade acadêmica desenvolveu-se no período do iluminismo.

Concordamos somente com esta última sentença. A ideia é um produto do iluminismo e seu racionalismo, sua crença nos poderes quase divinos dos reis-filósofos. Como Deus, esses pensadores presumem que são objetivos, e, como Deus, estão além de qualquer restrição por parte do homem. Eis a essência da doutrina moderna da liberdade acadêmica: insiste implicitamente que os acadêmicos são os novos deuses da criação e estão, portanto, para além de qualquer controle, qualquer supervisão ou qualquer restrição. Nosso dever é apoiá-los não importa o que façam a nós.

Examinemos essa ideia da liberdade acadêmica um pouco mais detidamente; na realidade, é uma doutrina totalitária que é hostil à verdadeira liberdade acadêmica. Ora, a liberdade acadêmica significa, se tomada literalmente, liberdade da academia, isto é, liberdade das faculdades. Implica, ou ao menos deveria implicar, que qualquer um tem a liberdade de fundar uma faculdade para propagar suas ideias e mantê-la sem interferência, contanto que não viole as leis penais e morais da sociedade.

Se a ideia da liberdade acadêmica definida pela *Columbia Encyclopedia*, pela Associação Americana dos Professores Universitários e por outros fossem aplicados à liberdade religiosa — e está sendo aplicado — o resultado seria a anarquia. Significaria que, em todas as igrejas, todo tipo de ideia religiosa teria direitos iguais. Isso impossibilitaria manter a integridade de qualquer igreja.

A mesma coisa se dá com faculdades e universidades. Suponhamos que nós, como um grupo de pessoas com determinada fé religiosa, defendendo um sistema de teologia cristã, uma escola específica de economia, um tipo de filosofia e uma concepção bastante definida de educação, fundemos uma faculdade. A doutrina moderna da liberdade acadêmica nos *negaria* o direito de ter nosso próprio tipo de faculdade; insistiria que não poderíamos ter um padrão de fé e um caráter que poderíamos exigir de todos os membros da faculdade. A doutrina moderna da liberdade acadêmica nos retiraria o direito de controlar nossa própria faculdade, já que exigiria a total independência de todos seus membros. Seríamos obrigados a apoiar a faculdade sem qualquer direito de controle, ou de outro modo seríamos chamados de intolerantes, fascistas e outros termos, pelo fato de retirarmos nosso apoio.

O resultado prático dessa doutrina da liberdade acadêmica é a destruição da liberdade. Nega-nos o direito de criar faculdades para propagar, desenvolver e estabelecer uma fé e filosofia particulares. Esse conceito de liberdade acadêmica é uma doutrina soberbamente totalitária, e um instrumento para a destruição de toda e qualquer instituição educacional. Nenhuma instituição pode ser livre para advogar sua fé e filosofia quando se insiste no direito absoluto de subversão por meio da doutrina da chamada liberdade acadêmica. *Todos os direitos, todo o poder, são depositados nas mãos de subversivos, mediante essa ideia da liberdade acadêmica.* O direito de defender uma fé e filosofia particulares, e de assistir um colégio que seja leal a essa posição, é especificamente negada. A doutrina é chamada liberdade acadêmica, mas é na verdade *totalitarismo acadêmico*.

Essa doutrina insiste que a liberdade pertence somente àquilo que é novo e revolucionário, e nega a liberdade àqueles que insistem na lealdade a dada fé e filosofia. É uma doutrina cruelmente intolerante que, por um truque semântico, chama a si própria de liberdade, quando é na verdade escravidão.

Nenhuma fé pode existir se se dá direito total à sua própria subversão e se nega à fé o direito de defender-se. A fé atacada por essa doutrina da liberdade acadêmica é o cristianismo e seu conceito de verdade absoluta. A fé afirmada por essa doutrina é a fé, conforme indicado na *Columbia Encyclopedia*, do iluminismo, do humanismo.

Ora, o humanismo se mostrou como uma das fés mais selvagens e intolerantes da história. A história do humanismo é de terror, escravidão e perseguição, mas, em sua releitura de toda a história, acusa todos os demais dessas coisas. Desde a Revolução Francesa até ao presente, esse totalitarismo humanista tem disseminado sua infecção por todo o mundo. A doutrina da liberdade acadêmica é um aspecto desse humanismo totalitário. É uma doutrina que defende a liberdade somente para o humanismo. Oferece apenas destruição para todos os demais, além de exigir que se continue dando assistência às instituições que traíram seus apoiadores.

De fato, a educação livre significa que as faculdades devem ter a liberdade para ser elas mesmas, para estabelecer faculdades baseadas numa filosofia particular e para apoiar essa posição contra a subversão. As faculdades ateístas não permitem que o cristianismo ortodoxo seja ensinado

por seus professores, mas chamam violação da liberdade acadêmica quando não se permite a um professor numa faculdade cristã que ensine o ateísmo. Chame isto pelo seu nome correto: não é uma doutrina da liberdade, mas da subversão e do totalitarismo. A verdadeira liberdade envolve a liberdade para uma faculdade de ser fiel à sua fé. Porém, os defensores dessa chamada liberdade acadêmica não estão interessados na liberdade; são favoráveis à escravidão, porque eles próprios são escravos, sendo sua doutrina a da escravização acadêmica. É preciso cautela para com indivíduos que a defendem.

12. Lei e magia

A mente moderna tende a desfazer-se da magia como se esta fosse algo próprio ao estado primitivo da humanidade e sem nenhuma relação essencial com nosso mundo atual. A questão, entretanto, é que, na verdade, a magia é basilar à mentalidade moderna, para nossa política e ciência, e não podemos compreender nossa época sem um conhecimento do que seja a magia.

É, pois, importante saber sua definição. Ora, magia é a tentativa, por parte do homem, de obter o controle sobre o mundo do homem, da natureza e do sobrenatural. Na magia, o homem tenta tornar-se deus sobre todas as coisas e a afirmar seu poder e controle sobre toda a realidade. De acordo com Kurt Koch: Nos primórdios da história humana se encontra o mandamento de Deus: “Enchei a terra e subjugai-a” (Gênesis 1.28). A tarefa e direito do homem era a conquista pacífica dos poderes da terra em conformidade com a vontade de Deus. Opondo-se a esse mandamento, Satanás, o grande mestre da confusão, propôs a tentação suprema: “Sereis como deuses, conhecedores do bem e do mal” (Gênesis 3.5). A antítese do mandamento de Deus é a magia, a sede de conhecimento e desejo de poder em oposição à vontade divina. Com isso, a jovem humanidade viu-se numa encruzilhada.

As direções foram alteradas: a subordinação voluntária sob a vontade de Deus ou a compulsão por conhecimento e avidez por poder em rebelião contra as normas e barreiras divinas. Atualmente, essas direções ainda se encontram alteradas. Ou deixamo-nos amoldar ao padrão divino do caminho da salvação, ou continuamos numa rebelião e tentamos governar os poderes dos seres da criação numa rivalidade monstruosa contra Deus. Desse modo, a magia é a rebelião suprema desde o princípio até aos dias de hoje. É o clímax da revolta humana contra Deus. Toda a conversa sobre forças inofensivas da natureza e uma prática neutra destas é um ultraje em face desse evento bíblico.^[1]

É, pois, óbvio que a magia é uma parte imensa em nosso mundo atual. Examinemos algumas áreas em que ela se apresenta.

Ora, a magia é fundamental à ciência moderna. O propósito bíblico da ciência é que o homem busque o conhecimento, a fim de que possa exercer o domínio sobre a terra sob a autoridade de Deus. A ciência, nesse sentido, é uma atividade necessária e uma esfera do conhecimento para as culturas cristãs. Mas a ciência, atualmente, ignora a Deus e busca conquistar poder sem restrições e procura o conhecimento como uma ferramenta do poder absoluto. Cada vez mais a ciência opera não segundo a

lei de Deus, mas sim como a nova lei da criação, como a nova fonte de lei e poder. Em vez de ser governada pela moralidade, a ciência intenciona governar a moralidade e remoldá-la segundo seus próprios critérios. Pode-se resumir os propósitos da ciência como predição, planejamento e controle. A ciência é, portanto, parte fundamental e essencial da nova política, porque seus objetivos coincidem; ambas são claramente totalitárias. Um mundo científico é um mundo controlado, um mundo de experimentação — e experimentos válidos exige um controle de todos os fatores. Por conseguinte, a sociedade científica é uma sociedade planejada, uma sociedade na qual não há liberdade, já que esta não é possível numa situação de planejamento científico. Assim, quanto mais nossa cultura é dominada por essa nova ciência — a ciência apóstata —, mais totalitário nos tornaremos. A ciência moderna não apenas se assenta sobre a magia — é uma forma de magia; é a crença de que todas as coisas podem ser potencial ou derradeiramente controladas pelo ser humano.

Nossa política atual é também governada pela magia, pela fé de que o homem pode tornar-se seu próprio deus e refazer o mundo segundo o desejo de seu coração. As *técnicas* da magia não são mais toscas e primitivas; foram sendo refinadas e desenvolvidas até tornarem-se uma ciência. Porém os *propósitos* da magia permanecem inalterados e atualmente governam tanto a ciência quanto a política. As ordens políticas de nosso mundo se separaram do cristianismo, uma vez que não mais sentem necessidade de Deus. E não sentem mais essa necessidade porque planejam tornar-se os novos deuses da criação. Planejam abolir o pecado e a culpa, a pobreza, a doença, a fome e mesmo a morte, e criar um paraíso na terra. A nova política é uma política do controle absoluto, e portanto odeia a Deus, já que ele representa um obstáculo ao poder. Deus é o inimigo que deve ser destruído, para que o homem se torne seu próprio novo deus. O professor e líder socialista fabiano G. D. H. Cole afirmava que um dos objetivos do socialismo é a “abolição de Deus”.^[2] A lógica do socialismo científico demanda esse objetivo. Se o homem deseja ser o agente absoluto do controle, então Deus não pode tê-lo e deve portanto ser abolido. A nova política é, desse modo, a política do anticristianismo. É a política da magia — e a magia sempre foi um inimigo da fé bíblica. A Bíblia proíbe a magia, já que esta é, em sua totalidade, inimizada a Deus. Em diversas passagens, proíbe-se terminantemente a magia (e.g. Êxodo 22.18; Levítico 19.26, 31; 20.6,27; Deuteronômio 18.10-11; Isaías 8.19; Miquéias 5.12; Malaquias

3.5; Gálatas 5.20, dentre outras). O propósito da magia, segundo as Escrituras, é fazer com que as pessoas se voltem de Deus para o homem (Isaías 8.19).

A arte é outra importante área em que a magia atualmente prevalece. T. H. Robsjohn-Gibbings, em seu estudo *Mona Lisa's Mustache: A Dissection of Modern Art*, afirmou que “a arte moderna não é arte de modo nenhum. É um renascimento de um dos sistemas mais antigos para obter-se o poder. É um renascimento da magia”.^[3] Os artistas modernos são totalitários que desprezam o homem e a liberdade. Como assinalou Robsjohn-Gibbings: De acordo com os futuristas, “o homem não tem mais importância que uma pedra”. Vemos Kandinsky, o líder do expressionismo, escrever presunçosamente sobre o “rebanho vulgar” e da “turba”; vemos os surrealistas insistirem na “maior obliteração possível da individualidade”, e Picasso, o líder do cubismo, reivindicar “uma ditadura de um só pintor”.

A homens como esses, a arte poderia ser apenas um meio através do qual obteriam poder sobre seus iguais, os quais consideram insignificantes.^[4]

O artista mago moderno odeia, acima de tudo, ser moral, observante da lei e expressivo; ele pertence, em sua imaginação, a um grupo de elite cujo propósito é aniquilar a presente ordem e refazê-la totalmente com base em seus próprios planos elitistas. De acordo com o manifesto de certo artista, “o artista ‘deveria ser visto como um mago contemporâneo... A questão a ser posta é: Como devemos exercer poder? Como devemos influenciar?’: e não: ‘Somos cientistas ou poetas?’... Videntes, somos a favor da magia da vida”.^[5] A arte moderna busca destruir o sentido dado por Deus, obliterá-lo da mente humana, de modo que o homem deixará de ver a ordem divina nas coisas; antes, reaprenderá todas as coisas conforme ensinadas pela arte mágica. Seu propósito é, pois, uma lavagem cerebral completa.

A educação moderna é também dedicada à magia, ao controle absoluto do homem de toda a realidade e sua remodelação de todas as coisas em conformidade com o planejamento humano. Escolas controladas pelo Estado substituíram a religião por magia; e o objetivo da educação, hoje, é o mesmo que o dos antigos magos: o controle absoluto de toda a realidade pelo homem.

Trata-se de um grave erro tratar a magia como se fosse uma relíquia do passado. O desejo pela magia está profundamente enraizado no coração

humano. É algo basilar ao pecado original do homem. A tentação de Satanás foi: “Sereis como deuses, conhecereis [isto é, determinando ou estabelecendo por si próprios] o bem e o mal” (Gênesis 3.5). O homem, por sua própria vontade pode tornar-se deus; Satanás lhe diz que ele não somente pode tornar-se seu próprio deus e refazer todas as coisas de acordo com sua vontade, mas que essa vontade é criadora e determinativa. O que o homem deseja, isso ele pode fazer. Todo devaneio da magia oriunda do coração pecaminoso e orgulhoso do homem lhe sussurra que é uma possibilidade. E agora a ciência moderna e a nova política, o socialismo científico, diz ao homem que ele está prestes a concretizar essa esperança mágica. O apelo do socialismo científico é o da magia. É a crença de que a imaginação do homem, e não o Deus Todo-poderoso, é a força dirigente e criativa derradeira no universo.

Toda crença na magia segue, pois, firmemente num curso de colisão. Esta colisão com o propósito e julgamento de Deus é inescapável. Visto que a ciência e a política da magia declaram guerra abertamente contra Deus e seu governo, eles convidam essa colisão, e o fazem confiantes que matarão e abolirão a Deus. Em seu orgulho, não podem suportar o pensamento de que há um Deus acima deles. Friedrich Nietzsche, em seu *Assim falou Zaratustra*, escreveu: “Mas, para vos revelar inteiramente meu coração, meus amigos: *caso* houvesse deuses, como suportaria eu não ser Deus? *Portanto*, não há deuses”.^[6] Dito de outro modo, a principal objeção que Nietzsche tinha contra Deus era que ele próprio não era deus; portanto, ele declarou que não pode haver Deus se não posso ser um. Tendo “abolido” Deus, Nietzsche prosseguiu em declarar-se um deus e o criador de um novo mundo, pois “que haveria para se criar, se houvesse — deuses!”.^[7] Esta é a mente e o mundo da pura magia, e seu fim, como na vida de Nietzsche, é a loucura e alguma forma de autodestruição.

Deparamo-nos, assim, com um conflito entre dois domínios de lei: a lei de Deus versus a lei da magia, da nova política, ciência e educação (do humanismo, essencialmente). Das consequências disso não pode restar-nos dúvidas. O salmista disse acerca de Cristo, o rei: “Com vara de ferro as regerás e as despedaçarás como um vaso de oleiro. Agora, pois, ó reis, sede prudentes; deixai-vos advertir, juízes da terra... Beijai o filho para que se não irrite, e não pereçais no caminho; porque dentro em pouco se lhe

inflamará a ira. Bem-aventurados todos os que nele se refugiam” (Sl 2.9-10, 12).

13. Lei e governo

É difícil, hoje em dia, discutir acerca de governo, pois a simples palavra teve seu sentido radicalmente mudado. Em meu livro *This Independent Republic* [Esta República Independente], assinalei que, originalmente, a palavra *governo* jamais era aplicada, neste país, ao Estado. Significava, *inicialmente*, o autogoverno do cristão, o governo fundamental em toda história. *Em segundo lugar*, e estreitamente (diríamos: quase inseparavelmente) associada a isso, o governo significava a família. Toda família é um governo; é a primeira igreja e a primeira escola do homem, assim como seu primeiro Estado. O governo da família pelo cabeça designado por Deus, o homem, é fundamental à sociedade. *Em terceiro lugar*, a igreja é um governo, com leis e disciplina. *Em quarto lugar*, a escola é um governo importante na vida de uma criança. *Em quinto lugar*, os negócios ou vocações são uma área importante do governo. Nosso trabalho claramente nos governa e governamos nosso trabalho. *Em sexto lugar*, associações privadas, amizades, organizações e que tais agem como um governo sobre nós, no sentido de que nos submetemos a esses padrões sociais e governamos outros pelas nossas expectativas sociais. *Em sétimo lugar*, o Estado é uma forma de governo e, originalmente, sempre foi chamado de governo *civil*, em distinção de todas as demais formas de governo.

Contudo, tragicamente, quando hoje dizemos *governo*, queremos referir-nos ao Estado, ao governo federal, ou outra forma de governo civil. E, ainda mais tragicamente, o governo civil declara-se, nestes dias, como o governo sobre o homem, não um dentre muitos, mas o governo que a tudo abarca. O governo civil reivindica a jurisdição sobre nossas associações privadas, nosso trabalho ou negócios, nossas escolas e igrejas, nossas famílias e sobre nós mesmos. A palavra *governo* não mais significa autogoverno primária e fundamentalmente; é uma referência ao Estado.

Entretanto, originalmente, em nossa herança cristã americana, o governo não se referia ao Estado. Alguns replicam que, embora isso fosse verdadeiro no período colonial, o quadro mudou após a Guerra da Independência. A resposta a isso é a consulta a um livro didático usado nos

high schools públicos e nos *normal schools* antes da Primeira Guerra Mundial, nomeadamente, o *Elements of Civil Government* [Elementos do Governo Civil], de Alex L. Peterman. Peterman era diretor e professor de governo civil na Escola Normal do Kentucky State College e membro do Senado de Kentucky. Note que o título da obra de Peterman trata de governo *civil*.

O prefácio afirmava: “Este manual começa ‘em casa’. O ponto de partida é a família, a primeira forma de governo com que a criança tem contato”.^[1] De acordo com Peterman, “a família... é uma forma de governo, estabelecido para o bem das próprias crianças, sendo o primeiro governo a que cada um de nós deve obedecer”.^[2] O primeiro capítulo do livro de Peterman era dedicado à “Família”, seu propósito, membros, direitos, deveres, ofícios e responsabilidades. Curiosamente, Peterman escreveu que “o ofício de um pai é um santo ofício e exige sabedoria para a realização apropriada de seus deveres”.^[3] A perspectiva de Peterman sobre o governo civil era claramente a de uma divisão dos poderes e federalismo. Ele definia cinco áreas de governo civil: “a povoação ou distrito civil, a vila ou cidade, o condado, o estado e os Estados Unidos”.^[4] Porém, o mais importante é que, ainda na época da Primeira Guerra Mundial, o governo civil era uma área menor de governo na vida americana; atualmente, o governo civil reivindica ser o governo geral na vida do homem. Essa reivindicação é a essência do totalitarismo. Do autogoverno do cristão enquanto essência do governo, passamos à ideia do Estado como o governante totalitário sobre o homem.

Quando levantamos esta questão: “Como isso aconteceu?”, duas respostas se apresentam imediatamente a nós. *Primeiramente*, podemos dizer que sofremos subversão por parte de grupos revolucionários e totalitários, e, *em segundo lugar*, podemos dizer que nossa própria delinquência espiritual nos levou a essa triste condição. Há claramente verdade na primeira resposta. Fomos alvo de atividade subversiva em todas as áreas, e agentes subversivos altamente treinados e habilidosos agiram no nosso meio por anos a fio. Contudo, jamais houve um período na história americana em que subversivos não tenham estado ativos, nem jamais houve uma civilização, ao longo de toda a história, sem a oposição de forças hostis. O fato que importa lembrar é que sempre seremos desafiados por um tipo de subversão; a questão central, porém, é esta: “Temos o vigor

espiritual para resistir a esse desafio?”. Se somos culpados espiritual e moralmente, seremos facilmente subvertidos. Em contraposição a milhões de americanos, as forças subversivas são numericamente menores, mesmo se, em nossas estimativas, calculemos que há milhares em suas fileiras. Nosso problema não é, a princípio, o que os outros estão tentando fazer conosco, mas o que fizemos a nós mesmos. Os subversivos são reais e mortais, mas nada podem contra um povo espiritualmente forte.

Hoje em dia, a maioria dos americanos perdeu sua fé em Cristo como salvador, e esperam que o governo civil faça esse papel. Não desejam a responsabilidade do autogoverno e assim dizem aos políticos: “Tu reinarás sobre nós”. Em vez de Jesus Cristo como seu bom pastor, elegem políticos para serem seus pastores num programa de segurança social para tudo. É de se surpreender, portanto, que tenhamos sido subvertidos?

Para ter um governo civil livre, é necessário, primeiramente, ter homens livres cujo maior desejo seja o autogoverno responsável sob a autoridade de Deus. Não há muitos indivíduos interessados nisso. Há alguns anos, um professor, que deixou o ensino logo após a Segunda Guerra Mundial, ministrou uma palestra sobre o declínio da liberdade a um grupo de estudantes numa grande universidade ocidental. Para sua surpresa, uma das primeiras questões levantadas por um estudante foi justamente esta: “O que há de tão maravilhoso na liberdade? O que te faz pensar que ela seja necessária para um homem?”. Para os estudantes, a segurança era um objetivo social necessário; a liberdade, não. Anos atrás, Lin Yutang relatou que, antes de vir para os Estados Unidos, ele pensava na América de acordo com as palavras de Patrick Henry: “Dê-me liberdade ou dê-me a morte”. Quando ele chegou aqui, descobriu que o credo americano moderno parecia ser: “Dê-me segurança ou dê-me a morte”. É porque nos recusamos a nos governar sob a autoridade de Deus e pela sua graça e palavra, que estamos sendo governados pelo Estado. Como William Penn e Benjamin Franklin notaram há muito, os indivíduos serão governados por Deus ou serão governados por tiranos. Os americanos estão sofrendo subversão, e a maior parte da culpa jaz sobre eles mesmos.

Nosso declínio só secundariamente é político; é espiritual, primariamente. O mesmo se dá com a subversão que sofremos.

O governo *fundamental* do universo e do homem é o de Deus. Cada pessoa, família, instituição, vocação, escola, igreja ou Estado que se rebela

contra o governo de Deus ou ignora sua palavra e lei está, com isso, em rebelião contra seu próprio bem-estar, contra sua própria vida. De acordo com São Paulo, a lei de Deus foi ordenada para a vida, ou, como a versão Berkeley traduz o versículo, a lei “visava dar vida” (Romanos 7.10), mas o pecado do homem tornou-a uma sentença de morte. Jesus Cristo, falando como a Sabedoria, disse há muito tempo: “Mas o que peca contra mim violenta a própria alma. Todos os que me aborrecem amam a morte” ([Provérbios 8.36](#)).

Sempre que qualquer governo se desgarrar de Deus e de sua lei, afasta-se também do vigor e, em última análise, da vida. O governo de Deus é fundamental ao autogoverno, à família, igreja, escola, sociedade, vocações e ao Estado. Seria ridículo, por parte do homem, planejar uma vida e um futuro nos quais o ar teria sido eliminado, pois, obviamente, o ser humano necessita do ar para respirar, sobreviver e viver; é algo do qual sua vida depende. De modo ainda mais fundamental, a vida do homem depende do governo de Deus; é o básico para a vida, em cada esfera da existência.

O autogoverno pressupõe a liberdade, e, fora de Jesus Cristo, não pode haver verdadeira liberdade para o homem. Cristo é nosso princípio de liberdade, a fonte e poder para que o ser humano seja livre da escravidão do pecado e da penalidade da morte. Jesus declarou: “Eu sou o caminho, e a verdade, e a vida” (João 14.6). “E conhecereis a verdade, e a verdade vos libertará” (João 8.32). “Se, pois, o Filho vos libertar, verdadeiramente sereis livres” (João 8.36). Este é o fundamento da liberdade e do autogoverno. À parte desse fundamento, isto é, Jesus Cristo, nosso destino é a tirania e a escravidão. Somente em Jesus Cristo nossa liberdade está assegurada e o governo real é possível.

14. Lei e propriedade

Antes que possa haver qualquer possibilidade de uma ordem social justa, deve haver um entendimento real da propriedade e seu sentido. Os direitos de propriedade são hoje gravemente confrontados pelo socialismo, e são atacados como se fossem um obstáculo aos direitos humanos. Os socialistas não são contra a propriedade enquanto tal; são hostis à propriedade privada, e transferem todos ou a maior parte dos direitos de propriedade ao Estado.

A lei bíblica trata muito claramente sobre a propriedade. *Primeiramente*, declara que toda propriedade, a terra em si mesma e toda a criação, pertence a Deus. O Senhor declarou a Israel que “toda a terra é minha” (Êxodo 19.5). “Eu sou Deus... são meus todos os animais do bosque e as alimárias aos milhares sobre as montanhas... são meus todos os animais que pululam no campo... o mundo é meu e quanto nele se contém” (Sl 50.7, 10-12). O Novo Testamento declara novamente este princípio: “do Senhor é a terra e a sua plenitude” (1Co 10.26); “todas as coisas procedem de Deus” (2Co 5.18, A21). Deus é, pois, o Senhor absoluto sobre toda propriedade, de modo que sua lei as governa todas.

Em segundo lugar, Deus estabeleceu o homem na posse da propriedade sob a autoridade de Deus como um aspecto essencial da vida da família e um elemento básico da economia da família. Dois dos Dez Mandamentos regem a propriedade: “Não furtarás” e “Não cobiçarás a casa do teu próximo... nem coisa alguma que pertença ao teu próximo” (Êxodo 20.15, 17).

Em terceiro lugar, Deus fez da propriedade a segurança terrena fundamental do ser humano; na lei de Deus, o lar de um homem é seu castelo. A Bíblia não prevê nenhum imposto sobre imóveis; de fato, concebia-a somente como uma forma de tirania e confisco (1 Samuel 8.7-18). O único tributo que Deus exigia ou permitia sobre a propriedade era o dízimo a Deus. A taxa de propriedade é, desse modo, mais propriamente a taxa de Deus, sendo voluntária e dependente da fé e obediência do homem. Originalmente, nenhum dos estados americanos permitia um imposto sobre

propriedade, sendo todos hostis a isso. Em 8 de novembro de 1966, eleitores de Nebraska extinguiram taxas de propriedade e rejeitaram também um imposto estatal sobre renda.^[1] Na lei bíblica, leis de herança não eram leis estatais, mas familiares, e tinham um duplo propósito — proteger a família e proteger a propriedade. Uma vez que o Estado não poderia taxar a propriedade, um homem estava seguro em sua terra, lar e possessões, tanto nos tempos bons quanto nos maus.

Em quarto lugar, a lei bíblica protegia a família e propriedade como uma unidade essencial. Rand observou o seguinte: A lei do Senhor tem copiosas salvaguardas dispostas em torno da família, protegendo-a, mantendo-a pura da corrupção e punindo aqueles que violam a santidade do lar. Nenhum direito de propriedade era mais rigidamente observado e protegido que os direitos do homem e da mulher, sendo os adúlteros sentenciados à pena de morte.^[2]

O princípio básico é este: a lei protege a família e sua propriedade da interferência do Estado ou de um sujeito adúltero. A família depende da propriedade para sua independência material, e a propriedade depende da família para sua relevância e proteção. Esse relacionamento, embora distorcido e caricaturado, foi percebido por socialistas, conforme evidencia o estudo de Friedrich Engels, *A origem da família, da propriedade privada e do Estado* (1891). Para tais homens, a abolição da propriedade privada exige também a abolição da família; é impossível eliminar exitosamente um deles, sem que se elimine o outro.

A Bíblia associava a propriedade à família tão estreitamente que um homem não podia dispor-se de sua propriedade e viver da renda, prejudicando assim a herança de seus filhos (Levítico 25.23). As leis que protegem a propriedade são muitas, e a Bíblia dá-lhes especial atenção.^[3] A propriedade era pois protegida pela família dos ataques por parte do Estado, com a isenção de impostos; a propriedade era protegida para a família das ameaças de outras pessoas, com leis estritas contra o adultério, que é nocivo à família. A propriedade era, em última instância, protegida em prol da família de ataques da própria família: o pai não tinha direito de consumir a propriedade em seu próprio benefício nem de aliená-la de sua família.

Em quinto lugar, a propriedade é fundamental para a lei bíblica da liberdade ao homem. Quando um homem está seguro em posse de sua propriedade, ele tem uma área de liberdade e domínio que está além do alcance de outros homens. Se nenhum homem nem Estado têm ali alcance para taxar ou confiscar a propriedade, o homem pode desfrutar a verdadeira

liberdade e grande segurança, seja ele próspero ou pobre. Todo ataque à propriedade privada é, portanto, um ataque à liberdade do homem. A liberdade e segurança do homem em posse de sua propriedade não é apenas essencial à independência do homem, mas também fundamental a seu poder. Um homem tem poder se pode agir independentemente de outros homens e do Estado, se pode assumir sua posição confiante da liberdade. Assim, todo ataque à propriedade privada é, pois, também um ataque sobre os poderes dos indivíduos livres, assim como à sua liberdade.

Segue-se, portanto, que uma transferência de propriedade do homem ao Estado é uma transferência de liberdade e poder do povo ao Estado. O meio necessário para que qualquer Estado se torne poderoso e totalitário é restringir e súbita ou mesmo gradualmente confiscar e abolir a propriedade privada. Nenhum grupo de legislador pode frear ou deter a marcha de um Estado rumo ao poder total, caso deixem intocado o poder do Estado sobre a propriedade, a propriedade real, a propriedade pessoal e propriedade monetária. Nenhum grupo de políticos “reformistas” mantiveram suas promessas, a menos que instituem a propriedade livre do controle e intervenção estatistas.

Ora, a doutrina da evolução foi uma das razões para o declínio da propriedade privada nos últimos anos. A evolução não concebe uma lei absoluta de Deus governando a propriedade privada. Pelo contrário, vê a propriedade como uma parte da evolução do homem a partir da horda primeva rumo à cultura moderna. A maior parte dos evolucionistas concebem a propriedade como um desenvolvimento tardio e horrendo; outros veem-na como um desenvolvimento louvável. Em ambos os casos, a propriedade não tem uma legitimidade final e fundamental atrás de si; é simplesmente um produto do desenvolvimento evolucionário e está, portanto, sujeita à mudança.

O marxismo depende fortemente desse fundamento evolucionista. Para o marxismo, o Estado é a organização e poder do homem para a manutenção da propriedade privada; quando a família e a propriedade privada forem abolidas, o Estado também desaparecerá, e o comunismo os substituirá. A propriedade privada foi e é definida, pelo marxismo, como roubo. O marxismo vê-a como uma necessidade social para destruir os ladrões — as classes proprietárias — e suplantá-las com o comunismo. Ao atacar a propriedade, o marxismo ataca com isso não apenas a família, mas

também a Deus. Concebe — e corretamente — que Deus, família e propriedade estão inseparavelmente ligados por natureza e por lei.

Toda defesa da propriedade será, por conseguinte, ineficaz e letárgica se busca simplesmente defender a propriedade privada sem, ao mesmo tempo, defender a família e o cristianismo. Esta é a falácia dos libertários que buscam defender a propriedade privada apartada da fé cristã e da família. Muito frequentemente, em razão dessa abordagem limitada, não somente já começam numa posição extremamente vulnerável, mas também já parcialmente dentro do campo inimigo.

Segue-se, pois, como *sexto* ponto, que todo ataque à propriedade privada é também um ataque a Deus, pois o único fundamento real para a propriedade privada é a lei de Deus. Os marxistas pouco se esforçaram para conciliar sua guerra contra Deus e sua guerra contra a família e sua propriedade. Para eles, todos os três [Deus, família e propriedade] caminham juntos. Somente o cristianismo, ao estabelecer o senhorio absoluto de Deus sobre toda a terra e por fundamentar a propriedade privada na palavra de Deus, dá à propriedade privada qualquer segurança real. As raízes da propriedade privada desenvolvem-se debilmente quando a fé bíblica é fraca.

Em sétimo lugar, a propriedade privada e a ordem moral estão estreitamente associadas. Quando os seres humanos são governados por Deus, eles são mais providentes, mais inclinados a estarem livres de dívidas, mais responsáveis na administração de suas famílias e negócios e muito mais preparados para possuir, estimar e cuidar sabiamente da propriedade. Uma alta incidência de propriedades livres de dívida indica um alto nível de vida piedosa que é providente e esquivada à cobiça, pois afinal é esta que gera o endividamento. O princípio básico das Escrituras é bastante nítido: “A ninguém fiquéis devendo coisa alguma, exceto o amor com que vos ameis uns aos outros” ([Romanos 13.8](#)). Só somos realmente proprietários de propriedades, quando estas estão livres de dívida. A dívida é, essencialmente, uma forma de escravidão, e a função básica da propriedade privada é firmar-nos na liberdade material. Um homem que cobiça os mais diversos tipos de propriedades, mas que não pode viver livre de dívidas não está buscando a propriedade segundo a piedade, mas segundo a cobiça. Em Colossenses 3.5, São Paulo define a cobiça maligna como idolatria e declara que é um pecado que devemos mortificar ou

destruir em nosso interior. Essa cobiça busca exaltar o homem e aumentar suas posses, mas, uma vez que se fundamenta antes no pecado que na lei de Deus, termina por destruir tanto o homem quanto a propriedade. Aqueles que agem com base na palavra de Deus tornam-se os mansos bem-aventurados, os mansos de Deus, dos quais o salmista diz: “Mas os mansos herdarão a terra e se deleitarão na abundância de paz” ([Salmos 37.11](#)).

15. A família e a propriedade

Designa-se todos os tipos de razões para o declínio da família, razões tanto espirituais quanto materiais, e nos é dito repetidas vezes das consequências sociais do colapso da vida familiar. Contudo, em todos esses relatos sobre a família, comumente se deixa de fora uma causa importante, uma que é simultaneamente material e espiritual. Trata-se do ataque e declínio da liberdade da propriedade privada.

A posse privada da propriedade foi ordenada por Deus e firmemente estabelecida em sua lei. Quatro dos Dez Mandamentos lidam com a família e propriedade: “Honra teu pai e tua mãe”; “não adulterarás”; “não furtarás”; e “não cobiçarás a casa do teu próximo. Não cobiçarás a mulher do teu próximo, nem o seu servo, nem a sua serva, nem o seu boi, nem o seu jumento, nem coisa alguma que pertença ao teu próximo” (Êxodo 20.12, 14-15, 17).

De acordo com a Bíblia, a família é mais que uma unidade espiritual; é uma unidade material, firmemente enraizada na propriedade e nas realidades econômicas. De semelhante modo, para a Bíblia, a propriedade privada não é somente algo material neutro; antes, está essencialmente ligada às realidades espirituais de Deus, à sua lei e à família. A propriedade e a família estão, em todas as partes nas Escrituras, intimamente relacionadas. Cada ataque à propriedade privada é, pois, um ataque à família, e cada ataque à família é também um ataque à propriedade privada. Essa unidade da família e da propriedade foi reconhecida pelo marxismo, e o resultado disso é que ambas sofreram destruição nos países comunistas.

Em 1847, no *Manifesto comunista*, Karl Marx escreveu: “a teoria dos comunistas pode ser resumida numa única sentença: a abolição da propriedade privada”. Todo tipo de propriedade, ele assinalou, é *poder*, e ele negou o direito de poder ao indivíduo ou à família; tinha de ser “poder social”. A família, ele afirmou, está baseada no capital, no ganho privado, na propriedade privada; e acrescentou: a família “desaparecerá com o desaparecimento do capital”. Para atingir o objetivo da comunalização, Marx mostrava-se a favor do controle estatal de toda a educação e criticava

o que chamava de “o falatório burguês sobre família e educação, sobre a sagrada correlação entre pai e filho”. Assim, substituir escolas cristãs por escolas controladas e financiadas pelo Estado era, para Marx, um passo necessário rumo à destruição da família e da propriedade privada.

A abolição do que Marx chamava “casamento burguês” é outro passo. Alguns dos demais passos citados por ele incluem a abolição da propriedade rural, abolição de todo direito de herança, imposto sobre renda, a exigência de que mulheres e crianças trabalhem, e assim por diante.

Contra os Dez Mandamentos de Deus, Marx, de forma bastante autoconsciente, afirmou sua nova lei em dez pontos ou leis: 1. Abolição da propriedade rural e aplicação de todos os rendimentos da terra para fins públicos.

2. Um imposto sobre renda progressivo e pesado.
3. Abolição de todos os direitos de herança.
4. Confisco da propriedade de emigrantes e rebeldes.
5. Centralização do crédito nas mãos do Estado, por meio de um banco nacional com capital estatal e monopólio exclusivo.
6. Centralização dos meios de comunicação e de transporte nas mãos do Estado.
7. Extensão das fábricas e instrumentos de produção estatais; cultivo de terras devastadas e a melhoria do solo em geral de acordo com um plano comum.
8. Sujeição igualitária de todos ao trabalho. Estabelecimento de exércitos industriais, especialmente para a agricultura.
9. Combinação de agricultura com indústrias manufatureiras; a abolição gradual da distinção entre cidade e campo por uma distribuição mais igualitária da população ao longo do campo.
10. Educação gratuita para todos as crianças em escolas governamentais. A abolição do trabalho industrial de crianças em sua presente forma. Combinação de educação com produção industrial, *etc.*

Com exceção de seu programa para uma nova proposta relativa ao trabalho infantil, cada um desses pontos está em atuação em parte ou na totalidade de nosso país, atualmente; e o *Manifesto comunista* é a melhor expressão de nossos objetivos sociais e políticos e de nossa orientação que qualquer coisa dita pelos partidos políticos. Estamos claramente nos desviando em direção ao comunismo.

Ora, Marx foi bastante sábio em sua análise e percebeu claramente as implicações da economia bíblica e do Decálogo: *propriedade é poder, poder social e pessoal. Quem controla a propriedade tem liberdade, e quem renuncia ao poder sobre a propriedade renuncia à liberdade*. À vista disso, a questão é simplesmente esta: quem será livre, a família ou o Estado? A lei de Deus provê a liberdade da família na medida em que subjaz à posse privada da propriedade. A tradição americana foi continuamente bíblica. O propósito da Constituição de 1787 foi ligar o governo federal com as correntes da Constituição, para que o povo pudesse ser livre. Se se dá poder ao governo civil sobre a propriedade, então esse governo torna-se livre do controle de seus cidadãos e passa, antes, a controlá-los. Hoje em dia, o Estado tem extenso controle sobre propriedade e a taxa; há um imposto sobre herança e um imposto sobre renda. Há uma educação controlada pelo Estado e a centralização do crédito em suas mãos. Há controle sobre o capital, a mão de obra e agricultura. É, pois, surpresa que a família esteja ruindo e o governo federal cresça em poder? O fundamento econômico da família, que foi divinamente instruído, está sendo destruído, já que a lei de Deus é desprezada. Não há oposição ao sistema marxista sem um retorno à fé bíblica.

Marx tinha razão: *a propriedade é poder*, e Deus dispõe esse poder nas mãos da família. A autoridade da família requer a propriedade. Nos países comunistas, é rotineiro e norma que crianças espiem seus pais e relatem suas declarações e atividades ao Estado. O poder e autoridade pertencem ao Estado, e portanto a lealdade das crianças é para com ele. O futuro delas reside no Estado, e por conseguinte é ao Estado que elas obedecem e é a ele que buscam agradar.

A lei bíblica dispõe o poder e a autoridade nas mãos dos pais, especialmente o pai, e, enquanto a família tiver liberdade — a liberdade baseada no poder da propriedade —, os pais terão autoridades. O propósito primário do imposto sobre herança foi destruir o poder parental; o ganho

financeiro total do Estado por meio dos impostos sobre herança é pequeno. De semelhante modo, a transferência de poder sobre a educação, renda e propriedade da família ao Estado solapou o poder e autoridade parentais.

Uma vez que o Estado moderno controle a educação, renda, propriedade e mão de obra de *todos* seus cidadãos, ele controla a totalidade dos poderes dentro da nação. O resultado é o totalitarismo. Todo país que enfraquece a independência e liberdade da família e propriedade se dirige firmemente ao totalitarismo. Não faz diferença em que país isso se dá nem quais leis o Estado passa como uma restrição para si próprio. *A propriedade é poder, e quando o Estado aumenta em seu controle sobre a propriedade, cresce, na mesma proporção, em direção ao poder totalitário.* Nenhum programa político pode interromper esse crescimento, a menos que restaure à família seu controle sobre a propriedade, renda e educação. Enquanto o Estado reter o controle, reterá também o poder e a autoridade; e é ingênuo e absurdo esperar qualquer outra coisa senão tirania.

Desse modo, o futuro da família está em risco, no futuro da posse privada da propriedade. E ambos se assentam igualmente sobre a lei soberana de Deus. É significativo que, nos Dez Mandamentos, há quatro que protegem a família e a propriedade, e nenhum que protege o Estado. Ora, do início ao fim, as Escrituras tratam do respeito pelos governantes civis e exigem deferência e obediência onde esta é devida. Contudo, não se dá ao Estado um lugar nominal no Decálogo, e, do mesmo modo, nem a igreja, embora a adoração seja governada pelos primeiros quatro mandamentos. A única instituição que aparece diretamente nos Dez Mandamentos é a família, e a esta é claramente dada autoridade sobre a propriedade, por toda a lei.

Ademais, a família bíblica é disposta sob a autoridade de Deus, de modo que se nega o poder totalitário que alguns sistemas orientais, que tem o culto aos ancestrais, dão à família, em seu próprio prejuízo. A família bíblica, com sua liberdade na propriedade, é o fundamento da liberdade ocidental. Portanto, defender a família sem uma defesa de seu fundamento econômico designado por Deus é equivocado e fútil, e defender a propriedade sem assegurar seus fundamentos religiosos é defendê-la de maneira ignorante e vã. “Se o SENHOR não edificar a casa, em vão trabalham os que a edificam” ([Sl 127.1](#)).

16. A família e a herança

A propriedade é poder, de modo que seu controle é, portanto, a chave do poder. Ora, o controle da herança é essencial a todo controle sobre a propriedade. De acordo com a *Columbia Encyclopedia*, a herança, no direito, é “o direito de adquirir *propriedade* quando da morte do proprietário... No direito anglo-americano, a herança se dá pela graça do Estado, que pode exercer qualquer grau de controle sobre a propriedade do testador (isto é, o proprietário que morre), incluindo o confisco de bens total (isto é, a aquisição governamental de títulos)”. “Pela graça do Estado!” E quanto de graça o Estado tem? Desde quando o Estado foi fonte de graça?

Quando o Estado adentra a questão da herança, a propriedade gradualmente é transferida da família ao Estado. O imposto sobre herança é simplesmente o primeiro passo no programa de confisco. Pois a família, para manter-se, deve controlar a herança; e as leis bíblicas de herança são totalmente leis familiares. A Bíblia mantinha a propriedade imune de taxaço e de qualquer coisa senão o controle familiar da herança.

A herança, segundo a Bíblia, era um sinal de fé, caráter e piedade, da parte do homem. A Bíblia declara: “O homem de bem deixa herança aos filhos de seus filhos, mas a riqueza do pecador é depositada para o justo” (Provérbios 13.22). E, como afirmou H. B. Clark, um comentador jurídico, em seu estudo *Biblical Law* [Lei bíblica]: “Não há nada na lei judaica a garantir a crença que o Rei ou o Estado tenha qualquer direito a herdar a propriedade com a morte do proprietário que não tenha herdeiros apropriados”. O controle da propriedade e da herança encontra-se inteiramente dentro da jurisdição da família, na lei bíblica.

Qual era a consequência da lei bíblica da herança? Implicava simplesmente que o poder se concentrava nas mãos da família. Significava que a autoridade da família sobre seus filhos era bastante real, sendo pois um poder intacto. A disciplina dos pais sobre seus filhos não era questionada, porque a autoridade e o poder econômico se encontravam na família. A Bíblia é um livro realista. Deus sabe que o ser humano respeita a autoridade que tem poder atrás de si. Quando uma ordem é dada, esta é fútil a menos que possa ser confirmada pelo poder que a implementa. Se o poder

é transferido da família ao Estado, então a habilidade de dar ordens e de manter a ordem é transferido da família ao Estado. Filósofos da educação passaram a falar das “crianças do Estado”, pois a autoridade parental fora transferida para o Estado.

De acordo com Carle C. Zimmerman e Lucius F. Cervantes, em seu estudo *Marriage and Family* [Matrimônio e família], a sociedade ocidental teve uma organização familiar desde que o cristianismo se tornou a fé do Ocidente. A vida de um ser humano, do nascimento à morte, é guiada, influenciada e colorida pelas relações familiares. A unidade básica da ordem social é a família. A família é a unidade socialmente estável na qual tem liberdade e propriedade.

Por conseguinte, os totalitários odeiam a família e declaram-na o inimigo da mudança social. O totalitarismo odeia a família, pois a tese essencial dos totalitários é que a lealdade primeira de todo homem pertence necessariamente ao Estado, ao passo que a fidelidade primeira da família cristã é ao Deus triúno. O totalitário busca, portanto, abolir a família. Lênin disse: “Nenhuma nação pode ser livre quando metade da população está escravizada à cozinha”. Por conseguinte, no Estado comunista [soviético] aboliu a família como entidade legal até 1936, e a família desde então se tornou simplesmente uma criadeira legal para o Estado. A União Soviética, dois anos após a Revolução, anunciou: “A família deixou de ser uma necessidade, tanto para seus membros quanto para o Estado”. As mulheres foram “libertadas” da cozinha apenas para tornar-se força de trabalho não especializada da União Soviética. De acordo com Zimmerman e Cervantes, dentre os meios utilizados pela União Soviética para “abolir a família” estavam os seguintes: A proibição, por parte dos pais, de darem instrução religiosa a seus filhos, o incentivo às crianças para que denunciasses seus pais, a abolição da herança, a uniformização do “casamento não registrado” com o registrado, a promulgação de três formas de contrato familiar comum: por um período indefinido, por um período definido e por uma única ocasião. Este último expediente legal foi uma peça de propaganda que visava demolir a diferença entre prostituição, promiscuidade e monogamia. A legalização da bigamia e a abolição das diferenças legais entre legitimidade e ilegitimidade eram outros passos menores com o mesmo propósito da destruição da família. “Amor livre num Estado livre” se tornou o ideal. Declarou-se a vida familiar como “especialmente prejudicial à vida coletiva”.^[8]

Nos Estados Unidos, o ataque à família está num ritmo firme de preparação. O Estado cada vez mais reivindica a jurisdição sobre a família, seus filhos, renda e propriedade. Ele presume que sabe o que é melhor para

as crianças, declarando seu direito de interferir em seu bem-estar. Como resultado, a família é progressivamente enfraquecida, a fim de que se fortaleça o poder do Estado. A autoridade dos pais é legalmente enfraquecida e dá-se aos filhos direitos legais para prejudicar seus pais. De acordo com Zimmerman e Cervantes, a realidade atual nos tribunais deixa-nos atônitos. Segundo relatam: Assim, em Nova York, Chicago e Boston, as crianças são agora autorizadas a processar, por “alienação” do amor e afeição parental, os cônjuges de um segundo matrimônio que algum de seus pais venha porventura a contrair. Em Nova York e Chicago, as crianças venceram os respectivos casos, mas ainda estão pendentes em Boston. De igual modo, temos o caso de Nova York em que uma mãe divorciada — que tinha a guarda das crianças — foi presa por negligência alguns anos após o divórcio. O marido estava seguro, pois não tinha a guarda, embora a antiga teoria da “descoloração” também o teria culpado.^[2]

Poderes como esses, quando dados a uma criança, não são para seu bem-estar. Antes, destroem a família e a criança; quanto mais o Estado legisla sobre a família, supostamente para seu bem-estar, mais a destrói.

Nenhuma instituição pode existir se não é livre. Quanto mais controlada uma instituição se torna, menos vida tem. Sua vida e funções são transferidas para o agente controlador ou simplesmente cessam de existir. Quanto tempo duraria um clube se cada ato seu fosse controlado pelo Estado? A vida e autoridade da família depende de sua liberdade, e a expressão econômica da independência da família é o direito à propriedade privada e o direito de herança.

Ora, sempre que a família controla a herança, controla também o casamento. Friedrich Engels notou isso em seu estudo *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. Mas a Bíblia há tempos assinalava isso de modo claro. Quando Jacó tornou-se o herdeiro, seu pai Isaque, “dando-lhe a sua bênção, lhe ordenou, dizendo: Não tomarás esposa dentre as filhas de Canaã” ([Gn 28.1](#)). Em outras palavras, o pai tinha o poder de exigir um matrimônio piedoso. Ora, uma vez que Isaque estava deixando uma herança considerável, ele tinha um papel no futuro, e em razão disto, tinha direito de controlá-la exigindo um casamento piedoso. Este era um poder legítimo e santo. A Bíblia, conseqüentemente, dá grande espaço para as leis da herança. Roger Sherman Galer, em sua classificação da lei bíblica, despende mais de dez páginas somente para listar essas leis.

Quando o pai possui a propriedade privada, provê para o cuidado e futuro de seus filhos e controla herança deles, é sua autoridade que governa a família. Quando o Estado assume a responsabilidade pelo bem-estar e

educação dos filhos, assegurando-lhes a futura previdência social, é antes a autoridade do Estado que governa as crianças. O poder sobre a propriedade privada é autoridade. Quando o Estado controle a propriedade, a renda e a herança, o poder é transferido para o Estado. A honra e autoridade caminham lado a lado, e, quando os pais têm autoridade, são mais prontamente honrados. A lei bíblica declara: “Honra teu pai e tua mãe, para que se prolonguem os teus dias na terra que o Senhor, teu Deus, te dá” (Êxodo 20.12). Ora, é justamente porque Deus deu essa lei, que ele também deu as leis concernentes à posse privada da propriedade e ao direito de herança. Ambas estão unidas. Deus proíbe o adultério, pois ordenou e estabeleceu a família como a unidade social fundamental e central da humanidade. Deus, portanto, ordena a posse privada da propriedade e o controle privado da herança, a fim de que a família possa ser preservada em sua honra e autoridade. Não honramos a família ou parentes, caso os privemos de seus poderes.

De fato, nos é dito hoje que a família está obsoleta. Certo líder eclesiástico bastante reputado e influente afirmou que a família é, como a tribo, uma relíquia do passado. A tribo serviu seu propósito e agora já desapareceu; a família, uma grande instituição para seu tempo, conhece agora seu fim, devendo dar lugar a uma nova estruturação da sociedade.

A morte da família é, portanto, planejada, e, em cada continente, os executores estão atuando. Junto com a morte da família, proclama-se também a “morte” de Deus, e somos assegurados de que a nova era não tem necessidade de Deus nem da família. A ameaça e intensidade da dedicação dessas forças hostis não podem ser subestimadas. São uma força ativa, poderosa e altamente organizada na sociedade moderna.

Mas, ainda mais, não ousamos subestimar o poder do Deus triúno, que governa as nações e realiza seu santo propósito, a despeito de todas as conspirações vãs e imaginações furiosas dos homens. Mas ninguém pode compartilhar da vitória de Deus a menos que se posicione claramente segundo ele e sua santa causa — a menos que se separem para o serviço de Deus. Jesus Cristo disse: “Quem não é por mim é contra mim; e quem comigo não ajunta espalha” (Mateus 12.30). E tu, qual é a tua posição?

17. As funções da família

Histórica e biblicamente, a família é a instituição central no direito e na sociedade. Embora usualmente não a concebamos como um corpo legislativo, a família, no entanto, é o corpo legislativo essencial em toda a história. Todas as questões de poder e de autoridade são também questões de direito; ora, historicamente, o direito familiar foi o direito básico da humanidade. Em qualquer sociedade ou instituição, há regras básicas de conduta, e estas constituem sua estrutura legal. A família é, portanto, esse corpo legislativo fundamental por uma série de razões, porém uma das primordiais é porque é o primeiro lugar que o ser humano, já em sua infância, se depara com a lei, com as regras de conduta, de modo que sua própria ideia do direito é moldada e definida, em grande medida, pela família.

A vida é vista através de uma estrutura legal que a família concede aos filhos, e essa estrutura dá-lhes uma definição da própria vida. Mas não é só isso. A atitude da criança para com todas as demais instituições e suas leis é grandemente moldada pela família. O modo como a criança se aproxima e reage em relação à igreja, escola, Estado e sociedade depende profundamente dessa fonte de lei, a autoridade dos pais. Ele pode encarar outros corpos legislativos rebeldemente, ou lidar com eles obedientemente. Sua atitude pode ser construtiva, destrutiva ou indiferente, a depender, em grande medida, de seu contexto familiar. No dia a dia, pais e mães são sujeitos legiferantes, um ponto focal de aplicação da lei, de modo que sua negligência nesse tocante é uma negligência perante Deus, seu Senhor e soberano.

É óbvio que a procriação, o nascimento, é uma função da família, e que, num sistema familiar sadio e biblicamente orientado e governado, essa função é precedida por fator importante que condiciona o nascimento. Os pais se casam porque há um vínculo de fé e amor entre si, uma resolução em manter, por toda a vida, uma aliança sob Deus. Por conseguinte, estabelece-se uma hereditariedade de fé e uma unidade com base nela como uma condição para o nascimento, de modo que a criança nasça numa

família que tem uma herança que não pode ser duplicada. A ciência ou imaginação humanas não são capazes de rivalizar com a família bíblica enquanto instituição para a procriação e criação de filhos.

Ademais, a família é a primeira (e fundamental) escola do homem. Os pais educam extensivamente seus filhos antes mesmo de que estes coloquem seus pés numa escola. Além disso, toda mãe regularmente realiza a tarefa mais difícil de todos os deveres educacionais, que nenhuma escola permite. A mãe toma uma criança pequena, incapaz de falar ou entender uma palavra em qualquer língua, e, num período bem curto, ensina-lhe a língua materna. É uma tarefa difícil e afanosa, mas vem de modo simples e natural na família como uma expressão do amor da mãe e da resposta da criança a esse amor. A cada estágio da vida do infante, a função educacional do lar é o poder educacional fundamental para sua vida. Assim, se o controle da educação é transferido das mãos dos pais para o Estado, tanto a educação quanto a criação são irremediavelmente afetadas.

A família é também o primeiro governo na vida da criação; o pai é o cabeça ordenado por Deus para o lar e seu governo sob Deus é o governo fundamental da criança. Os filhos não são os únicos governados pela família; os pais também o são. A mãe é governada, em suas atividades, pelas condições de seu marido e filhos. O pai é governado pela necessidade de prover para sua família, protegendo-lhe e dando-lhe o exemplo e liderança que precisam. Quando a família não sustenta a si própria, não há autoridade nem poder na pessoa do pai. Famílias beneficiadas pelo assistencialismo, desde os dias do Império Romano até o presente, eram conhecidas pelo seu caráter indisciplinado, imoral e delinquente e sempre foram marcadas por uma ausência geral da autoridade masculina. Um homem que não provê para sua família, não busca a respeitabilidade e não estima a propriedade privada não terá autoridade nem a habilidade de governar com sabedoria e honra. Carecendo de autogoverno, não pode governar a outros. O assistencialismo destrói a família e cria mais males que tenta resolver.

Outra função essencial da família é a motivação e direcionamento. A criança recebe o melhor tipo de direcionamento, dado o grande interesse da família por ela; assim, numa família cristã, dá-se à criação o tipo superior de motivação para seu desenvolvimento presente e futuro.

A família tem também uma significativa função econômica. O pai provê para sua família, não para estranhos. As agências de assistencialismo mantidas pelo Estado e por agências federais proveram certa existência econômica para cerca de 15 milhões de pessoas num só período. Mas, no dia a dia, mais de 100 milhões de pessoas são sustentadas pelo sistema familiar. Sob o assistencialismo estatista, há desintegração do indivíduo e da família, além de extensa desmoralização. Sob o sistema familiar, incontáveis milhões são adequadamente sustentados, com as melhores consequências sociais. Sob o Estado de bem-estar, a educação declina; há menos interesse na disciplina e nos resultados da aprendizagem e, portanto, menos habilidade para o progresso. Sob o sistema familiar, as crianças não são apenas intelectualmente motivadas para os melhores resultados educacionais, mas são economicamente financiadas ao longo da escola primária, ensino médio, faculdade e por vezes pós-graduação, de modo que o empreendimento educacional mais ambicioso da história é economicamente dependente do sistema familiar. No que se refere somente à eficiência econômica, nada na história jamais se equiparou à família. Em comparação, o assistencialismo estatista e as apropriações comunistas das funções econômicas da família são fracassos patéticos e trágicos. Socialmente, essa magnífica instituição econômica, a família, não tem igual em sua contribuição à ordem e à estabilidade social. Reduzir ao amor a motivação para o casamento e família é negar as vastas e variantes funções da família. Porém, na perspectiva bíblica, a família e o casamento são governados não pelo amor como a única razão suficiente, nem pelas consequências sociais, mas pela aliança com Deus e pela Palavra de Deus. A família é uma unidade econômica com um excelente plano de divisão do trabalho, pelo qual certos deveres são exigidos do pai, outros, da mãe e ainda outros, dos filhos. Há direitos e deveres mútuos, todos cumpridos com grande grau de sucesso e eficiência, a despeito de todos os problemas, que qualquer outra instituição. A família, ademais, pode suportar e sobreviver a mais choques que as demais instituições — desastres econômicos, discordâncias pessoais, catástrofes sociais e que tais.

A família tem também uma função policial e protetiva valiosa. Os membros de uma família policiam uns aos outros; eles trabalham para manter seus membros em linha e fora de problemas. Os membros de uma família não apenas policiam e sancionam uns aos outros, mas também se protegem entre si; de igual modo, sua função protetiva abrange do

nascimento à morte. Quando os governos civis falam de segurança social para toda a vida, estão simplesmente imitando a família e apresentando o Estado como um substituto para ela. Ao longo de toda a história e até hoje, a família proveu essa segurança para a grande maioria dos homens, tendo realizado um trabalho satisfatório. O Estado arruinou todas suas tentativas de substituir a família. Nos dias atuais, o Estado tem trabalhado para limitar a autoridade, o poder e a habilidade da família, para em seguida culpá-la pelas condições que ele próprio criou.

O Estado interferiu extensivamente nas funções da família e reivindicou para si vastas áreas que pertenciam a ela. Isso significa que a família se enfraqueceu? O futuro prenuncia um declínio na importância da família? Pelo contrário, quanto mais o Estado interferiu, mais sublinhou, com isso, a necessidade humana pela família. A incompetência do Estado como família deixou ainda mais óbvio a competência da família como tal. O predomínio da doença não faz com que a saúde se torne obsoleta; simplesmente faz com que seja ainda mais urgentemente desejada e necessária. Historicamente, cada período de estatismo é seguido por uma era de uma sociedade intensamente orientada pela família, conforme os homens se voltam da doença para a saúde.

Estamos hoje numa era de crescente estatismo. A família está sendo atacada por todas as partes, e o Estado está assumindo progressivamente as funções da família e tendendo cada vez mais à desintegração social e desmoralização. Mais do que nunca, a fé e lei bíblicas relativamente à família, suas funções, propriedade e *fé* devem ser enfatizadas e ensinadas. O futuro não pertence à doença, mas sim à saúde. Visto que este é o mundo de Deus, é sua ordem que há de prevalecer. “Se o SENHOR não edificar a casa, em vão trabalham os que a edificam” (Sl 127.1).

18. Os fundamentos da família

No pensamento contemporâneo, o fundamento da família e do casamento é o amor romântico. A motivação que leva duas pessoas a unirem-se em matrimônio é muito comumente o amor romântico e raramente algo além disso.

O amor romântico como motivo do matrimônio não é uma força nova na história. Há uma longa história por trás. Na história romana, no século III d.C., ainda mais declaradamente, o amor sexual era tido como a melhor razão para a união matrimonial. Considerando-se essa ideia de casamento, esperava-se que o homem rivalizasse com os deuses como um grande amante, ao passo que, da mulher, esperava-se que fosse uma Vênus por inteiro. A técnica, no casamento, era tudo, e qualquer um que não estivesse interessado na sofisticação sexual era desprezada como um amador. Em vez de aumentar a felicidade matrimonial, essa ênfase romana no amor sexual apenas intensificava a desarmonia do casal, acelerando a ruína do casamento e da família.

Paralelamente a esse desenvolvimento romano do amor sexual como o fundamento do matrimônio, surgia um desprezo e um ataque por parte de intelectuais à instituição da família e do casamento. As pessoas que tinham casamentos felizes eram menosprezadas como sendo socialmente estúpidas e destituídas de muita sensibilidade. De algum modo, na mente desses intelectuais, a miséria e tribulação estavam associadas com a sensibilidade, e tendiam assim a apresentar angústias e problemas reais ou falsos como sinais de sua superioridade.

Essas atitudes irrompem recorrentemente nas culturas ocidentais: no período medieval, na renascença, no iluminismo e mesmo hoje. A postura intelectual é, novamente, desdenhosa. Os relatórios Kinsey e outros estudos supostamente científicos ilustram claramente essa pose intelectual. Os intelectuais são claramente contrários à família e, no geral, estatistas. Sua resposta, não apenas para a família, mas para a maior parte dos problemas humanos é o *amor* — amor como panaceia, um remédio universal. Esse

amor pode ser aplicado pela coerção estatista ou pela ação individual, mas a resposta é — conforme dizem — simplesmente o *amor*.

Isso significa, quando aplicado à família, que esta pode ser legitimamente estabelecida caso exista amor e que, de igual modo, pode ser desfeita se esse amor deixa de existir. Ao dizer isso, esses pretensos líderes sabem que estão erodindo a estrutura da família, mas deixam claro que não querem a família se assentando senão sobre o fundamento do amor. O marido, a esposa e os filhos têm o direito a essa coisa mágica que chamam de amor.

Ora, a Bíblia evidentemente reconhece que o amor tem seu lugar na família e na vida em geral, mas não permite que ele se torne tão fundamental à família ou à vida. Além do amor, a família precisa de uma estrutura legal piedosa, uma ordem, disciplina e segurança que vêm do conhecimento de que a Palavra de Deus é suprema em todas as coisas. Um pai ou mãe pode amar seu filho muito sinceramente, mas que valor esse amor tem, e qual sua utilidade, caso o pai deixe de prover para a criança ou seja um alcoólatra? E de que vale o amor de uma mãe pelo filho se ela falha em alimentá-lo apropriada e regularmente, ou de fornecer-lhe a atenção, educação e cuidado necessários?

O casulo no qual a criança cresce e se desenvolve é um lar estável, no qual as necessidades infantis por comida, roupa, abrigo, disciplina, ensino, fé e motivação são consciente e fielmente satisfeitas. É isso que significa amar uma criança. A Bíblia diz claramente: “o cumprimento da lei é o amor” (Romanos 13.10). O amor então é mais que a paixão sexual e apego emocional sobre o qual o romantismo fala. O amor é o cumprimento da lei, *a lei de Deus*. Assim, quando os intelectuais, com seu pensamento superficial, apresentam-nos o amor como o fundamento do casamento, eles estão tratando não de amor, mas de atração.

O amor não pode ser separado da lei. Sempre que o amor adentra verdadeiramente num casamento, há respeito e obediência à lei divina. Isso significa que o casamento se dá no interior da fé, com um cônjuge crédulo, de modo que marido e mulher são unidos, primeiramente, com base numa fé e obediência comuns a Deus.

O amor, nesse sentido bíblico, significa, ademais, que a coluna do casamento e da nova família não é pessoal, mas cristão. No amor

romântico, a família começa quando o sentimento romântico reúne um homem e uma mulher e termina com a morte desses sentimentos. O casamento torna-se, portanto, uma questão puramente pessoal. Mas a família é a instituição dada por Deus, sendo pois essencial à instituição social. Desse modo, nenhuma decisão concernente à família pode ser puramente pessoal. Em todo tempo, a família está sob a lei de Deus, e seu princípio e fim devem-se ser segundo a obediência à lei divina.

Isso nos leva a um fato bastante curioso. Esses intelectuais são predominantemente socialistas, e sua abordagem a maior parte dos problemas é enfatizar a responsabilidade coletiva e as respostas coletivistas. No entanto, quando abordam a religião, moralidade, matrimônio e a família, eles nos dizem que se tratam meramente de questões pessoais, não de problemas sociais ou coletivos. Por que essa curiosa inconsistência? A resposta é que esses intelectuais não são de modo algum inconsistentes. Seu propósito é abolir a religião e moralidade bíblicas; portanto, eles as excluem da vida social ao insistir que se trata de uma questão simplesmente pessoal e privada. De semelhante modo, ao transformar o fundamento e as bases do casamento, família e divórcio em elementos puramente pessoais, eles estão destruindo a família, visto que lhe negam seu papel social adequado.

O desprezo à família anda jungido ao desprezo pela religião e moralidade. A erosão da fé é também a erosão da família. O relacionamento entre religião, moralidade e a família é vital. Sempre que o estatismo ataca a religião, moralidade e família, ele desencadeia contra eles as forças do anarquismo. Ora, o anarquismo é, pois, o aliado perene do estatismo totalitário. A elite que domina o Estado são homens para além da lei que governa o mundo de acordo com suas imaginações e concentram o poder em suas mãos para esse fim. Carle C. Zimmerman, em *Family and Civilization* [Família e civilização], forneceu um retrato revelador do mundo de Homero: “Os valores humanos que as pessoas comuns hoje tanto exaltam não existiam em Homero. Os grandes em Homero são uns poucos trapaceiros vigorosos e bem-nascidos que dominam o resto da sociedade de acordo com seus caprichos. Nenhum personagem homérico importante está preocupado com o que ocorre com as massas pobres e indefesas”. Os líderes de nossos dias são mais sofisticados; eles falam sobre esses valores mesmo quando os esvaziam; afirmam ser os indivíduos mais preocupados

com as agruras do homem, mesmo quando insensivelmente usam as pessoas para avançar seu próprio poder.

A família é capaz de prosperar se seus fundamentos são sólidos — e o fundamento real da família está na fé cristã firme e solidamente embasadas nas Escrituras. E hoje em dia é a família que é ignorada e negligenciada em nossa educação e pensamento.

Todavia, mais que isso, para a Bíblia o sexo está legitimamente associado apenas com a família, ao passo que para pensadores contemporâneos há uma separação radical e dissociação entre sexo e casamento. Por exemplo, no segundo Relatório Kinsey, a família mal é mencionada. Há uma referência ou duas à família no início de um capítulo, mas apenas como um prelúdio para discutir-se o sexo, não a família. Em outra referência, nos é dito que certos “animais viajam em grupos familiares ou em bandos”, de modo que a referência é aos animais, não ao homem ou à família. Isso é bastante típico. Hoje em dia, o sexo é analisado num isolamento atomista e anarquista em relação ao casamento e à família, e trata-se de uma dissociação deliberada e revolucionária. Há um cultivo deliberado do individualismo anarquista e atomista; e é este indivíduo atomista e contrário à família que é o mais suscetível ao coletivismo, porque ele ao menos está sob a lei de sua própria vida. Tanto o anarquismo quanto o totalitarismo destroem a lei e são trunfos da anomia.

A família cristã é essencial à ordem legal de Deus dada ao homem, pois foi estabelecida por Deus para o bem-estar e felicidade da raça humana. Nas Escrituras, prometeu-se inúmeras bênçãos à família piedosa: vida longa, filhos, prosperidade e muito mais. De acordo com a Bíblia, a vida mais real do homem está na comunidade, e a comunidade dada por Deus antes de todas as demais é a família. Os salmos 127 e 128 ambos celebram a bem-aventurança da vida familiar piedosa, e muitos dos Provérbios também ressoam com esse louvor.

Eis como será abençoado o homem
que teme ao Senhor!
O Senhor te abençoe desde Sião,
para que vejas a prosperidade de Jerusalém
durante os dias de tua vida,
vejas os filhos de teus filhos.
Paz sobre Israel! (Salmos 128.4-6)

19. Justiça e *common law*

A maior parte das pessoas está ciente de que vivemos naquilo que Park, o antigo Chefe da Polícia de Los Angeles, chamava “uma revolução jurídica”. Não mais se respeita o direito; as cortes estão num processo de mudança da lei por meio da reinterpretação; e a polícia está sob um extenso assalto na maior parte do país. Esses fatos, contudo, são apenas a ressaca de uma revolução jurídica. A revolução real no direito já se deu; estamos vendo somente as consequências. Cerca de um século atrás, a revolução jurídica começou; hoje em dia, está sendo conduzida à sua consecução e consequências lógicas.

O que foi essa revolução jurídica? Foi a suplantação da *common law* como elemento fundamental de nossa estrutura e operação legais pela lei estatutária. Para entender isso, precisamos compreender o que é a *common law*.

Em primeiro lugar, a *common law* na Inglaterra e nos Estados Unidos é uma doutrina do direito com séculos de existência, que já se desenvolvia quando o período medieval começou. Sua raiz encontra-se na Bíblia. É a aplicação da lei e doutrina da justiça bíblicas aos problemas da vida cotidiana. Eugen Rosenstock-Huessy comentou: “A *common law* foi o produto de uma união entre as leis cristãs universais e os costumes locais”.^[1] A *common law* era o esteio do povo, conforme assinalou ainda Rosenstock-Huessy: “A *common law* era a boa lei que não poderia ser depreciada pelo poder arbitrário do rei. Não reivindicava uma origem nacional, mas era o dote do batismo cristão”.^[2]

Isso nos leva ao *segundo* ponto. A *common law* representava antes a lei de Deus que a lei do rei ou do Estado. Por conseguinte, o rei e o Estado encontravam-se sob a *common law*, ao passo que a lei do rei buscava submeter a igreja e o povo ao poder régio. Henrique VIII suprimiu a *common law* tanto quanto possível, a fim de substituí-la por sua própria lei. Sob a *common law*, a supremacia da lei implicava que nem rei, nem o Estado, nem qualquer outra agência do Estado estava acima da lei. O cristão tinha a *common law* de Deus para apelar nos tribunais, e estes eram

independentes do Estado. Eram ministros de Deus para a justiça, e a lei regia, portanto, tribunais, reis e povo.

Um *terceiro* aspecto da *common law* era igualmente relevante. Não se tratava de lei estatutária, isto é, não estava baseada em leis escritas promulgadas por um agente do Estado. O juiz baseava sua decisão sobre a lei cristã fundamental, a lei bíblica, e sobre as doutrinas bíblicas da justiça. J. W. Ehrlich, em sua análise *The Holy Bible and the Law*, cita um caso ocorrido em New Hampshire, em 1836, no qual o juiz decidiu de acordo com a Bíblia, já que a *common law* fazia desse procedimento não apenas legítimo mas essencial. Isso significava que, quando se cometia um crime, não era preciso encontrar uma lei escrita específica que abrangesse o caso. Este já estava sempre compreendido por um princípio básico de justiça, pelos princípios cristãos conforme seu uso local adaptado. Consequentemente, a *common law* tinha uma grande parcela de flexibilidade, ao passo que a lei estatutária é bastante rígida; esta é governada pela letra da lei em vez de pelo princípio de justiça, e o apelo legal torna-se mais um exercício de farisaísmo legal que de justiça.

Em quarto lugar, a *common law* era o direito de precedentes. O direito nos tribunais era o princípio da justiça cristã conforme expressa em decisões judiciais. Decisões passadas forneciam uma base para decidir sobre os casos presentes, já que as decisões anteriores foram desenvolvimentos das implicações do princípio básico. Atualmente, o direito de precedentes permaneceu em nosso sistema legal de uma forma, em grande medida, pervertida. A Suprema Corte valeu-se do direito de precedentes para subverter o constitucionalismo histórico em vez de promover os conceitos originais da *common law*. Ademais, esta, em toda sua existência, foi restrita de modo a incluir somente sua forma *common law* até 1603, o primeiro ano do reinado de James I. Além disso, o ponto nevrálgico da *common law*, a supremacia de Deus e sua lei sobre a igreja, Estado e tribunais — sobre todas as leis criadas pelo homem — foi rejeitado. Sem essa fé, a *common law* é basicamente uma relíquia em vez de uma força pulsante. Em vez de um baluarte contra a injustiça para o povo, o direito hoje é um culto esotérico cujos iniciados são apenas os juristas treinados nas faculdades. Patrick Henry, por exemplo, foi um excelente jurista porque era a representação de uma grande fé de uma grande força moral, inteligentemente ordenada e habilmente disciplinada para sua tarefa

e chamado. Hoje em dia, o tipo de direito praticado por Patrick Henry não tem lugar nos tribunais, e um tipo diferente de conhecimento governa a lei.

Ao mesmo tempo, outro aspecto de nossa revolução jurídica afetou a administração da lei. Um *quinto* aspecto da *common law* é o julgamento pelo júri, e isto era tão essencial que nossos pais fundadores julgaram necessário, no Primeiro Congresso, satisfazer a demanda popular incorporando-o no *Bill of Rights*. A Sétima Emenda declara: “Nos processos segundo a *common law*, em que o valor da causa exceder US\$ 20, será garantido o direito a julgamento pelo júri e os fatos julgados por este não serão reexaminados em nenhum tribunal dos Estados Unidos, a não ser de acordo com as regras da *common law*”. A Constituição estabelece, pois, tanto a *common law* quanto o julgamento pelo júri. Este último tem um propósito bastante significativo. Dentre outras coisas, buscava preservar a administração da lei a amadores. Isso significava que a justiça, conforme administrada pelo júri, era baseada não num conhecimento técnico da lei estatutária, mas num senso cristão de justiça. Um júri constituído de cidadãos da comunidade não tem o conhecimento do direito que um jurista teria. Eles obviamente serão ignorantes de diversas questões técnicas que tornam a lei mais complexa. Sob a *common law*, o júri agia simplesmente com base em seu senso cristão de justiça e na tradição legal da comunidade. O sistema de júri é esplendidamente conveniente à *common law*, mas encontra-se hoje sob o ataque dos defensores da lei estatutária — a lei estatista —, pois se trata efetivamente de dois polos contrapostos. Quando um volume enorme de leis e decisões regem os detalhes de um crime, os métodos para efetuar a prisão, as technicalidades de apresentação no tribunal, segue-se que a lei é primariamente governada por leis de procedimento em vez de pelo princípio bíblico de justiça. Oliver Wendell Holmes, Jr., em sua obra *The Common Law*, concebia a *common law* como essencialmente governada pelo motivo da “vingança”. Por conseguinte, era hostil aos princípios mesmos de retribuição e responsabilidade, que são fundamentais à justiça. Sua própria carreira jurídica fez muito para minar nossa *common law*. Hoje em dia vemos violações da lei e ordem que permanecem impunes, já que nossa lei estatutária, bem como suas leis processuais, impedem o êxito da acusação. A lei estatutária torna-se cada vez mais ingovernável e menos exequível.

Em sexto lugar, o princípio bíblico da restituição era basilar à *common law*. Em vez de prender um ladrão, a *common law* buscava impor-lhe prejuízos monetários, a fim de que se pudesse compensar a vítima. A solução básica não era, pois, a detenção, mas a restituição, restituindo à parte prejudicada a privação que sofrera. À vista disso, a *common law* era intensamente pessoal em sua orientação. Tinha como propósito restaurar algo a uma parte prejudicada, penalizando, para isso, a parte culpada. Em resumo, o direito atuava em prol do bem-estar do cidadão, e não para o Estado impessoal e seu conceito de sociedade.

A lei estatutária, que não deve ser confundida com uma constituição, é a promulgação de um corpo legislativo. A lei estatutária predomina no continente europeu, e muito contribuiu para tornar a Europa, no último século, um lugar de crescente estatismo e de declínio da liberdade. A persistência da *common law* na Inglaterra e nos Estados Unidos fazem com que pareçam regiões de liberdade para os povos oprimidos da Europa. A justiça americana era por vezes dura e tosca, mas defendia fundamentalmente as liberdades piedosas, e os povos do mundo eram atraídos a ela. O declínio da *common law* e a ascensão da lei estatutária operaram uma mudança na vida americana e um declínio em suas liberdades. A justiça tornou-se um conceito remoto e um interesse esotérico de um grupo de profissionais; e a Suprema Corte pode tornar aquilo que é justiça hoje numa injustiça amanhã.

Esse processo não é novo. Há muito tempo, a lei bíblica era pervertida por uma classe de homens que a transformavam numa doutrina esotérica que estava fora do alcance do povo. Nosso Senhor entrou em conflito direto com esses tais, os fariseus, que invalidavam a lei de Deus com sua própria tradição. A resposta a esse farisaísmo naquele tempo e agora é a mesma. O direito perece quando a fé que lhe subjaz está morrendo. Para restaurar a justiça, para reviver a *common law*, precisamos reavivar a única fé que torna isso possível. E isso é mais que um interesse de jurista; é a responsabilidade de todo homem perante Deus. E em que pé estamos diante dele?

20. Terras sem justiça

Santo Agostinho, em seu estudo da sociedade, *A Cidade de Deus*, deixou claro quão essencial a justiça é à verdadeira sociedade. Uma sociedade que não está fundamentada no Deus triúno e sua lei é uma sociedade destinada a revelar sua hostilidade radical à justiça. Como Santo Agostinho observou, a partir da desordem civil da república romana: “A paz rivalizou e até venceu a guerra em crueldade. Esta abateu homens armados; aquela, homens desarmados. Na guerra, o que feria podia ser atingido pelo ferido; mas na paz não se permitia ao sobrevivente que vivesse — antes era obrigado a morrer sem resistência” (Livro III, Capítulo XXVIII).^[9] Ademais, disse Agostinho, uma nação sem justiça não é diferente de uma súcia de ladrões. “Afastada a justiça, que são, na verdade, os reinos senão grandes quadrilhas de ladrões? Que é que são, na verdade, as quadrilhas de ladrões senão pequenos reinos?” (Livro IV, Capítulo IV).^[10] Toda turba de salteadores e toda organização criminosa, continua Agostinho, têm uma autoridade, um cabeça, um corpo de regras ou leis, seu próprio policiamento, seus territórios e cidades fixos, e operam exatamente como uma nação o faz. Exclua a justiça de uma nação e resta pouco a diferenciá-la de um bando de salteadores ou de uma organização criminosa.

A fim de compreender a necessidade de justiça, é importante saber o que a palavra *justiça* significa. O dicionário afirma que justiça é a administração ou manutenção daquilo que é justo, e a raiz etimológica — *justitia* — é definida como retidão. Embora os dicionários tendam atualmente a abrandar o aspecto religioso da palavra *retidão*, esta ainda tem — e corretamente — uma conotação religiosa na mente popular.

Na Bíblia, retidão e justiça refletem basicamente as mesmas ideias. Justiça e retidão implicam perfeição moral e religiosa, de maneira que se afirma que Deus é não apenas retidão e justiça perfeitas, mas também a fonte de ambas. A justiça no domínio humano significa o governo da retidão de Deus em meio aos homens, de dois modos distintos: *em primeiro lugar*, pela operação da graça divina no coração do homem, e, *em segundo lugar*, mediante o ministério da justiça pelo governo civil. Por intermédio

do Estado, pelo governo civil, a retidão de Deus é expressa na lei, lei piedosa; e a ordem que essa lei estabelece é a justiça. Se se retira da lei o padrão divino de retidão, despoja-se a justiça de sua lei, reduzindo-a antes a uma anti-lei.

Sem justiça, a lei torna-se uma forma de roubo. Se despojada da justiça, a lei torna-se um instrumento de extorsão e opressão nas mãos de qualquer grupo de indivíduos que a controlem. Se homens ricos controlam o Estado, a lei torna-se sua ferramenta para subjugar o pobre e torná-los cada vez mais pobres. Se os pobres controlam o Estado, então a lei é usada para roubar os ricos e os que trabalham duro, a fim de sustentar aqueles que desejam viver dos frutos do roubo. No primeiro caso, diz-se que é a manutenção da ordem social, e, no segundo, diz-se que é justiça e bem-estar sociais; mas, em ambos, trata-se de roubo. E hoje em dia, visto que a retidão de Deus é desprezada, as nações do mundo estão se transformando em Estados salteadores e em terras sem justiça.

O humanismo foi o responsável por criar esses Estados usurpadores. Ao negar a relevância da lei de Deus à lei do homem e ao separar a lei da retidão de Deus, o humanismo fez da lei a expressão da lógica e da experiência do homem. A lei superior de Deus é negada, e o ser humano se torna a lei e o legislador derradeiros. A única diferença então entre a organização criminosa e o Estado moderno é que o Estado declara ter como apoio a vontade geral de uma nação; a ordem menor da organização criminosa é assim proscrita como uma ordem ilegítima. Mas essa lógica limitada poderia fazer com que um Estado mundial chamasse um Estado-nação de criminoso, já que representa meramente um segmento limitado dos povos do mundo.

Além disso, uma vez que o humanismo não tem um certo e um errado derradeiros, sua lei é democrática, isto é, simplesmente expressa a vontade do povo. Mas a vontade do homem, seja a de um indivíduo ou de uma massa, é, segundo as Escrituras, uma vontade pecaminosa. O pecador não está interessado em justiça; está interessado em si mesmo, em obter cada vez mais do melhor para si mesmo. Quando a vontade pecaminosa do homem é a única fonte de lei, como se dá no humanismo, segue-se que a lei se torna *roubo legalizado*, o que é, enfim, a mais simples e melhor definição do socialismo.

Com o socialismo, ou roubo legalizado, a avidez em roubar só aumenta. O ser humano que começa a roubar descobre que seu crime pode abrir caminho para o progresso, e, por conseguinte, o roubo, e não o trabalho, torna-se cada vez mais fundamental ao Estado usurpador socialista.

Os homens julgam proveitoso viver do roubo legalizado, e exigem sempre mais. Por conseguinte, embora o socialismo denomine a si mesmo de *Estado dos trabalhadores*, é, na verdade, um Estado dos usurpadores, no qual salteadores vivem do esforço dos trabalhadores e insistem que estes ainda lhe sejam gratos por esse novo paraíso! Os trabalhadores jamais são mais oprimidos que sob o socialismo, e contudo se lhes exige que saúdem, louvem e agradeçam os ladrões que vivem de seus esforços.

Terras sem justiça e Estados usurpadores são a consequência do humanismo, de uma lei divorciada da retidão de Deus. Duas atitudes são, portanto, fundamentais a toda resistência a Estados-organizações-criminosas: *em primeiro lugar*, a fé pessoal em Cristo como Salvador, e, *em segundo lugar*, a retidão de Deus como o fundamento da ordem civil, da lei e da justiça. À parte disso, estamos enfrentando o humanismo com mais humanismo, o que é comparável a combater o fogo com gasolina.

Numa terra sem justiça, a compaixão tende a favorecer o injusto ao invés do justo. Como resultado, a compaixão e a piedade são dirigidas aos criminosos, não às vítimas. Todo tipo de proteção legal apoia cada vez mais o criminoso e cada vez menos o cidadão de bem e piedoso. É-nos dito que devemos amar o ladrão, a prostituta, o homossexual, o assassino e, igualmente, que exigir sanção para crimes é horrendo e vingativo, porém demonstra-se pouco amor e piedade para as vítimas de seus crimes. Vivemos numa das eras mais sentimentais da história, e todo esse sentimentalismo é derramado sobre os delinquentes e criminosos da sociedade. Em muitos círculos, é impossível criticá-los sem tornar-se um pária social. Quando o sentimento popular se volta tão fortemente para a desordem, veremos sempre a expansão de uma terra sem justiça.

Para restaurar a justiça, devemos restaurar Deus a seu lugar de direito em nossas vidas pessoais e nacionais. Para as Escrituras, os verdadeiros governos civis não apenas extraem seu poder de Deus, mas também de suas próprias leis. De acordo com a Bíblia, “o poder pertence a Deus” (Salmos 62.11), e todos os poderes no domínio humano só podem ser

exercidos segundo a Palavra de Deus. Deus “remove reis e estabelece reis; ele dá sabedoria aos sábios e entendimento aos inteligentes” (Daniel 2.21), e “o Altíssimo tem domínio sobre o reino dos homens e o dá a quem quer”. São Paulo afirmou que “não há autoridade que não proceda de Deus; e as autoridades que existem foram por ele instituídas” (Romanos 13.1). Na América do Norte, durante a maior parte de sua história, Deus foi reconhecido, pelo povo e pelos tribunais, como a fonte do governo. Nos princípios mais remotos, afirmava-se aberta e orgulhosamente que o propósito era o estabelecimento de governos piedosos. Assim, o Preâmbulo à Constituição de Connecticut de 1639 declarava: “Onde um povo se reúne, a palavra de Deus exige a manutenção da paz e união... deve haver um governo ordeiro e decente estabelecido de acordo com Deus”.

Nossas cortes, certa feita, concordaram com Agostinho que, “afastada a justiça, que são, na verdade, os reinos senão grandes quadrilhas de ladrões?”. Desse modo, uma decisão de 1905 declarava: “Se por meio das cortes da justiça, um homem pode ser expulso de sua propriedade... então seria por bem abolir as cortes e permitir que a todo homem “enfurecer-se como os gentios” [Salmos 2.1] e ser “lei para si próprio”.^[11] Uma decisão de 1921 também disse: “O direito das cortes existirem e atuarem assenta-se sobre seu poder de outorgar a justiça fundamental”.^[12] Sempre que a justiça é excluída de uma corte, esta torna-se simplesmente um instrumento político pelo qual uma classe oprime a outra, e a justiça é substituída pela injustiça. Isso, é claro, é a teoria da lei marxista, pois o comunismo usa o direito e as cortes como uma ferramenta para a ditadura do proletariado e para a opressão de todos que, de algum modo, se opõe, discorda ou cai das graças do Estado totalitário.

A lei soviética e as cortes são o resultado lógico do humanismo e de qualquer estrutura jurídica divorciada da retidão e justiça absolutas de Deus. “Se o SENHOR não edificar a casa, em vão trabalham os que a edificam” (Sl 127.1).

21. A morte de Deus e a lei

A escola de pensamento da “Morte de Deus” é um novo movimento com profundas raízes no interior da igreja e de nossa atual cultura humanista. Seus líderes insistem que o Deus das Escrituras, o Deus do cristianismo ortodoxo, está morto e inexpressivo. Thomas J. J. Altizer, líder dessa escola, escreveu, em seu estudo *Mircea Eliade and the Dialectic of the Sacred* [Mircea Eliade e a dialética do sagrado], que “Deus morreu em nosso tempo, em nossa história, em nossa existência. Conforme vivemos em nosso destino, não podemos conhecer um traço da presença de Deus nem uma imagem de sua realidade. Devemos reconhecer, portanto, que se Deus morreu em nossa história, segue-se que, à medida que a igreja se tornou cristandade, à medida em que ela penetrou na história, tornou-se um cadáver — como Kierkegaard percebeu tão profundamente; e *todo* sentido teológico tradicional, *todo* nosso sentido religioso herdado, está em processo de dissolução ou de transformação”. Para Altizer, nada sobrenatural pode ser real, verdadeiro ou histórico; desse modo, por definição, Deus não pode existir. De acordo com Altizer, “a ‘historicidade’ significa uma total imersão no tempo histórico, uma imersão que é totalmente isolada de qualquer sentido ou realidade que possa encontrar-se além”. Em outras palavras, apenas aquilo que é completamente humano é real, e, para Altizer, somente o que está completamente divorciado de qualquer sentido sobrenatural é histórico. Isso significa que se cremos em Deus e somos governados por sua palavra (por um sentido além da história), então não somos verdadeiramente históricos, nem temos historicidade.

Altizer, um episcopal que ensina numa faculdade metodista, não está sozinho em relação ao seu pensamento. Leslie Dewart, um filósofo católico romano que ensina no St. Michael's College da Universidade de Toronto, escreveu a obra *The Future of Belief* [O futuro da crença]. Para Dewart, é errado dizermos que Deus tem ser, que ele existe. Para Dewart, a verdade acerca de Deus é que ele não existe. Dewart deseja preservar a ideia de Deus sem a existência de Deus, clamar pela realidade-além-do-ser, mas não permitir que ele seja real e vivo. Dewart deseja falar sobre Deus, e escreveu

um livro para dizer-nos que Deus teria se tornado homem; entretanto, o deus de Dewart é, por definição, um deus silencioso e portanto é preciso que Dewart fale por ele!

Este é o resultado da escola de pensamento da “Morte de Deus”: dá-nos um deus silencioso e filósofos desbocados que são as vozes desse deus morto que está além do ser. A escola da “Morte de Deus” nega que haja uma lei fundada na palavra de Deus, pois negam que Deus possa falar; a única palavra que reconhecem — a voz da historicidade — está inteiramente imersa no tempo.

Ora, esses filósofos estão bastante seguros de que a voz da verdadeira historicidade está sendo emitida. De fato, estão bem convencidos de que estão falando em nome dela. A voz dessa verdadeira historicidade, este novo deus do ser, um deus que é apenas humano e não tem lei para além de si mesmo, é melhor expressa no Estado moderno. O Estado torna-se o veículo pelo qual o novo deus, a humanidade unificada, encontra a si mesmo.

Outro líder da escola da Morte de Deus, William Hamilton, num artigo intitulado “The Death of God Theology” [A teologia da morte de Deus], no periódico *The Christian Scholar*,^[1] declara que ele olha com expectativa para o retorno de Deus, mas que este não será o Deus do cristianismo ortodoxo. Precisamos “definir Jesus no mundo”, isto é, encontrá-lo na ordem social num novo mundo, a humanidade unificada.

A voz desse novo deus se torna, portanto, a voz do novo homem, o ser humano puramente “histórico”, isto é, o homem que diz que não há Deus nem lei que tenham poder sobre si, senão a lei do homem. É a negação de qualquer lei absoluta, de quaisquer certo e errado absolutos, em nome da pura “historicidade”, ou seja, ser totalmente guiado pelos sentimentos do momento e da época.

O Estado moderno está trabalhando em prol desse requerimento; está buscando ser puramente “histórico” nesse sentido existencialista. Está negando o cristianismo e adotando a lei humanista. Afirma a si mesmo como a única fonte verdadeira de lei. Ora, o Estado moderno nega que há um Deus cuja lei é mandatória para todas as nações, o qual deve ser obedecido para que não traga julgamento sobre as nações. A consequência do humanismo moderno é que o Estado substitui a Deus. Conforme

assinalou Irving Howard em *The Christian Alternative to Socialism* [A alternativa cristã ao socialismo], “a exaltação da humanidade resulta na deificação da personificação do poder coletivo humano — o governo. E assim, em nossa época, a substituição de Deus pelo governo mantém-se em ritmo acelerado”.

A escola da Morte de Deus é, na realidade, uma escola estatista de pensamento que poderia ser antes designada de escola da “Guerra contra Deus”, já que é esta sua força-motriz e propósito.

Tanto o cristianismo verdadeiro quanto a verdadeira lei estão hoje declinando em nosso mundo, porque as raízes desse movimento são basilares à nossa cultura. São o humanismo em sua essência, a substituição de Deus pelo homem enquanto soberano e legislador.

A falácia central da escola da Morte de Deus é que seu desejo é o genitor de seu pensamento. Assim, deseja-se a morte de Deus, logo Deus está morto. Lamentavelmente para eles, porém, Deus está bem vivo e seu poder não diminuiu nem mudou. A lei de Deus opera no mundo de duas maneiras básicas, dentre outras. A *primeira* operação da lei divina na vida e mundo humanos é a *bênção*. Se a lei de Deus é obedecida, o ser humano é abençoado. A lei então produz vida ao homem, pois São Paulo declarou: “o mandamento que me fora para vida” (Romanos 7.10), e oferece vida para a fé obediente, tanto no tempo quanto na eternidade. É-nos dito que Deus exige que lhe obedeçamos, “para que se prolonguem os teus dias e para que te vá bem na terra que o Senhor, teu Deus, te dá” (Deuteronômio 5.16).

Ademais, as Escrituras declaram: Se ouvires a voz do Senhor, teu Deus, virão sobre ti e te alcançarão todas estas bênçãos: Bendito serás tu na cidade e bendito serás no campo. Bendito o fruto do teu ventre, e o fruto da tua terra, e o fruto dos teus animais, e as crias das tuas vacas e das tuas ovelhas. Bendito o teu cesto e a tua amassadeira. Bendito serás ao entrares e bendito, ao saíres. O Senhor fará que sejam derrotados na tua presença os inimigos que se levantarem contra ti; por um caminho, sairão contra ti, mas, por sete caminhos, fugirão da tua presença. O Senhor determinará que a bênção esteja nos teus celeiros e em tudo o que colocares a mão; e te abençoará na terra que te dá o Senhor, teu Deus. O Senhor te constituirá para si em povo santo, como te tem jurado, quando guardares os mandamentos do Senhor, teu Deus, e andares nos seus caminhos. E todos os povos da terra verão que és chamado pelo nome do Senhor e terão medo de ti. O Senhor te dará abundância de bens no fruto do teu ventre, no fruto dos teus animais e no fruto do teu solo, na terra que o Senhor, sob juramento a teus pais, prometeu dar-te. O Senhor te abrirá o seu bom tesouro, o céu, para dar chuva à tua terra no seu tempo e para abençoar toda obra das tuas mãos; emprestarás a muitas gentes, porém tu não tomarás emprestado. O Senhor te porá por cabeça e não por cauda; e só estarás em cima e não debaixo, se obedeceres aos mandamentos do Senhor, teu Deus, que hoje te ordeno, para os guardar e cumprir. Não te desviarás de todas as palavras que hoje te ordeno, nem para a direita nem para a esquerda, seguindo outros deuses, para os servires. (Deuteronômio 28.2-14)

Essa, pois, é a primeira grande forma pela qual a lei de Deus opera no mundo, por *bênçãos*.

A *segunda* grande forma da operação da lei divina é a *maldição*. Deus amaldiçoa e arruína todo indivíduo ou povo desobedientes e traz sobre eles o julgamento. De acordo com as Escrituras, Será, porém, que, se não deres ouvidos à voz do Senhor, teu Deus, não cuidando em cumprir todos os seus mandamentos e os seus estatutos que, hoje, te ordeno, então, virão todas estas maldições sobre ti e te alcançarão: Maldito serás tu na cidade e maldito serás no campo. Maldito o teu cesto e a tua amassadeira. Maldito o fruto do teu ventre, e o fruto da tua terra, e as crias das tuas vacas e das tuas ovelhas. Maldito serás ao entrares e maldito, ao saíres. (Deuteronômio 28.15-19)

A maioria das pessoas tenta evitar a ideia de uma maldição; porém é impossível abençoar sem amaldiçoar. Recompensar a retidão exige punir o mal. E o Deus verdadeiro é o Deus das Escrituras, o Deus de nosso Senhor Jesus Cristo, o Deus que bendiz e amaldiçoa. E ele prevalecerá; Jesus “ontem e hoje, é o mesmo e o será para sempre” (Hebreus 13.8). A questão real não é se Deus está vivo ou morto, mas, antes, diz respeito a nós mesmos. Em que pé estamos no que diz respeito à sua palavra, lei, graça e chamado? Sob bênçãos ou maldições?

22. O direito marxista

A doutrina marxista do direito é uma grande força atuando no século XX. Para Marx e Lênin, todo fato essencial é visto como a negação da verdade. O marxismo é relativista; nega que haja qualquer verdade absoluta, qualquer certo e errado fundamentais no universo. Em vez de Deus como a fonte da verdade e do direito, o marxismo insiste que todas as ideias de verdade e direito simplesmente refletem a vontade de uma classe dominante. Assim, para o comunismo, o direito é simplesmente a vontade da classe dominante afirmada como estatutos e requerimentos legais, de modo que o direito simplesmente reflete as políticas da classe dominante conforme esta atua mediante o Estado. Por conseguinte, para Marx, não há verdade em qualquer lei; nenhuma lei tem qualquer relacionamento com um certo e errado absolutos, já que estes não existem. Isso significa que o direito comunista não é mais verdadeiro que o direito capitalista; isto é, o direito soviético e as leis da China Vermelha não são mais verdadeiros, em qualquer sentido absoluto, que a Constituição dos Estados Unidos. A única diferença assinalada pelos marxistas é esta: a Constituição supostamente representa não o povo, mas a vontade de uma classe dominante capitalista, ao passo que o direito marxista é mais democrático, pois supostamente representa a vontade do proletariado. E, uma vez que o marxismo é um humanismo econômico, o homem é seu único critério de valor; dessa forma, a vontade do proletariado é relativamente melhor que a vontade dos capitalistas, porque há muito mais proletários no mundo. Albert Weisbord, um célebre marxista, atacou a Constituição dos Estados Unidos, não porque era verdadeira ou falsa, mas porque ele acreditava que era antidemocrática, antiproletária e, em seu estudo *The Conquest of Power* [A conquista do poder],^[13] ele concebia a Convenção Constitucional de 1787 como parte de uma “conspiração secreta” contra o povo. A Constituição, é claro, afirmava implicitamente a supremacia da lei sobre todas as classes e pessoas, e, como assinalou Edward S. Corwin, pressupunha uma “lei superior”, a lei de Deus.^[14] Porém, para o marxismo, toda referência a Deus e à sua lei é uma fachada e uma simulação usadas pela classe dominante, a fim de suprimir os pobres.

Para o marxismo, o direito é simplesmente a vontade do Estado. Não há referência a qualquer certo ou errado absoluto, nem há qualquer lei

superior ao Estado. O direito é simplesmente um sistema de regras prescritivas e vinculantes que expressa a vontade totalitária e coercitiva do Estado. A teoria marxista foi desenvolvida posteriormente por Andrey Vishinsky, que aplicou sua teoria tanto como promotor soviético nos tribunais da grande purga dos anos de 1930, e depois como o chefe da delegação soviética às Nações Unidas. Para Vyshinskiy, e como produto para os Estados comunistas, o direito é uma arma a ser usada contra o inimigo na luta pelo socialismo, assim como um instrumento para reconstruir a sociedade humana numa base socialista. É, pois, uma ferramenta política.

À vista disso, duas coisas já se tornaram evidentes. *Primeiramente*, o direito marxista nega qualquer verdade absoluta, qualquer certo e errado derradeiros, e, em *segundo* lugar, o direito é uma arma política a ser usada na destruição de inimigos e na remodelação dos que estão a ele sujeitos.

Um *terceiro* aspecto do direito marxista é igualmente evidente. Resume-se no slogan do sistema soviético: “todo poder pertence aos soviéticos”. Isto é totalitarismo, a ditadura do proletariado. O comunismo não se opõe, como tal, ao totalitarismo. Opõe-se simplesmente aos Estados totalitários não comunistas, mas é definitivamente a favor de sua própria forma de totalitarismo.^[15]

Um *quarto* aspecto do direito marxista é seu uso dos tribunais. Visto que a lei não tem referência a um certo e errado absolutos, os tribunais também não podem valer-se de qualquer justiça absoluta. Os tribunais não guardam relação alguma com a justiça; simplesmente salvaguardam os interesses do Estado soviético e trabalham para destruir todos seus inimigos. Os tribunais, portanto, não podem tolerar qualquer apelo à justiça absoluta. Atuam segundo o que se chama de “justiça soviética”, isto é, a vontade do Estado.

Em quinto lugar, como é patente, o direito soviético não tolera qualquer divisão dos poderes, pois é, por sua própria definição, totalitário. Por conseguinte, as cortes não têm independência. Lênin e Vishinsky insistiam que as cortes, como o exército e a administração do Estado como um todo, tinham apenas uma função: promover o socialismo e destruir seus inimigos.

Em sexto lugar, o marxismo nega chamar de direito qualquer coisa que não promova o socialismo. Como resultado, todos os sistemas cristãos de lei são chamados de fraudes, já que, por definição, a lei é a ação correta do Estado socialista. Assim, trabalha para desacreditar qualquer outro sistema legal e para trazer-lhe ruína, a fim de substituí-lo pelo sistema socialista, com “justiça” revolucionária, a saber, a destruição de capitalistas, igrejas, grupos independentes e todas as coisas hostis ao comunismo.

Em sétimo lugar, isso significa que, para os marxistas, os únicos crimes reais são os crimes contra o socialismo, nomeadamente, a oposição ao totalitarismo marxista. Consequentemente, novos crimes são inventados, e já agora ouvimos a expressão “crimes contra a paz” ser livremente usada. Um crime contra a paz é um tipo de guerra contra o marxismo. É um conceito novo e perigoso, já que envolve a fé de que o marxismo é o único deus verdadeiro, e qualquer oposição a ele é um pecado mortal. Não houve mudança nesse conceito marxista; somente desenvolveu-se ainda mais. As únicas queixas reais contra Stalin por parte de seus sucessores foram por infrações contra marxistas dominantes, não por suas infrações à verdadeira justiça. Milovan Djilas, em seu livro *Conversations With Stalin* [Conversas com Stalin], afirmou: “Enquanto os sucessores de Stálin lamentarem-se, por um lado, pelas vítimas individuais do governo arbitrário que houve entre 1937 e 1955, mas, por outro, não falarem sobre os milhões de vítimas da perseguição bolchevique aos camponeses, classes médias e *intelligentsia* russa, não podemos acreditar que abandonaram honesta e sinceramente os métodos de opressão violenta e de terror”.

Isso nos traz ao *oitavo* aspecto do sistema legal soviético. Ora, visto que é uma lei totalitária e policialesca, ela garante um estado perpétuo de guerra civil. De fato, cria uma dupla guerra civil. Primeiramente, cria uma guerra civil dentro dos comunistas dominantes. A União Soviética testemunhou por muito tempo uma longa guerra civil, primeiramente entre os sucessores de Lênin, e depois entre os sucessores de Stálin; e o presente cenário está longe de ser tranquilo. Os comunistas da China Vermelha estão no meio de uma guerra civil entre os assassinos no governo, e o triunfo de um partido ou de outro não porá fim ao problema. O segundo tipo de guerra civil criado pelo direito marxista se dá entre o Estado e o povo, e o Estado guerreia contra seu próprio povo como se este fosse um inimigo. Ora, uma vez que o Estado comunista sempre considera seus súditos como inimigos a

serem remoldados pela lavagem cerebral e pela força bruta ou para serem esmagados pelo terror e violência, a paz entre o partido e o povo é uma impossibilidade. Sendo o Estado soviético o poder totalitário e absoluto, ele não pode errar, e o povo está logicamente equivocados, quando não se submete totalmente ao Estado. Ademais, o povo também está errado, ainda quando se submete. Quando o comunismo comete um erro, ele se recusa a reconhecer a culpa, porque é, por definição, o sistema perfeito. Alguém deve ser transformado no bode expiatório: sejam alguns segmentos do Partido Comunista, seja o povo, ou ainda ambos. Que alguém seja, pois, punido. Por conseguinte, o comunismo, uma vez que não é nem pode tornar-se perfeito ou livre de falhas, deve, a cada falha, travar guerra civil contra si próprio e seu povo. Isso significa que o comunismo jamais pode trazer paz, já que sua teoria marxista do direito garante a guerra e destruição perpétuas daquilo que a lei supostamente deveria garantir — a justiça e a ordem.

Ora, não pode existir uma sociedade sem lei; e quando um sistema legal se torna contrário ao direito, ele garante que, ao invés de uma sociedade, haja anarquia e caos. Os Webbs chamavam a União Soviética de uma nova civilização; em vez disso, porém, transformou-se num triste substituto para ela, tendo a guerra civil em lugar de cultura. Em vez do império da lei, essa civilização deu lugar ao império do terror e da força bruta. Em nome do homem, em nome do humanismo, o marxismo declara oferecer à humanidade uma nova esperança para substituir a revelação cristã.^[2] O que oferece, pelo contrário, são os piores horrores da experiência humana, um terror incansável e uma guerra civil perpétua. É a lógica do humanismo — que é suicida — levada à sua conclusão. Conforme disse nosso Senhor, falando como a Sabedoria, há séculos: “Mas o que peca contra mim violenta a própria alma. Todos os que me aborrecem amam a morte” (Provérbios 8.36).

23. O absurdo da parentalidade hoje

Certo artigo de Sid Ross, publicado no *Parade*, na edição de 26 de fevereiro de 1967, declarava sua argumentação já no título: “A grande mudança nas adoções: bebês não conseguem pais”. De acordo com Ross, os bebês que mais chamavam atenção não eram adotados porque havia um grande declínio no desejo de casais em os adotarem. Como resultado, o departamento de bem-estar do Condado de San Diego, e várias outras agências semelhantes, veem-se com um número cada vez maior de bebês e uma taxa decrescente de pais adotivos. A Child Welfare League of America [A Liga Americana para o Bem-Estar da Criança] relatou que, em cinco

anos, o número de crianças nas filas de adoção aumentou 44,5%, ao passo que o número de pedidos de adoção aumentou somente 27%.

Mas isso não é tudo. A taxa de natalidade está caindo de forma alarmante em todo o mundo. Enquanto propagandistas falam sobre uma explosão populacional, a realidade é um declínio enorme na taxa de natalidade em âmbito global. Na Califórnia, em uma das áreas com melhores taxa de natalidade, os hospitais registraram uma queda em um terço nos nascimentos nos últimos três anos, e mais maternidades estão perdendo dinheiro. Nesse ritmo, em breve teremos um excedente estadual de classes de escolas, quando a taxa de natalidade decrescente alcançá-las. A questão é que há um sério declínio populacional, e, em algumas partes do mundo, como em Viena, na Áustria, a taxa de mortalidade é o dobro da taxa de fertilidade. Dois terços das nações da Europa não conseguem sequer reproduzir na proporção de sua população atual.

Não há grandes razões para surpresa em tudo isso. O controle de natalidade mais efetivo na história encontra-se em operação hoje, e *não* é a pílula nem algo médico. É a lei. A lei hoje penaliza os pais em cada ponto e desencoraja a parentalidade responsável.

Se és um pai ou mãe, é isto que enfrentas: és a parte acusada caso teu filho se meta em problemas. Dizem-nos que se um filho se torna delinquente, é porque os pais falharam em sua responsabilidade. Se o desempenho acadêmico é precário, então os pais são acusados de fracasso em motivar o filho. Em cada passo, a lei nega a doutrina bíblica da responsabilidade pessoal e apega-se ao ambientalismo.^[16] Os pais são o meio do filho e portanto considerados como os responsáveis. Eles não fizeram o suficiente para a criança, ou não a amaram o bastante. O resultado é que, a cada momento, há incentivos legais e social para a irresponsabilidade juvenil. Uma vez que a criança já é pecadora por natureza, esses incentivos oferecem oportunidades para o desenvolvimento de sua pecaminosidade. Não é de se admirar que a criança se torne, pois, um monstro mimado.

Coroando tudo isso, há as sanções financeiras por ser um pai ou mãe. Hoje em dia é muito custoso criar um filho, alimentá-lo e vesti-lo, matriculá-lo numa escola cristã, providenciar-lhe educação superior e manter uma casa grande o bastante para abrigar uma família. O gasto anual é muito alto quando se considera todos esses fatores. Mas o benefício

tributário é uma isenção de U\$600 anualmente. Muito mais que a pílula, a lei hoje desencoraja a parentalidade.

No entanto, isso não é tudo. Atualmente, os pais sustentam os filhos por dezoito anos, caso eles deixem a escola após terminarem o ensino médio; todavia, cada vez mais, esse sustento se prolonga até ao *junior college*, à faculdade e mesmo à pós-graduação. Não é exagero dizer que cada criança recebe uma média de vinte anos de sustento. Mas a ajuda não termina aí. Quando o filho se casa, o apoio muitas vezes continua em maneiras diretas ou indiretas. Em muitos casos, os pais ajudam a providenciar emprego, mobiliário ou outros itens, mas, sem isso, o apoio é ainda considerável. Considere, por exemplo, o número de avós cuja rotina semanal abarca algum tipo de função de babá, ou que cuidam de seus netos enquanto seus filhos saem de férias. Considere também o número de avós que faz o trabalho de babá, enquanto suas filhas saem para trabalhar a fim de aumentar a renda familiar; considere igualmente o número de avós que tomam conta de seus netos temporária ou permanentemente em razão de divórcio de um de seus filhos. Acrescente a isso o custo de presentes periodicamente, para dois ou três filhos, para seus maridos e esposas e todos os netos. A maior parte dos avós descobrem que têm de manter uma agenda para lembrarem-se de todos aniversários, celebrações, formaturas e cerimônias afins em suas famílias.

O resultado é que os pais dão apoio total ao filho por uns bons vinte anos e apoio parcial ao longo de uns trinta, às vezes por meio século. Assim, talvez em seus anos finais, o pai ou a mãe, ou ambos, precisam de ajuda, pois a inflação acabou com suas poupanças, ou porque uma doença prolongada, grave, desbastou suas finanças e saúde, de modo que precisam de cuidados físicos e ajuda financeira. Mas quantos deles podem recorrer a seus filhos? A maior parte dos pais dizem: “Eu jamais gostaria de fazê-lo”. O que querem dizer na verdade é que não gostariam de ser humilhados pela relutância de seus filhos em ajudá-los.

Todas essas situações descritas culminam num só fato: o absurdo da parentalidade hoje. Nosso quadro de referência jurídico tornou-a absurda. O amor não floresce nem a saúde se desenvolve sob uma situação de parasitismo. Se um indivíduo é um contínuo parasita para outro, sempre recebendo e jamais doando, sempre exigindo mas jamais restituindo, dificilmente será uma pessoa pronta a ser amada. Quando a lei permite que

os filhos se tornem parasitas, então trabalha para destruir o relacionamento natural dos pais com os filhos. Numa família normal, o filho precisa dos pais em grande parte de sua vida, e depois os pais precisam dos filhos, e a menos que o relacionamento se dê nessa via de mão dupla, será doentio e socialmente destrutivo. Levará a uma falsa independência da parte dos pais e a uma falsa dependência dos filhos. Os pais que precisam confiar no presente em seus filhos recusam-se a fazê-lo e tomam decisões insensatas; e os filhos que precisam cuidar de seus pais ficam em seu entorno, esperando friamente dividir qualquer herança que possa haver. É de se espantar que muitos se recusem a ser pais sob essas condições? A parentalidade hoje em dia é um absurdo pela lei; o filho é um parasita legalmente protegido.

Mas não é apenas o filho que se torna um parasita vitalício; antes, nossa sociedade transforma a adolescência numa forma legitimada de insanidade. Passamos a associar a adolescência com rebeldia e emocionalismo, e consideramos essa situação como um período natural de estresse na vida da pessoa. Todavia, não é algo aplicável a todas as culturas, e certa feita não foi o nosso caso. Amiúde, a adolescência foi na história um período particularmente vigoroso e alegre, o tempo da maturidade. É uma adolescência mentalmente doente e espiritualmente pecaminosa que deseja independência enquanto é subsidiada pelos pais.

A resposta a esses problemas é claramente apresentada nas Escrituras. Aos filhos ordena-se, não se pede, para *honrar* seu pai e sua mãe. Note a forma do mandamento: não se lhes pede para *amar* seus pais, mas exige-se que, a todo tempo, os *honrem*, e, até que estabeleçam seus próprios lares, que *obedeçam* a seus pais (Deuteronômio 5.16; Efésios 6.1-3). Não se trata de uma questão de escolha; é uma questão de lei. Deus não pede aos filhos que amem seus pais, nem aos pais que amem seus filhos; não se pode ordenar o amor, e, ainda mais essencial que o amor, é a obediência a Deus e aos seus mandamentos. Os pais *devem* criar seus filhos “na disciplina e admoestação do Senhor”, diz-nos São Paulo (Efésios 6.4) — admoestação, no caso, implica os mandamentos do Senhor. Ora, o mandamento é “obedecei a vossos pais no Senhor, pois isto é justo” (Efésios 6.1), ou seja, deve ser centrado em Deus, uma obediência divinamente — e não humanisticamente — ordenada.

Mas isso não é tudo. Nosso Senhor deixou claro que uma oferta a Deus não era aceitável nem santa se implicasse uma negação dos cuidados

devidos aos pais. Ele acusou os fariseus e escribas por incentivar essa atitude: “então, o dispensais de fazer qualquer coisa em favor de seu pai ou de sua mãe, invalidando a palavra de Deus pela vossa própria tradição” (Marcos 7.12-13). São Paulo declarou que “se alguém não tem cuidado dos seus e especialmente dos da própria casa, tem negado a fé e é pior do que o descrente” (1 Timóteo 5.8). Com isso, Paulo queria dizer que os pais têm uma obrigação de cuidar dos seus, o que implica tanto seus filhos quanto os avós destes, conforme a necessidade possa requerer. Isso não significa que seja legalmente mandatário que os avós recebam ajuda ou vivam com seus filhos; diz, antes, que essas necessidades, conforme surjam, devem ser supridas pelos seus filhos, e que esta é uma exigência de Deus. A falha em cumprir essa exigência é uma negação da fé, e, mais que isso, Paulo declara: torna o indivíduo negligente “pior do que o descrente”, um hipócrita e negador da fé consumados.

A linguagem bíblica aqui é bem direta, e com razão, pois um desvio em relação à lei significa um afastamento da ordem social cristã. Significa a entronização de uma psicologia autocentrada e a destruição da vida familiar. Ao invés de uma bênção, os filhos tornam-se assim uma maldição. Em vez de maturidade, eles se transformam em parasitas completos, que sugam seus pais e criam uma sociedade socialista. O socialismo é simplesmente uma ordem social que tenta assumir as funções da família e oferecer uma segurança vitalícia (que é uma função da família). Para que se tenha socialismo, é preciso que haja uma população de filhos mimados que desejam um grande pai que possa prover-lhes com mais do que os pais são capazes, que possa tirar-lhes a responsabilidade sobre seus pais e que possa protegê-los (os filhos mimados) da necessidade de crescerem. Sempre e onde quer que a família se desmorone, o socialismo surge como o substituto para a família. Todavia, o socialismo destrói a si mesmo, visto que não pode substituir realmente a família, e, a menos que esta reestabeleça sua ordem piedosa, o resultado será o caos. Não há atalhos para a liberdade e maturidade. A família piedosa é fundamental para uma nação livre.

24. Costumes e moralidade

Os costumes ou maneiras sociais amiúde nos governam mais fortemente que a moralidade. A maior parte das pessoas tem mais receio de ofender seus amigos com mau gosto que de ofender a Deus com o pecado. As meninas que não meditam nem por um segundo sobre a desobediência a Deus e a seus pais irão realmente choramingar com o simples pensamento de encontrar-se com os amigos com um vestido velho.

Há uma velha anedota de uma garota que, anos atrás, deparando-se com a possibilidade de pegar um resfriado e trabalhando num escritório bem frio, foi persuadida de ir trabalhar com roupas de baixo quentes e pesadas mas fora da moda. Ao fim do dia, aceitou um jantar romântico com um empresário que veio apanhá-la no serviço, foi para o quarto do hotel onde ele estava sem qualquer hesitação, e então, lembrando-se subitamente de suas roupas de baixo, lutou como uma tigresa para impedir que os eventos tomassem o curso esperado. Não era o pecado que ela temia, mas sim ser vista com roupas de baixo fora de moda.

Esse exemplo aponta para uma importante realidade social. Em toda época, há muitos para quem a aparência é mais importante que a realidade, mas, quando uma época é dominada e controlada por esse tipo de atitude, o resultado é o rápido declínio social. A moralidade exige fé e coragem. Implica assumir uma posição e seguir um curso segundo a realidade de Deus, e não segundo a realidade do homem. No melhor dos casos, a moralidade num mundo pecaminoso coloca o ser humano numa tensão em relação a esse mundo; potencialmente, porém, coloca o homem em oposição direta a ele. O homem moral é governado por Deus e sua consciência; à vista disso, é mais inclinado a tornar-se independente do grupo e mais autoconfiante no trato com a sociedade. A moralidade produz o individualismo piedoso e a independência de espírito.

Onde o costume governa, no entanto, prevalece um espírito contrário. As pessoas começam a ser orientadas pelo grupo e consideram imperativo tornar-se membros da manada. Seus padrões variam conforme os costumes e modas do grupo variam. Em vez de individualista, são

coletivistas; ansiosos a todo momento em estarem com um grupo particular cujos costumes são seu código social. A sociedade é então governada pela psicologia das multidões, pela lei da manada, e a ordem social carece de estabilidade ou caráter.

Atualmente, o costume, e não a moralidade, governa nosso mundo. Nossa política é a política da manada. A imagem social aceita deve ser satisfeita, do contrário, um homem, a despeito de quão bons sejam seu caráter e qualificações, têm pouca chance no trabalho. Abraham Lincoln recebe quase adoração por parte das pessoas hoje em dia, mas somente porque está a um século de distância. Sua voz estridente receberia apenas ridicularização e gargalha dos eleitores atuais, e muitos de seus maneirismos pessoais o excluiriam de ser considerado para qualquer cargo. Tornamo-nos selvagemmente intolerantes de maneirismos inofensivos e de condições físicas que não são aprovados pela manada, e, ao mesmo tempo, consideramos supérfluos os elementos essenciais da moralidade. Homens foram reeleitos a cargos públicos repetidas vezes após evidência clara de sua imoralidade e abuso do cargo. Por vezes, a má conduta deles até mesmo aumentou suas respectivas popularidades.

Essa atitude não se faz menos presente nas igrejas. Examinemos um caso específico e típico. Um ministro muito reputado, talentoso e bem-apegoado, que atua numa igreja muito importante, se viu repetidas vezes culpado de desonestidade. Embora todos soubessem que ele dizia o que fosse para agradar as pessoas, sem qualquer consideração pela verdade ou pela reputação de outro indivíduo, ninguém pensava mal dele, e sua popularidade apenas crescia. Ele estava, ademais, longe de crer em tudo que pregava e professava, e mesmo isto era de conhecimento público; ainda assim, continuava a prosperar. Então, de modo bastante súbito, sua esposa morreu e o deixou com três crianças pequenas. Ele estava completamente desamparado no cuidado com elas. Uma parente de sua esposa, que compareceu ao funeral, viu sua aflição e ficou para ajudá-lo. Cerca de seis meses depois, eles se casaram, já que o homem obviamente precisava dela e tinha se apaixonado, e porque manter duas casas estava, também, esgotando suas finanças. Num sentido bastante concreto, esse casamento era um dos poucos atos louváveis na vida desse ministro. Mas perdeu seu pastorado por isso, visto que os membros estavam injuriados por ele não ter esperado um ano antes de se casar novamente! Para eles, o costume era mais importante

que a moralidade. Alguns membros deixaram claro que teriam sido complacentes para com irregularidades sexuais durante o ano de espera necessário, mas julgavam imperdoável uma desconsideração tão aberta ao costume!

Sempre que uma sociedade coloca o costume acima da moralidade, surge uma situação revolucionária. Quando os costumes são mais importantes que a moralidade, o primeiro passo rumo à revolução foi dado. Os fundamentos morais da ordem social foram negados, dando lugar a uma revolução nos costumes e no comportamento. Por conseguinte, um ímpeto central de toda atividade subversiva é o solapamento da moralidade. Sempre que esta é minada, a lei e a religião também o são, de modo que a maior tarefa da revolução foi realizada. Uma revolução não pode ter êxito prontamente onde a ordem existente apresenta vitalidade moral, mas uma revolução é praticamente realizada onde a ordem moral foi destruída.

A ordem moral representa o estabelecimento, na terra, ética objetiva ou verdade moral; é a conformidade da terra e do homem à vontade e palavra de Deus. A ordem moral estabelece a sociedade em algo além de si mesma; alicerça a sociedade na verdade e, com isso, torna possível o vigor e bem-estar de uma sociedade como um todo e fornece o melhor quadro de referência possível para a liberdade e desenvolvimento humanos.

Costumes, maneiras sociais ou comportamentos são simplesmente convenções de um povo. Por vezes, são úteis; por outras, são não somente um obstáculo mas uma ameaça, especialmente quando governam um povo. É social e pessoalmente vantajoso para as pessoas preocuparem-se com suas aparências. Representa uma maior higiene, atratividade e cortesia social. Esses costumes e as convenções têm sim seu lugar, mas deve ser um lugar subordinado. Quando a aparência se torna mais importante que a moralidade, então predomina a decadência social e a sociedade se vê no meio da revolução.

O maior bem para qualquer grupo revolucionário é um grupo imenso governado pelas convenções ou costumes. Com esse tipo de pessoa, uma vez que a aparência é tudo que importa, o país pode ser esviscerado de sua posição histórica, do constitucionalismo e das liberdades, e não haverá objeção enquanto a forma for mantida. A mesma coisa se dá para com seus relacionamentos eclesiásticos; eles não exigem que sua igreja seja realmente cristã, mas apenas que mantenha a forma de o ser. Sua igreja

pode negar a fé a cada domingo, ensinar suas crianças a nova moralidade, abandonar sua confissão de fé, manter, por meio de programas missionários, uma campanha revolucionária e, ainda assim, essas pessoas jamais a deixarão. Manterão a fachada de ser cristão reclamando, indignadamente, sobre algumas das atividades mais flagrantes de sua igreja e oficiais, mas jamais a abandonarão — e justamente, pois ali é seu lugar: os mortos dentre os mortos. Essas pessoas que se apegam à aparência ao invés da realidade são a manutenção de todos os grupos revolucionários; financiam-nos, apoiam-nos e os defendem, porque eles também são revolucionários. Estão em revolta contra a ordem moral e substituem-na pela ordem convencional. São a primeira onda de toda revolução e, mesmo que a segunda onda valha-se deles e em seguida os destrua, as pessoas convencionais ainda são parte da revolução.

Isso significa que não podemos tratar como simples cegos aquelas pessoas que se sentam complacentemente em igrejas apóstatas e que ignoram toda subversão na ordem política. Eles próprios são a primeira grande onda da revolução social, da anarquia moral e da decadência religiosa. Essas pessoas convencionais são mais mortais que revolucionários organizados, já que sua posição é mais contagiosa e destrutiva. Há, afinal de contas, certa medida de honestidade num revolucionário consumado. Ele sabe que o é e se certifica de que tu também o saibas. Ele publica seus manifestos e diz ao mundo o que planeja fazer.

Mas as pessoas convencionais têm uma revolução mais mortal. Aproximam-se do cristianismo e em seguida o soterram sob grandes massas de convenções e formas. Prezam a Bíblia, mas esta não quer realmente dizer aquilo que diz, e portanto não precisamos nos entusiasmar muito com essas coisas. Creem em Cristo, mas somente com base numa perspectiva sensivelmente moderna, é claro... e assim por diante. Retêm a forma do cristianismo e da igreja, mas negam totalmente a fé na sua concretude. Substituem a realidade por suas convenções.

As pessoas convencionais tratam todos os movimentos subversivos da mesma forma. Estão sempre certos de que os comunistas, como Jesus, pretendem exatamente aquilo que qualquer pessoa convencional e sensível também pensa. Eles não entendem os comunistas segundo eles próprios, não mais que entendem Jesus Cristo segundo ele próprio. Tudo que os comunistas disseram ontem não tem sentido hoje; eles estão destinados a

mudar e tornarem-se como nós! Nos meus tempos de infância, Stálin, segundo nos diziam, representava uma reação conservadora contra Trótsky. Quando estava na faculdade, estava seguro de que, uma vez que Stálin estava eliminando os antigos bolcheviques, o capitalismo logo retornaria à União Soviética. E agora dirigem-nos a mesma canção antiga: os comunistas estão mudando!

Eis a razão: as pessoas convencionais, tendo substituído a realidade pelas aparências, a ordem moral pelos costumes, não podem encarar a realidade em qualquer direção. Não podem ver Deus como Deus, nem Satanás como Satanás. Não reconhecem bem nem mal, apenas aparências. Nada mais lhes é real. Todas as pessoas são exatamente como eles, ou estão mentalmente doentes. As pessoas convencionais são cegas apenas no sentido de que são consciente, deliberada e apaixonadamente avessas a arrostar a realidade. São como as pessoas de quem Isaías falou, os quais, ouvindo não ouvirão, e vendo não verão, para que não entendam e sua saúde seja restaurada (Is 6.10-11). O destino de tais pessoas então é ser cegadas por Deus e conduzidas à destruição. Sua natureza e destino é a morte. Nossa natureza e destino em Jesus é a justiça e a vida.

25. O aniversário do comunismo

Em 1967, a União Soviética celebrou o 50º aniversário da revolução socialista de 1917. As publicações comunistas celebraram esse evento e seu aniversário como datas importantes na história. Lênin, em particular, foi destacado para a grande aclamação como o líder dessa revolução. Com efeito, hoje em dia, o leninismo é a forma aprovada pela qual o marxismo deve ser compreendido. É importante para nós, portanto, examinar o pensamento de Lênin.

O homem Lênin era um admirador dedicado do assassino Nechayev, que defendia o uso do terror total, de mentiras, assassinato e quaisquer meios possíveis para obter o objetivo revolucionário. Lênin também elogiava Petr Tkachev, um degenerado semelhante, e instava com todos para que o lessem. A estratégia desses homens era oferecer aos camponeses toda sorte de propriedade e vida desejáveis, a fim de incitar a revolução; e isto sem nada senão desprezo pelo povo. Lênin acreditava na ditadura; “direitos iguais” era uma frase usada para apanhar tolos. Após a Revolução, Lênin declarou, por volta de 1920, o seguinte: “Todas as frases sobre direitos iguais são absurdos”.

Em 17 de novembro de 1917, ele afirmou: “Destruiremos todas as coisas e sobre as ruínas construiremos nosso templo! Será um tempo para a felicidade de todos. Mas destruiremos toda a burguesia, reduzindo-a ao pó... Serei inclemente com todos os contrarrevolucionários”. De acordo com Lênin, a natureza humana anseia por submissão, exige a ditadura. Seu propósito era estabelecer a ditadura total e usar do poder absoluto para refazer o homem e o mundo. Lênin, portanto, justificava a violência e a opressão. Suprimiu não apenas todos os jornais e periódicos monarquistas e hostis, mas até mesmo as publicações marxistas rivais. Ele justificou isso declarando, em 17 de novembro de 1917: “tolerar esses jornais é deixar de ser socialista... O Estado é uma instituição estruturada para o exercício da violência. Antes, essa violência era exercida por um punhado de endinheirados em relação a todo o povo; agora, desejamos... organizar a violência para o interesse do povo”. Embora Lênin às vezes falasse publicamente sobre democracia, disse a Trotsky num encontro em 19 de

janeiro de 1918: “A dissolução da Assembleia Constituinte pelo governo soviético significa uma liquidação completa e franca da ideia da democracia pela ideia da ditadura”.

Lênin defendia o terror total como meio de destruir toda oposição — assassinios indiscriminados, destruição e violência ininterrupta. Ele via a misericórdia como uma virtude burguesa, e uma de suas frases mais comuns era: “Não há moral na política; há apenas conveniência”. A moralidade, para ele, era algo sem sentido, de modo que, num encontro de Jovens Comunistas, declarou: “Repudiamos toda moralidade que procede de ideias sobrenaturais ou ideias que estão fora de concepções de classe. Em nossa opinião, a moralidade é inteiramente subordinada aos interesses da luta de classes. É moral tudo que é necessário para a aniquilação da antiga ordem social exploradora e para a unificação do proletariado. Nossa moralidade, portanto, consiste somente na disciplina estrita e na guerra consciente contra os exploradores. Não acreditamos nos princípios externos da moralidade e iremos expor essa ilusão. A moralidade comunista é idêntica com a luta para o fortalecimento da ditadura do proletariado”. Sobre a religião, Lênin dizia: “A religião é o ópio do povo, um tipo de licor espiritual, cujo propósito é fazer com que os escravos do capitalismo naufraguem sua humanidade e seus desejos por uma existência decente”.^[17]

Quando os bolcheviques tomaram o poder, Lênin, num artigo intitulado “Conservarão os bolcheviques o poder de Estado?”^[18], declarou que seu programa fora um sucesso justamente porque a tomada bolchevique do poder era amplamente odiada: “Ouvimos a aprovação/Não no doce murmúrio do louvor,/Mas nos gritos selvagens do furor!”.^[19] Uma vez que todos os demais eram, por definição, inimigos, tudo que desagradasse a estes tinha de ser bom para Lênin.

No mesmo artigo, Lênin descreve os ingredientes necessários para uma revolução. Uma insurreição exige, segundo dele, *em primeiro lugar*, “o crescimento da revolução à escala nacional”. Isso significa que, ao longo de toda a nação, não uma maioria mas um segmento considerável e ativo deve chegar à crença de que sua única esperança real está na violência revolucionária. Devem considerar todas as medidas legítimas como subterfúgios e armadilhas, como uma tentativa de lograr as massas para que sejam inertes e subservientes. Assim, o primeiro ingrediente da revolução são pessoas cujas esperança e atividade sejam a violência e o terror. *Em*

segundo lugar, “a total bancarrota moral e política do velho governo”. Note que Lênin colocou o colapso moral à frente do colapso político. A fim de possibilitar esse colapso, fez-se tudo antes da Revolução Russa para atacar, ridicularizar e negar os fundamentos religiosos e morais da nação. As pessoas não lutarão para preservar algo que não tem sentido para elas. Daí deve-se fazer de tudo para que a herança espiritual, moral e política de um povo seja destituída de sentido. Isso envolve um ataque à religião e educação de um povo, para fazer destas um meio de enfraquecer suas raízes intelectuais e espirituais e de reduzi-las ao niilismo. O *terceiro* ingrediente necessário para a revolução, conforme Lênin, são “grandes oscilações no campo de todos os elementos intermédios, isto é, aqueles que *não* estão inteiramente com o governo, ainda que ontem estivessem inteiramente com ele”. Este ponto é crucial: “grandes oscilações”, a inabilidade de assumir uma posição firme. Gere revolucionariamente a violência entre um povo em colapso moral e político, e eles tenderão cada vez mais a responder com oscilações morais, incapazes de tomarem uma postura sólida. Em vez de lidar firmemente com a violência, eles se submeterão a ela. Ao invés de condená-la, justificá-la-ão. Esses indivíduos moralmente letárgicos e acabados negarão que foram a favor da violência e revolução, mas também se recusarão a assumir uma posição clara contra elas. Tornam-se assim um grande trunfo para qualquer segmento revolucionário e um ingrediente necessário para a revolução.

A análise de Lênin é excelente. Dificilmente precisamos acrescentar que temos todos os três ingredientes da revolução em nosso meio, hoje — a atividade e violência revolucionárias, o crescente colapso moral e político e as grandes oscilações e inabilidade de assumir uma postura clara dominam nosso cenário contemporâneo, assim como o *home front*.

Lênin defendia a violência e o terror, e não um programa razoável e desapaixionado. Contudo, essa violência tinha de ser planejada. Ele apreciava a afirmação de Marx segundo a qual “a insurreição é uma arte, do mesmo modo que a guerra ou outras artes”. Lênin citava as regras principais de Marx para as revoltas armadas, as quais chamava “um tipo *especial* de luta política”. *Em primeiro lugar*, “nunca se deve jogar com a insurreição se não há decisão para ir até ao fim”. *Em segundo lugar*, “a insurreição é uma operação com grandezas extremamente indeterminadas, cujo valor se pode alterar dia a dia; as forças armadas contra as quais se tem

de lutar têm a vantagem da organização, da disciplina e da autoridade tradicional completamente do seu lado”. *Em terceiro lugar*, “uma vez iniciada a insurreição, aja-se então com a maior decisão e tome-se a ofensiva. A defensiva é a morte de todos os levantamentos”. *Em quarto lugar*, “surpreende os adversários, enquanto as suas tropas estão dispersas”. *Em quinto lugar*, “assegura diariamente novos êxitos, ainda que pequenos; conserva a *preponderância moral* que o primeiro levantamento vitorioso te trouxe”. Marx e Lênin enfatizavam a declaração de Danton: *de l'audace, de l'audace, encore de l'audace!* [a audácia, a audácia, e mais uma vez a audácia!]. Posto em prática, Lênin pretendia com esses princípios que os meios de comunicação fossem primeiramente tomados — linhas telefônicas, estações ferroviárias, escritórios de telégrafos e pontes. Hoje em dia, poderíamos acrescentar usinas elétricas a essa lista. Isole uma cidade seguindo esses passos, dizia Lênin, e em seguida mova-se para os centros. A “palavra de ordem”, afirmava Lênin, “deve ser: *que todos venham a morrer, mas não permita que o inimigo passe*”.^[2]

Um ponto bastante importante surge de tudo isso. Do ponto de vista dos parlamentaristas ocidentais, as táticas comunistas são brutais e desastradas. Esses ocidentais estão seguros de que os comunistas hão de amadurecer e superar seus modos ineptos, uma vez que identificam maturidade com parlamentarismo e imaturidade com violência. Ademais, visto que o objetivo das políticas ocidentais é *persuadir, não coagir*, eles insistem em ver as táticas comunistas como relações públicas precárias, como uma inabilidade em persuadir. Mas, para os comunistas, é esse parlamentarismo a abordagem política imatura e ridícula. A violência, eles afirmam, tem mais êxito e é mais lógica, tendo em vista a filosofia da história apregoada pelos revolucionários. Além disso, os comunistas não estão interessados em persuadir; seu objetivo é coagir. Seu histórico de coerção é altamente exitoso; por que então se voltariam para a persuasão?

Da perspectiva de Lênin, o conflito entre capitalismo e comunismo é *a guerra total*. Dessa forma, a estratégia que ele exigia era a do conflito total. Essa estratégia de guerra total era muito mais fácil para si, pois ele entendia que a moralidade é um mito. Semelhantemente, ela se torna mais fácil se seus inimigos se tornam presas do engano e vítimas da vontade de crer — se acreditam que estão num debate em vez de num campo de guerra. Pode-se ainda encorajar essa ilusão, a fim de tornar mais descomplicada a

tarefa de destruição. Onde esse conflito se desenvolve, o comunista grita a plenos pulmões sobre as “atrocidades” de seus inimigos numa guerra limitada, ao mesmo tempo em que trava uma guerra total.

O resultado do realismo de Lênin foi um grande êxito comunista. Uma das características centrais do sistema de Lênin é a consistência e obstinação, uma dedicação total a um só propósito. O leninismo não pode ser combatido por homens que confundem a guerra com negociação e uma batalha por um debate, não sendo capazes de reconhecer quando e onde estão sendo atacados. O liberal ocidental preza, superficialmente, algumas ideias cristãs, defende um ambientalismo marxista e um parlamentarismo inglês. Como a mula, é um híbrido e igualmente um estéril. O futuro jamais pode ser ordenado por homens que não podem ordenar o presente. Os tempos conclamam pela fé e realismo cristãos; nada menos que isso é capaz de ordenar nossos dias.

26. Nepotismo e o direito

Periodicamente, ano após ano, surgem artigos em revistas e jornais atacando o nepotismo. A palavra *nepotismo* traz uma impressão insidiosa; sugere criminalidade e vício, carregando uma conotação desagradável. Na verdade, o sentido original do nepotismo era o favoritismo para com sobrinhos em contratações, e a palavra veio a significar favoritismo para qualquer parente em contratações, especialmente no governo civil.

O tema do nepotismo raramente é considerado de modo justo ou impassível. Um tratamento típico é o de Jack Anderson em seu artigo “Let’s Kick Relatives Off Congressional Payrolls” [Vamos tirar os parentes das folhas de pagamentos do Congresso], na revista *Parade*. Anderson cita inúmeros casos no Congresso: um deputado cuja esposa é sua secretária, outros que contrataram tios, irmãos, primos e, num caso, mesmo uma sogra. O nepotismo, diz nos tristemente Anderson, é uma prática de ambos os partidos [Republicano e Democrata], e então conclui: “A confiança pública no Congresso é tão baixa, que os legisladores deveriam excluir até mesmo a suspeita de infrações. Chegou a hora de criminalizar o nepotismo”.^[20]

O artigo de Anderson foi escrito numa tônica de forte indignação moral, e o próprio Anderson, de modo bastante óbvio, crê que está capitaneando a causa da reforma. Contudo, é preciso indagar, de modo honesto e urgente, se a perspectiva moral de Anderson não é radicalmente equivocada. Mais que isso: toda a questão do nepotismo precisa ser revista: é realmente uma prática moralmente questionável? Há uma defesa possível para o nepotismo com base nos fundamentos morais mais altos possíveis? É possível que a ideia de nepotismo representa uma prática imoral é em si mesma indicativa de um declínio moral radical?

O relato de Anderson está moralmente equivocado porque, primeiramente, não faz distinção moral entre fraude e trabalho honesto. Cita o caso de um deputado cuja esposa recebeu US\$ 20.288,46 por ano sem trabalhar. “Seu negócio mais urgente em seu cargo no Congresso foram um pedido de instruções em espanhol e sobre como jogar dominós.” Este é claramente um caso de fraude, e deveria ser tratado como tal. O dinheiro

recebido dessa forma deve ser considerado moralmente como roubo. Podemos todos concordar que essa prática deve ser condenada, mas devemos também insistir que igualar esse tipo de fraude com o trabalho honesto de um parente é também moralmente errado. O deputado ou senador que contrata um parente — um filho, filha ou sogra — e que recebe deste um trabalho honesto e fiel não pode ser igualado a um homem que defrauda o governo. Fazer essa identificação é um sinal de delinquência moral. Em segundo lugar, o artigo de Anderson jamais levanta a questão mais importante: o que há de errado com o nepotismo? Há algo errado em contratar um parente para trabalhar para si, no governo ou nos negócios, se esse parente oferece um serviço bom e fiel?

Para entender as questões morais envolvidas no nepotismo, examinemos sua história de modo bastante breve. Ora, o termo *nepotismo* foi cunhado séculos atrás para descrever a prática de vários papas em contratar seus sobrinhos, a fim de que cumprissem papéis relevantes no Vaticano e nos Estados papais. A prática predominou especialmente sob o papado de Nicolau III, em fins do século XIII; foi também severamente criticada como parte da atuação de Sisto VI no século XV. O papa Bórgia, Alexandre VI, tornou-se também célebre por seu nepotismo. A prática por fim foi proibida pelos papas Inocêncio XI e Inocêncio XII, no século XVII. Não há dúvida de que alguns dos escândalos ligados a alguns dos parentes criou uma má reputação para o nepotismo e para a igreja, mas parece pouco provável que Alexandre VI teria sido moralmente melhor caso não tivesse praticado o nepotismo. Nem todos os papas praticaram o nepotismo por razões corruptas; a maioria tinha considerações importantes em mente. Precisavam da ajuda confidencial de alguém de lealdade inquestionada, que lhes permitiria executar seus planos de ação sem traição ou hesitação. Apenas um parente poderia fornecer esse tipo de lealdade, e daí o recurso a parentes. Onde o plano de ação era moralmente sadio, não havia prejuízo e sim grande bem no uso de homens confiáveis. Porém, quando o plano de ação não é moralmente sadio, não faz diferença a quem se use para executá-lo.

A situação de deputados e senadores é muito similar. Eles são extremamente vulneráveis às más relações públicas, à má imprensa, à infiltração de interesses subversivos a seus próprios objetivos e a seus gabinetes; e o suborno de secretários confidenciais e auxiliares é lugar-

comum na gestão de negócios, bem como na administração de órgãos no governo civil. Sob essas circunstâncias, os associados mais confiáveis de um homem são os membros de sua família; eles têm um interesse honesto em protegê-lo no desempenho de suas funções. É verdade que isso pode significar que dois, três, quatro ou mesmo cinco salários vão para um homem e seus parentes; mas, contanto que seja para trabalho honestamente feito, não há infração moral nessa prática. É muitas vezes uma salvaguarda necessária e uma medida de segurança, essencial à administração sadia do gabinete.

De semelhante modo, no mundo dos negócios, vários indivíduos abriram espaço em seus escritórios para parentes ou para seus próprios filhos. E por que não? Se seus parentes falham em realizar seu trabalho adequadamente, é ele que sofre por isso, no que diz respeito aos negócios. Do mesmo modo, se a esposa de um deputado mostra-se uma secretária incompetente e ofende o público, o deputado é o perdedor.

Mas não tocamos na questão moral fundamental ainda. Por que essa estranha crença de que o emprego de um membro da família é moralmente errado? Na igreja medieval, a crítica vinha em parte da hostilidade monástica à família; presumia-se que um líder eclesiástico deveria morrer para o mundo e para sua família. No mundo moderno, há, em operação, uma força ainda mais contrária à família. Impostos sobre herança, impostos sobre renda, leis sobre propriedade e outras mais têm trabalhado para limitar a independência e autoridade da família. Esta tem cada vez menos direitos e independência. Em vez de se presumir que os melhores auxiliares de um homem são membros de sua família, presume-se que há algo de moralmente errado em ter ajuda familiar. Artigos como o de Anderson atacam indivíduos responsáveis e classifica-os junto a homens culpados de práticas fraudulentas, simplesmente porque confiaram no auxílio da família em posições delicadas. A lealdade da família, uma das ajudas fundamentais que qualquer um pode ter, é de fato negada a homens em cargos públicos. Essa atitude é moralmente indefensável. Ademais, é basicamente hostil à fé bíblica, que enfatiza a centralidade da família em cada aspecto da vida.

A Bíblia *não* trata o nepotismo como um crime, mas sim como uma necessidade moral. Se o nepotismo é crime e uma imoralidade, então estamos condenando a Deus, que em alguns casos especificamente o exige ou ordena. Foi Deus que chamou e ordenou que Arão, irmão de Moisés, se

tornasse o associado mais próximo do profeta. Quando Moisés tornou-se o cabeça civil da comunidade hebraica, Arão, por meio de designação divina, tornou-se o cabeça religioso, o sumo sacerdote, e Miriã, sua irmã, uma profetiza. Contanto que Arão e Miriã cumprissem seus deveres, Deus os abençoaria; quando desobedeciam e se baseavam em seu relacionamento familiar, eram punidos. No governo de Israel, o rei Davi confiou extensivamente em sua família, especialmente em seus primos, como Joabe, e praticamente todo monarca na Bíblia confiou em parentes pautados senão na bênção de Deus, contanto que agissem segundo a lei divina. A Bíblia é claramente favorável ao uso de parentes na administração civil, e não é permissível moralmente a um cristão condenar o uso legítimo e eficiente de parentes.

Portanto, sempre e onde quer que se condene o nepotismo, condena-se com base num princípio moral que não é bíblico e na verdade é mesmo antibíblico. O ofício do sumo sacerdote, no tempo de Jesus Cristo, era passado à família de Anás, o sumo sacerdote, e a seu filho Eleazar e a seu genro Caifás. A condenação bíblica desses homens não se deu em razão de seu nepotismo, mas de sua incredulidade. Dois dos discípulos, Tiago e João, eram primos de Jesus Cristo. A Bíblia, do início ao fim, é fortemente orientada para a família. Contanto que os membros da família sejam piedosos, não há imoralidade em seu emprego; pelo contrário, há excelência.

Defrontamos hoje uma moralidade antibíblica que está em guerra com a moralidade bíblica e portanto com a família. É tido como moralmente errado empregar membros de nossa família, mas considera-se de certo modo virtuoso confiar em nossos inimigos mortais. Diz-se aos pais que é errado auxiliar seus filhos na aprendizagem da leitura, mas ao mesmo tempo insta-se para que vão a favelas para ajudar os filhos de outras pessoas. Os pais são tratados como leprosos morais por demonstrarem parcialidade para com seus próprios filhos em relação a outros, e um célebre educador classificou isso como um sentimento antidemocrático e aristocrático.^[21] De algum modo, insinua-se que é moralmente errado ser parcial para com sua própria família. Toda essa conversa e sentimento contrários à família vai contra a lei de Deus conforme declarada na Bíblia e nas leis do ser.

Esses ataques à família são parte de um movimento para substituir a ordem familiar por outra ordem, uma ordem estatista — substituir relações pessoais por impessoais. Abolimos, ou estamos tentando abolir, os sentimentos fortemente pessoais que geram as lealdades familiares; estamos tratando as associações da família na gestão de negócios ou no governo civil como, sob certos aspectos, imoral, e, por meio de baterias de testes e requerimentos, estamos despersonalizando gabinete e serviço público. Supostamente, estamos com isso abolindo o preconceito e a discriminação. Na verdade, estamos, *em primeiro lugar*, estabelecendo legalmente o preconceito contra a família. *Em segundo lugar*, ao despersonalizar funcionários e o funcionalismo público, não estamos promovendo o amor, mas sim a inimizade. Abolimos a lealdade, e desse modo diminuimos a integridade e fidelidade.

Já é hora de abandonarmos a ideia de que um conjunto qualquer de testes, leis e regras pode dar-nos uma ordem social perfeita ou um grupo de empregados ou funcionalismo público perfeitos. Nada produz mais caos social que a tentativa de criar um sistema perfeito. Os homens são, por natureza, pecadores; podem ser pecadores salvos, mas, neste mundo, jamais serão perfeitos, homens sem pecado. Precisamos viver de acordo com as realidades deste mundo. Não podemos obter progresso por meio da busca de uma perfeição impossível ao mesmo tempo em que se destrói os fundamentos dados por Deus para a ordem social. A família é fundamental à ordem de Deus; é a segurança social e responsabilidade básicas do indivíduo, a área de mais íntima lealdade e força. Como ousamos negar aos agentes públicos o direito de confiar em seus apoiadores mais leais — seus parentes — na administração do gabinete? Todo homem numa posição pública tem o direito de depender de sua família e de ajudá-la na garantia de um emprego. Ao invés de moralmente reprovável, é moralmente louvável, contanto que se produza trabalho honesto por um salário honesto. Não é hora de deixarmos essa hostilidade extensiva à família?

27. A fuga em relação à vida

O *escapismo* é um dos aspectos dominantes da vida moderna. Não apenas na literatura, mas em todas as artes, há uma rebelião contra as realidades da vida e uma tentativa sistemática de encontrar refúgio num mundo onírico.

No século passado, a principal área de escape foi o mundo acadêmico, a universidade, em particular. Indivíduos que consideravam desagradáveis as realidades do mundo do trabalho voltavam-se para a universidade como uma escapatória. Amavam não o estudo científico; antes, odiavam o mundo dos negócios. Para eles, o teste do mundo do trabalho era anátema; eram, em certo sentido, um novo tipo de ermitão, fugindo do mundo civilizado e renunciando a este por uma nova forma de vida. Tratando de alguns desses homens na Inglaterra, o crítico Edmund Wilson dizia que pertenciam à “ordem monástica dos ascetas universitários ingleses”.^[22] Seu ascetismo consistia em abandonar o mundo do capitalismo e cristianismo, o mundo da família e sua moralidade, por uma nova ordem, uma anticristã. Tudo no Velho Mundo era e é, para esses homens, maligno e anátema, eles o denunciavam com intensidade e paixão religiosas.

A falácia central desses homens era e é sua fuga em relação à realidade. Ora, uma rebelião contra as injustiças e males deste mundo é uma reação saudável e necessária em cada geração. O progresso é, em parte, um produto do descontentamento, uma indisposição em aceitar o status quo e um desejo de estabelecer uma lei e ordem superiores, uma justiça maior e um senso mais forte de comunidade. As invenções são um produto da inquietude do homem frente a dispositivos inadequados e de um desejo de aprimorar esses dispositivos e as técnicas. O progresso, no entanto, advém somente quando os homens agem com base num sentido de realidade, não em fuga a ela. Para citar uma ilustração conhecida, dois irmãos criados numa casa desprivilegiada conseguiram fugir dela. Um buscou refúgio primeiro na bebida e depois nos narcóticos; o outro estudou no período noturno até que se tornou capaz de qualificar-se para um trabalho responsável e bem remunerado.

Mas a história testemunhou periodicamente homens em total rebelião contra a realidade e em fuga em relação a ela. Eles buscam conformar a vida e a realidade a seu mundo de sonhos, a impossibilidades que parecem maravilhosas na imaginação, mas produzem horror e destruição quando impostas à realidade. Um homem de setenta e cinco anos de idade sonhar que voltou aos seus vinte e um anos já é tolo o suficiente, mas tentar agir como se de fato tivesse vinte e um anos é insanidade. É uma fuga tanto da realidade quanto da vida, porque a vida só pode ser vivida em conformidade à realidade.

A universidade ainda é uma grande forma de escapismo. O estudante perpétuo que não está disposto a crescer e deixar a universidade é um fato comum hoje em dia. A maioria das universidades está repleta de não estudantes e de estudantes ainda lactentes que se apegam à faculdade porque estão indispostos em encarar o odiado mundo adulto de trabalho e responsabilidade.

A política, contudo, se tornou uma forma ainda mais importante de escapismo. O escapista político odeia a realidade e planeja abolir a realidade por meio da ação política.

Ora, a responsabilidade individual é fundamental à fé bíblica. O ser humano é pecador, tem de prestar contas a Deus, redimido apenas por Jesus Cristo; de modo que o ponto focal da mudança social deve ser o coração do homem. Porém, uma vez que o homem é um pecador, ele recalcitra em aceitar a responsabilidade de seu pecado e não está disposto a culpar-se por suas falhas. Pelo contrário, seu pressuposto central é que consigo tudo está bem e tudo está errado com o mundo. Por conseguinte, todas suas respostas a seus problemas é mudar o mundo, não a si mesmo.

Para Karl Marx, isso significava *revolução*. Marx tinha uma crença religiosa no poder da revolução para criar um paraíso na terra. O resultado da destruição da antiga ordem seria o nascimento de uma nova ordem. Essa fé é claramente afirmada pelos marxistas na Rússia, no Segundo Congresso do Partido, em agosto de 1903: Ao introduzir a propriedade coletiva (ao invés de privada) dos meios de produção e trocas, ao introduzir a organização bem regulamentada no processo social de produção, de modo que bem-estar e o desenvolvimento multifacetado de todos os membros da sociedade pode ser garantido, a revolução social do proletariado abolirá a divisão da sociedade em classes e, assim, emancipará toda a humanidade oprimida, pondo um fim a todas formas de exploração de uma parte da sociedade pela outra.^[23]

Acreditava-se, de fato, que a revolução aboliria a exploração e a divisão de classes; na verdade, apenas as agravou. Esse Manifesto de 1903 é um dos quatro grandes manifestos comunistas. Algumas das coisas às quais esse manifesto se refere são interessantes. Assim, ele conclama para “autogoverno local numa ampla escala; governo domiciliar para todas as localidades onde a população tem uma composição específica e é caracterizada por condições especiais de vida”. Também demandava “inviolabilidade da pessoa e do domicílio. Liberdade ilimitada de religião, discurso, imprensa, reunião, greves e sindicatos. Liberdade de movimento e ocupação”. É claro: é o oposto disso que governa todos os países marxistas. Mas não é tudo. O manifesto exigia “um expediente de trabalho de oito horas para toda mão de obra contratada”, a “proibição completa de trabalho em hora extra” e a “proibição em expediente noturno” (de 21h a 6h) em todos os setores da economia nacional, com a exceção daqueles em que isso é absolutamente necessário, em razão de considerações técnicas aprovadas pelas organizações trabalhistas; proibição do emprego de crianças em idade escolar... Proibição do trabalho feminino em todos os setores industriais nocivos à saúde da mulher”. O manifesto citava “a necessidade para uma subversão socialista completa, como o único modo de abolir toda a pobreza e toda exploração”.^[24] A “condição necessária para essa revolução social é a ditadura do proletariado”.^[25] A revolução, de acordo com o manifesto, traria uma transição do “barbarismo..., a monarquia czarista, para uma república democrática cuja constituição garantiria” a liberdade.^[26]

A realidade, é claro, é que a revolução que os marxistas de 1903 trouxeram à Rússia em 1917 não apenas não inaugurou o glorioso novo mundo com o qual sonhavam, mas criou uma tirania que executou praticamente todos os redatores do Manifesto de 1903 que à época ainda estavam vivos. Em vez de gloriosa liberdade, o resultado foi um reino brutal do terror, que continua até hoje.

A causa radical da falha do sonho marxista é que este representa *uma fuga em relação à realidade*. O marxismo nega a doutrina bíblica do pecado original. Em vez de lidar realisticamente com o homem enquanto pecador, apega-se a uma ideia da natureza neutra, ou mesmo boa, do homem e à sua perfectibilidade. Isso significa que, em vez de suspeitar do homem e limitá-lo com pesos e contrapesos no Estado, o marxismo confia o poder nas mãos de seres humanos e cria um Estado totalitário. Eis o

resultado dessa inabilidade de ver o homem como ele é: uma inabilidade de viver com base na realidade. O marxista carece da capacidade de governar, porque ele não conhece nem sua própria natureza nem a natureza humana que existe em toda parte. Ele vive sob a ilusão de que seu sonho marxista representa a inevitável verdade histórica em vez de um erro. Por conseguinte, sua perspectiva mental não é diferente da do insano; ele considera suas ilusões como realidade e insiste em viver em conformidade com elas. À vista disso, seu governo pode produzir apenas caos e destruição; é um perpétuo entrave à própria produtividade que exige do povo. O Estado marxista acusa o povo de sabotar a economia nacional, quando o sabotador real é ele próprio.

Essa fuga em relação à realidade infecta cada vez mais os marxistas de nossa época. Infecta, como vimos, o mundo da universidade. Também infecta o progressismo, que se assenta sobre a premissa falaciosa da bondade do homem. Certas formas de conservadorismo político, por rejeitarem os fundamentos cristãos, são culpadas da mesma ilusão concernente ao homem.

Toda falha em reconhecer o homem como pecador, toda falha em encarar a realidade como ela é, antes de começar a lidar com ela de forma construtiva, é não apenas uma fuga da realidade, mas também da vida. Estamos fugindo da vida se recusamos encará-la como ela é, se exigirmos que a vida se conforme a nossas ilusões.

Dostoiévski percebeu claramente as implicações dos pensadores radicais de seus dias. Partindo da liberdade ilimitada, chegavam a um despotismo ilimitado. A humanidade era dividida em duas partes desiguais: “Um décimo deve desfrutar da liberdade absoluta e do poder desenfreado sobre os nove décimos restantes. Os outros devem renunciar a toda individualidade e tornar-se semelhante a um rebanho que, por meio da submissão ilimitada e ao longo de várias regenerações, alcancem um estado de inocência primeva, algo próximo ao Jardim do Éden”. Com efeito, o que os defensores desse mundo socialista exigem é o direito de tornarem-se deuses e governarem sobre todos os demais homens. Para os homens, imaginar-se como deuses é uma fuga em relação à realidade rumo a desilusões monstruosas. Numa obra de Dostoiévski, um radical declara: “Todos pertencem a todos, e tudo pertence a todos. Todos são escravos e iguais em sua escravidão... Escravos são fadados a serem iguais. Sem

despotismo, jamais pode haver liberdade ou igualdade, mas no rebanho está-se fadado à igualdade... Quando tens laços ou amor familiares, tens o desejo pela propriedade. Destruiremos esse desejo. Reduziremos tudo a um denominador comum: a igualdade total, a obediência total, a perda total de individualidade”.

Dostoiévski tentou alertar as pessoas daquilo que está por vir, mas eles não se atentaram à sua advertência, porque compartilhavam as mesmas ilusões humanistas relativas ao homem. Recusaram-se a encarar o fato da depravação total do homem; eles próprios eram culpados do desejo de serem deus, para que percebessem, em outros homens, a pecaminosidade desse ímpeto.

A fuga da própria criaturalidade — uma indisposição em aceitar o fato de que são homens, não deuses — é estrutural à toda fuga da realidade. A tentação principal de Satanás, e o pecado original do homem, é a tentativa de ser como deuses, conhecendo ou determinando o bem e mal por si próprios (Gênesis 3.5). O homem foi criado por Deus para ser um homem, não uma divindade; de igual modo, ao ser humano foi dado um destino glorioso sob a autoridade de Deus. Afinal, o homem foi chamado para ser um rei, sacerdote e profeta sobre a terra, quando debaixo da autoridade divina; porém, pecou ao tentar ser seu próprio deus. Em Jesus Cristo, o homem é restaurado a seu destino. Apartado de Jesus Cristo, o homem vive sob a ilusão de que seu *pecado* — ser como deus — é um *fato*, e ele se empenha para que essa palavra se faça carne, que sua ilusão se torne fato. A consequência é destruição e caos.

Toda fuga em relação à realidade é suicida; é também uma fuga em relação à vida. A vida pode ser vivida em suas possibilidades apenas nos termos divinos, não humanos. As palavras de Cristo, falando como a Sabedoria, ainda permanecem verdadeiras: “Mas o que peca contra mim violenta a própria alma. Todos os que me aborrecem amam a morte” (Pv 8.36).

28. A fuga em relação ao conhecimento

Oliver Wendell Holmes, Jr. foi não apenas o principal defensor americano do positivismo legal, mas também foi proeminente na hostilidade relativista ao conhecimento. Numa carta a Harold Laski, datada de 30 de outubro de 1930, Holmes exclamou: “Detesto um homem que sabe que sabe”. Em parte, a observação de Holmes fazia referência a fanáticos que manifestam uma insistência irracional sobre a verdade de sua posição; porém Holmes tinha em mente mais do que isso. Fundamentalmente, sua posição era a mesma de um antigo Chefe de Justiça, Frederick Moore Vinson, que disse: “Nada é mais certo na sociedade moderna que o princípio de que não há absolutos”. Vinson e Holmes eram ambos relativistas; para eles, não havia verdade, nem certo ou errado absolutos. Sua perspectiva era pragmática e positivista e, é claro, anticristã.

Nega-se pelo relativismo a possibilidade de verdadeiro conhecimento concernente à realidade última. Afirma-se que o homem não pode conhecer a Deus, caso este exista, nem que possa conhecer verdadeiramente o mundo da natureza. Ele pode *usar* a realidade, mas não pode realmente *conhecê-la*.

Não apenas isso, mas a própria tentativa de obter conhecimento é condenada. De acordo com Comte, o pai da sociologia, a busca por sentido e conhecimento representa os estágios teológico e metafísico da história. Atualmente, no estágio científico, o homem atua não com base no mito e no sentido, não levando em consideração o conhecimento, mas sim a utilidade. A questão real que afirmam não é: “O que isto significa?”, mas “Como posso usar isto?”. O homem deve renunciar ao sentido e ao conhecimento em prol do uso pragmático das coisas. *O objetivo da aprendizagem é, portanto, não o conhecimento, mas o poder de manipulação.* Ao lidar com homens ou coisas, nosso propósito sob o pragmatismo e relativismo não é seu conhecimento, mas o poder de manipulá-los.

A educação hoje em dia não só está sob influência dessa filosofia relativista, mas é uma expressão dela. Seja em sua forma marxista, existencialista, pragmática, instrumentalista, progressista ou qualquer outra, a educação moderna é hostil e refratária ao conhecimento. Sua função

negativa é doutrinar seus subordinados com um cinismo radical concernente à família, patriotismo, religião, filosofia, teologia e tudo o mais. O estudante deve separar-se do sentido e do conhecimento e casar-se com o poder, porque, afirma-se, conhecimento é poder.

Por conseguinte, todas as disciplinas foram sujeitas a mudanças. A história não é mais tratada como tal, isto é, o conhecimento do passado; é, agora, ciência social, a ciência do controle humano. De modo que quando se estuda o passado, é visando o controle do presente. A filosofia também mudou; não é mais, como o nome indica, o amor à sabedoria ou conhecimento. Suas disciplinas básicas, a epistemologia e a metafísica, são tratadas com desdém. A filosofia tornou-se uma ferramenta do poder. Serve de instrumento para a ciência e controles sociais. A ideia de que o conhecimento verdadeiro deveria ser o objetivo da filosofia é ridicularizado como uma expectativa pré-científica. A filosofia também se encontra num recuo em relação ao conhecimento.

Muito da filosofia se tornou análise lógica, o estudo de palavras e seu uso como instrumentos de poder. A semântica também está interessada na linguagem apenas em seu uso instrumental. Nesse sentido, S. I. Hayakawa observou: “identificação é algo que acontece no sistema nervoso humano. ‘Lá fora’, não há identidades absolutas”.^[27] Em outras palavras, não há verdade e portanto o homem é livre para desbravar este mundo sem quaisquer restrições ou inibições.

A educação hoje em dia está preocupada não com o conhecimento em seu sentido verdadeiro, em seu sentido histórico, mas com *as técnicas do poder*. Chamamo-la educação técnica ou conhecimento técnico, mas é simplesmente a habilidade de usar as técnicas de uma profissão, não o conhecimento das coisas. Torna-se cada vez mais difícil, em todas as esferas, tratar de questões relativas ao conhecimento: as pessoas estão interessadas em poder. Mesmo nas igrejas, esse pragmatismo predomina. Não é conhecimento de Deus e de sua palavra que os homens buscam, mas sim como viver sendo bem-sucedido, como encontrar a paz, como conquistar amigos e que tais. A questão essencial exigida da religião é esta: “O que Deus está fazendo pelo homem?”. As pessoas vão à igreja não para adorar, não para submeterem-se a Deus e obterem conhecimento de sua palavra, mas sim para promoverem-se psicológica e socialmente. E progressivamente se afirma que a igreja não é realmente igreja a menos que

trabalhe para promover a revolução social. A própria igreja se tornou outro instrumento pragmático do homem humanista.

Fugir do conhecimento diz respeito essencialmente a um movimento antissocial. Negar que há alguma verdade absoluta e um conhecimento absoluto é negar que há um Deus que é o centro e Senhor sobre todas as coisas, e cujas ordem e verdade governam e são fonte de todo conhecimento e verdade. Se não há conhecimento absoluto em Deus e proveniente de Deus em sua revelação, então o único absoluto na vida de qualquer homem é ele mesmo. Todo homem é seu próprio deus, sua própria lei e sua própria fonte de conhecimento. Seu autoconhecimento é o único conhecimento possível para si, porque não há pois outra verdade senão o homem. O propósito do ser humano torna-se o poder sobre os demais, aquele controle sobre o mundo dos homens e das coisas que lhe provará que é o deus que crê ser. Consequentemente, ele se isola de todos os homens, retira-se para a solidão de sua divindade imaginada. E, juntamente com outros homens que se enganam com as mesmas pretensões de divindade, ele se torna um membro da “multidão solitária”. Em vez de ser um indivíduo entre outros, ele se vê como um deus entre homens, e seu objetivo se torna não os amar ou os odiar — isto é, tet relações *pessoais* com eles —, mas usá-los, *manipulá*-los impessoalmente. Por conseguinte, em nome da humanidade, esse homem-deus trata a própria humanidade como um objeto a ser usado e manipulado.

O humanista moderno está em processo de secessão em relação à história. Ele foge do conhecimento e retira-se inteiramente da realidade. Ele se vê compelido a negar a possibilidade de conhecimento, porque é o único modo possível que é capaz de conceber para negar a Deus. Davi declarava: “Os céus proclamam a glória de Deus, e o firmamento anuncia as obras das suas mãos. Um dia discursa a outro dia, e uma noite revela conhecimento a outra noite. Não há linguagem, nem há palavras, e deles não se ouve nenhum som” (Sl 19.1-3). Como disse São Paulo, “porquanto o que de Deus se pode conhecer é manifesto entre eles, porque Deus lhes manifestou. Porque os atributos invisíveis de Deus, assim o seu eterno poder, como também a sua própria divindade, claramente se reconhecem, desde o princípio do mundo, sendo percebidos por meio das coisas que foram criadas. Tais homens são, por isso, indesculpáveis” (Romanos 1.19-20). Todo o conhecimento humano, assim como a lei e ordem da criação divina,

dá testemunho de Deus, de modo que o homem, por toda parte, se depara com o conhecimento inescapável de Deus. Ora, esse conhecimento é inescapável porque todas as coisas foram criadas por Deus e portanto servem como testemunho. Todos os fatos foram criados por Deus e, conseqüentemente, somente podem dar testemunho dele. Não há fatos brutos no universo, apenas fatos criados e ordenados por Deus. Assim, todo fato, quando é verdadeiramente conhecido, proclama a Deus.

O único modo que o humanista crê que pode escapar de Deus é negar a possibilidade do conhecimento. O propósito do relativismo é, em cada uma de suas formas, fechar abruptamente as portas a Deus, negar a possibilidade de todo conhecimento, já que todo conhecimento dá testemunho de Deus. O que caracteriza o relativismo não é simplesmente a *negação* do conhecimento, mas a *evasão* intensa do conhecimento. O relativismo é a forma moderna de ateísmo. É muito mais radical que o antigo ateísmo, que somente negava a Deus; o relativismo, porém, não nega apenas a Deus, mas todo o conhecimento.

Conseqüentemente, o relativismo libera forças de negação absoluta. Cria uma hostilidade, em todas as frentes, à lei e ordem, a todas as instituições, salvo o Estado potência. Ataca a família, porque odeia os laços do amor familiar. Ora, o amor familiar envolve a subordinação a uma lei e ordem aceitas, a pais, à responsabilidade de ser um marido e uma esposa. Essa subordinação e responsabilidade são intoleráveis a esses deuses humanistas. A única relação tolerável para eles é o “amor livre”, isto é, um relacionamento sem obrigação ou responsabilidade, uma responsabilidade que pode ser assumida livremente ou abandonada de igual modo. Para esses deuses humanistas, trata-se de um conceito intolerável estar ligado a responsabilidades domésticas.

A negação total significa ódio total. Conseqüentemente, o relativismo ataca todo tipo de lealdade, fé e responsabilidade. O amor envolve afirmação; o amor significa lealdade e associação; implica responsabilidade. Para que os seres humanos mantenham a ilusão de que são deuses da criação, é importante manterem sua independência de todos os demais homens e de todos os laços e responsabilidades. Como resultado, o humanismo leva o indivíduo ao isolamento, ao ódio contra todos os vínculos que lhe ligam, contra todo amor que lhe exige comprometimento. A negação total, mais uma vez, é ódio total.

Mas a negação total é também ignorância total. A fuga do conhecimento poder culminar, logicamente, apenas em ignorância, já que o relativismo e o pragmatismo estão dedicados a uma ignorância sistemática de conhecimento seguro. Não surpreende, pois, que a educação progressiva produza ignorância acadêmica, nem que o existencialismo gere um rebanho de seguidores displicente, grosseiro e ignorante.

A fuga em relação ao conhecimento, contudo, está fadada à frustração. Uma vez que o homem é também um fato criado por Deus, jamais pode escapar ao conhecimento de Deus — nem neste mundo, nem nos recônditos de seu próprio ser. Davi expressou-se nitidamente sobre esse inescapável conhecimento de Deus em Salmos 139.7-12:

Para onde me ausentarei do teu Espírito?
Para onde fugirei da tua face?
Se subo aos céus, lá estás;
se faço a minha cama no mais profundo abismo,
lá estás também;
se tomo as asas da alvorada
e me detenho nos confins dos mares,
ainda lá me haverá de guiar a tua mão,
e a tua destra me susterá.
Se eu digo: as trevas, com efeito, me encobrirão,
e a luz ao redor de mim se fará noite,
até as próprias trevas não te serão escuras:
as trevas e a luz são a mesma coisa.

O homem não pode escapar de Deus nem do conhecimento acerca dele. São Paulo declarou que, na plenitude do tempo, “se dobr[ará] todo joelho, nos céus, na terra e debaixo da terra, e toda língua confess[ará] que Jesus Cristo é Senhor, para glória de Deus Pai” (Filipenses 2.10-11). O conhecimento inescapável de Deus deverá trazer submissão inescapável a Jesus Cristo, seja como Salvador, seja como Juiz.

A conclusão da fuga do conhecimento é a sombria realidade do conhecimento inescapável do juízo. Cada indivíduo e civilização arrosta deparam-se com o fato do conhecimento inescapável. Ou dedicam-se ao

conhecimento de Deus e ao conhecimento de todas as coisas nele, ou encaram o conhecimento inescapável de Deus na forma do julgamento.

29. Socialismo como guerra civil perpétua

O socialismo e o comunismo pressupõem que seu sistema representa a verdadeira ordem das eras, sendo pois a resposta para os problemas do homem. Supõem que os problemas humanos não são espirituais, mas materiais — não se trata do pecado, mas do meio. Mude-se o meio do homem e assim refá-lo-emos — é o que se crê. A resposta aos problemas do homem é, portanto, não a regeneração espiritual do homem por Jesus Cristo, mas a reorganização da sociedade pelo Estado socialista *científico*.

Um elemento essencial à teoria do socialismo científico é seu conceito de infalibilidade. Cada sistema de pensamento tem um conceito de infalibilidade, mas poucos são honestos o suficiente para admiti-lo. A autoridade última, final e inerrante é posta em algum ponto do sistema como sendo o árbitro fundamental e seguro da verdade ou da realidade. O Estado socialista *científico* vê o socialismo científico como a verdade infalível da história; sua aplicação garante a ordem social perfeita. Se ocorrem falhas nos Estados socialistas científicos, não é culpa do socialismo científico, que é por definição infalível e verdadeiro, mas do povo hostil, remanescentes da classe capitalista, ou de membros traidores do partido. Uma vez que o Estado socialista científico não pode culpar a si mesmo, deve travar guerra civil contra certo segmento do Estado. Assim, *primeiramente*, a resposta do socialismo a todo problema é guerra civil. Alguém é culpado, mas jamais o próprio socialismo.

São muitos os exemplos disso. A União Soviética tem um histórico de expurgos contínuos. Os expurgos da década de 1930 mostra-se apenas como um mais dramático que os habituais. Mas cada crise na União Soviética exige um bode expiatório, e trava-se assim guerra contra alguma porção do Partido, contra a burocracia ou contra as massas.

Na China comunista, de acordo com o relatório de notícias de 24 de março de 1967, houve um surto pestilento, com várias doenças contagiosas se propagando em todo o país. A resposta do regime comunista para uma crise já séria foi ameaçar os médicos chineses com um expurgo. Os médicos eram responsáveis, declarava a Rádio Xangai, porque “tinham ignorado as

políticas de saúde pública de Mao”.^[28] A consequência dessa política, o expurgo de médicos num país com uma grave escassez de médicos, apenas agravou uma situação já séria, mas qualquer coisa é preferível a admitir que o socialismo pode cometer erros e ser uma teoria equivocada.

Nos Estados Unidos, a inflação é um produto do afastamento por parte do governo federal de um padrão-ouro para o papel moeda, e um produto de seu débito prolongado ou de seu financiamento de dívidas. A culpa pela inflação deve-se essencialmente ao governo federal. Mas a culpa é, pelo contrário, transferida pelos funcionários federais ao setor privado: a mão de obra está criando inflação ao exigir salários mais altos, e os negócios são inflacionários porque demandam preços maiores pelos bens; segue-se assim ameaças de controle de salários e preços. As demandas do capital e da mão de obra são, é claro, os *resultados* da inflação e seus passos para protegerem-se contra ele; porém a política do socialismo, em cada crise, é atribuir toda a culpa ao povo e toda sabedoria ao Estado.

Nesse e em outros casos, a resposta é sempre a mesma: o Estado socialista declara guerra ao povo. Sempre que o Estado socialista científico comete um erro, o povo sofre.

O *segundo* aspecto desse conflito civil socialista é que se trata de uma perpétua guerra civil em razão de seu perpétuo fracasso. O socialismo é incapaz de resolver qualquer problema a que se propõe na esfera econômica. Visto que suas premissas são viciosas e completamente equivocadas, suas conclusões são, permanentemente, falhas. Todavia, uma vez que o socialismo é, por definição, a resposta *científica* aos problemas da sociedade, ele não pode culpar a si próprio. Consequentemente, declara a guerra civil perpétua como sua resposta a esse fracasso perpétuo.

Em terceiro lugar, a consequência desse conflito civil perpétuo é uma crise que se aprofunda cada vez mais. A propaganda trabalha para dissimulá-la. É-nos dito sempre que a União Soviética está fazendo progressos econômicos e industriais e se tornando uma ditadura mais amena; a realidade, no entanto, é que simplesmente caminhou de crise em crise e se deparou com uma escassez crescente de alimentos como um tributo à sua incompetência. Os demais socialistas do mundo têm problemas semelhantes. O pequeno Estado socialista fabianista da Grã-Bretanha está naufragando intensamente nas consequências econômicas de suas próprias políticas, e outros Estados fabianistas enfrentam uma crescente crise

monetária e econômica. É impossível que o socialismo seja uma saída para o próprio socialismo; antes, é simplesmente a garantia de um beco sem saída econômico.

Em quarto lugar, o conflito civil perpétuo pode e irá levar à morte do Estado, e possivelmente da civilização. Destrói os recursos públicos e privados do Estado; o Estado socialista pode, por vezes, construir monumentos e edifícios, mas não perpetuar uma ordem social viva. Pode apenas destruir a ordem que toma para si ou que lhe é legada. Amiúde se afirma que é só quando está moribunda, que uma nação passa a erguer construções monumentais. Antes disso, sua preocupação é mais com a vida que com a exibição. Não podemos, pois, interpretar a predisposição do socialismo para construções monumentais como um signo de vida; é, antes, construção de lápides.

Em quinto lugar, o conflito civil perpétuo significa, de certo modo, uma violência ou força repressiva perpétuas. Por essa razão, o uso do terror não é só aceito, mas muitas vezes justificado e exaltado. O terror é defendido e endossado como necessário para a supressão dos inimigos do povo e para proteger o Estado da destruição. Jean-Paul Sartre, em sua *Crítica da razão dialética*, tratou do terror como “o próprio laço da fraternidade”. Transforma-se o terror num princípio moral e num requisito inevitável da história. Por conseguinte, “o terror total” é praticado como um quesito inevitável e necessário do socialismo científico. Uma brutalidade, barbarismo, selvageria e degenerescência inacreditáveis se tornam os produtos do socialismo científico.^[29] Assim, a guerra civil perpétua que o Estado socialista científico trava contra seu povo é também uma forma de *guerra total*. Aliás, é mais radical que a guerra total, no sentido de que esta se dá num período específico de hostilidades, ao passo que a guerra civil socialista e sua guerra total terrorista não tem fim. É uma ameaça perpétua ao povo, e, em graus variados, é praticada continuamente. Quanto mais o Estado se aproxima do socialismo, mais se aproxima do terror e da guerra civil totais. É esse aspecto de conflito perpétuo e total que fez com que socialistas como George Orwell, autor de *1984*, mover-se do socialismo em horror, sem crer realmente em nada mais. Não se trata de uma conversão, mas simplesmente uma repulsa de terror.

Essa situação, é claro, destrói a vontade de trabalhar e de viver desses povos submetidos. Esperança de fuga ou esperança de que o regime

socialista termine começam a enfraquecer, e o resultado é uma maior desaceleração na produção agrícola e industrial. Esse declínio na produtividade cria uma crise maior, e os líderes socialistas devem dar ao povo alguma razão para crer que há esperança para uma mudança, um “degelo”, no terror e opressão socialistas. Uma vaca, afinal de contas, por fim não dará leite, caso não seja alimentada; e assim às massas, como gado humano, dá-se forragem para torná-las mais uma vez produtivas. Seus sofrimentos prévios são atribuídos a maus subordinados, a administradores incompetentes. Stálin, por exemplo, atribuiu a culpa em funcionários menores que supostamente estavam muito ansiosos para alcançar o socialismo perfeito da noite para o dia. Ao lidar com a coletivização forçada das fazendas, Stálin, com declaração no *Pravda* de 3 de abril de 1930, afirmou que a política era “voluntária”, mas infelizmente alguns oficiais estavam se valendo de ameaças e pressão. ^[30]

Foi *após* essa declaração que milhões morreram de inanição por terem resistido à coletivização; Stálin, no entanto, tinha se livrado publicamente da responsabilidade e encorajado os que eram hostis a essa política a sentirem-se mais livres para tomar uma posição. Khrushchov também prometeu um “desgelo”, e em seguida iniciou o terror brutal na Hungria e o maior terror, que ainda se encontra em andamento, contra os cristãos.

Os propósitos desses breves degelos e respiradouros são estratégicos: servem para dar a uma população desesperada a esperança de uma mudança. Este, portanto, é simplesmente um *sexto* aspecto da guerra civil do socialismo. O degelo cria um desvio da política socialista, apenas com o propósito de reforçá-la.

Isso aponta claramente para um *sétimo* aspecto da guerra civil perpétua do socialismo: a verdade é, em todas as épocas, a principal vítima. Visto que não há verdade à parte do Estado socialista científico, qualquer dispositivo, qualquer mentira, qualquer estratégia que promover o experimento socialista é válido. A mentira é dita para iludir as massas e o inimigo; o discurso tem como propósito não a comunicação da verdade, mas a utilidade à ditadura do proletariado como uma arma de guerra. A semântica, portanto, torna-se uma preocupação maior do socialismo. A linguagem deve ser usada; é uma arma magnífica. Certas palavras têm sentidos poderosos para muitos homens, e um dos meios de usar suas

mentes contra eles próprios é abusar de palavras que têm um sentido particular para eles. É ilusão esperar que a linguagem tenha, para um socialista, o mesmo conteúdo que tem para um cristão. Para o socialista, a linguagem é instrumental; é uma ferramenta da revolução. Em vez de representar um meio de comunicar uma ordem objetiva da verdade, a linguagem é basicamente um instrumento de poder. Para o Estado socialista, deixar de usar a linguagem como instrumento de poder é ser culpado de sentimentos e ilusões burgueses.

Este é, portanto, o curso de ação, o conflito civil perpétuo, exigido pelo Estado socialista científico para manter suas ilusões de infalibilidade. Esse conflito civil perpétuo é uma consequência de seu afastamento em relação a Deus, assim como de seu socialismo. É um curso suicida, um bem descrito por nosso Senhor há muito tempo, quando declarou: “Mas o que peca contra mim violenta a própria alma. Todos os que me aborrecem amam a morte” (Provérbios 8.36).

30. Política e educação

Nos primeiros meses de 1967, estudantes em Berkeley manifestaram-se contra a possibilidade de uma mensalidade, e uma frase excelente foi cunhada por alguns dos manifestantes: *Mantenham a política fora da educação*. É tempo de pensar seriamente sobre esse princípio. Precisamos manter a política fora da educação. O Estado não possui o direito de governar as escolas, assim como não possui o direito de governar as igrejas, e não tem mais fundamentos para financiar a educação do que tem para financiar igrejas. O que precisamos urgentemente é o *disestablishment*^[31] das escolas — a separação da escola e o Estado.

A educação não é função do Estado; é função dos educadores. Um advogado, barbeiro, ministro, geólogo de petróleo ou pecuarista — todos agem sem o benefício de qualquer subsídio de alguma agência do governo civil. Eles sobrevivem porque, primeiro, seus serviços são necessários, e, em segundo lugar, porque seus serviços são melhores do que aqueles dos seus competidores. Um subsídio destrói a qualidade; ele impede que os fracassos num campo de atividade paguem pelo preço do fracasso, que abandonem o negócio. Visto que o subsídio permite que um fracasso continue, ele sustenta a incompetência viva e a torna pelo menos igual à competência.

Certamente, a educação é necessária para a sociedade, mas igrejas também são muito necessárias, assim como médicos, advogados, mecânicos e muitas profissões e ofícios. A necessidade qualifica-os, pois, para o recebimento de um subsídio? Um subsídio é uma forma de *establishment*,^[32] é também uma forma de aprisionamento. Sempre e onde quer que um governo civil financie qualquer tipo de atividade, ele tem o direito legal e moral de controlar essa atividade. Se o Estado financia as igrejas, ele tem o direito de controlar as igrejas. Se o Estado financia as escolas, faculdades e universidades, ele tem o direito e o dever de controlá-las.

Alguns objetarão, contudo, que nem todos podem pagar pela educação. A resposta é que antes do Estado começar a financiar a educação nos Estados Unidos, todas as crianças americanas eram educadas. Os filhos

dos pobres e dos imigrantes eram educados por sociedades missionárias educacionais. Além disso, é um engano pensar que não pagamos pela educação quando esta é custeada pelo Estado. Não só pagamos, mas pagamos mais. Recentemente, duas escolas foram construídas em uma comunidade, para um número quase igual de crianças, mas o custo da escola cristã era metade daquele da escola estadual e oferecia uma educação de maior qualidade. Deve-se também acrescentar que a carga tributária educacional sobre o pobre é bem mais pesada do que mensalidade de qualquer escola cristã; ele paga esse imposto direta ou indiretamente, quase a cada momento do dia.

A educação custeada pelo Estado é uma educação totalitária. A essência do totalitarismo é simplesmente esta: ele afirma que o Estado tem todas as respostas para a vida, e que praticamente toda esfera da atividade humana deve ser governada pelo Estado. O totalitário crê que a educação, a economia e o comércio, a família, o bem-estar da criança e do idoso, a medicina, a ciência e tudo o mais precisa da mão controladora e orientadora do Estado. Há diferentes tipos de totalitarismo — marxista, democrático, fascista, fabiano e assim por diante — mas suas diferenças não são essenciais, ao passo que suas correspondências o são. Comum a todas as formas de totalitarismo é a crença no controle da educação pelo Estado. Desde o projeto de Platão para um Estado comunista até os dias de hoje, o planejamento totalitário tem investido de forma pesada sobre o controle da educação.

O libertarianismo cristão é hostil à política na educação. Ele também não é a favor da igreja na educação. A escola, sob Deus, é uma agência tão livre quanto a igreja e o Estado. Nem a igreja nem o Estado têm qualquer direito de controlar o outro, nem possuem qualquer direito de controlar a família, a economia, a cultura, a arte ou qualquer outra esfera de atividade humana. Nenhuma instituição tem o direito de fazer o papel de deus e de guardião de todas as outras instituições na sociedade. A reivindicação desse direito por qualquer instituição se configura como totalitarismo. A família não pertence à igreja nem ao Estado; ela é uma instituição separada, estando diretamente sob a autoridade de Deus. Da mesma forma, a escola tem o direito a uma existência livre e separada. Ela é um reino independente, com uma função marcadamente diferente daquela da igreja e do Estado.

A função da escola e do professor é ensinar, educar. Se o Estado ou a igreja controla a escola, então torna-se função da escola servir aos propósitos do Estado ou da igreja. A propaganda passa a governar a educação. Em vez de servir à função primária da escola ou da faculdade, o professor serve então ao propósito primário do Estado ou igreja controladores. Além disso, a qualidade da escola declina, pois a escola nesse caso existe por meio de um subsídio de outra instituição, não por estar fazendo um trabalho bem-sucedido.

Uma escola verdadeira bem-sucedida é aquela cujos propósitos e ensinamentos agradam tão fortemente certo grupo de pessoas, que elas voluntariamente a apoiam, pagam as mensalidades para matricularem-se nela, e julgam que sua existência é importante o suficiente para promovê-la.

Sob o sistema de escolas livres — escolas não subsidiadas — algumas escolas ensinarão com base na fé cristã, outras, com base no humanismo, mas cada escola dependerá de seus méritos e do apoio popular para manter-se em funcionamento. Essa é exatamente a forma como as igrejas sobrevivem, e não nos faltam igrejas. É assim também que o negócio sobrevive, atendendo à demanda pública com um produto superior que venda facilmente.

A educação não estatal hoje é o movimento social que mais cresce na América. Todo o ano mais e mais escolas cristãs e privadas estão sendo estabelecidas, e muitas têm longas listas de espera. Essas escolas não representam apenas as classes mais ricas. Uma das melhores escolas que visitei havia se estabelecido numa pequena cidade, e a maioria das crianças eram de famílias que trabalhavam em moinhos, quase todas com rendas muito modestas. Essas escolas estavam sendo estabelecidas porque os pais estavam exigindo uma educação que satisfizesse seus requerimentos, e não os do Estado. Hoje entre 25% e 30% de todas as crianças do ensino fundamental não estão em escolas públicas; elas estão em escolas privadas, paroquiais e cristãs. E 10% de todos os estudantes do ensino médio nos Estados Unidos também estão em escolas não estatais. E a percentagem está crescendo rapidamente. Essa é a maior revolução social dos nossos dias, e todavia os jornais raramente a mencionam. Desde 1950, o cenário educacional tem visto um grande deslocamento da educação estatal no ensino fundamental e médio, mas poucos estão cientes desse fato

revolucionário. No ritmo atual de crescimento, até o final do século a escola pública terá sumido e a escola independente tê-la-á substituído.

O slogan: *Mantenham a política fora da educação* é ao mesmo tempo bom e necessário. A educação precisa de liberdade para sobreviver. O mundo acadêmico tem também sido há muito tempo um refúgio para excêntricos que prosperam num mundo subsidiado. O professor mediano de hoje não é um *scholar*. Ele está disposto a fazer uma pesquisa apenas se lhe for necessária para uma promoção. Tão logo se torna um professor titular e efetivo, desinteressa-se em aprender, pois o seu mundo é um lugar melhor para se esconder *da* educação do que um lugar *para* a educação. Poucos professores são professores aceitáveis; eles não estão suficientemente interessados no ensino ou na erudição para além do pouco que se requer atualmente deles. Karl Jaspers, um filósofo existencialista e professor universitário, admitiu que a universidade moderna é basicamente anti-intelectual e hostil à excelência. Sendo ela o refúgio de homens medíocres, Jaspers afirma, “a excelência é instintivamente excluída por medo de competição”.^[33]

Nas ciências, embora incontáveis milhões de dólares sejam despejados anualmente nas escolas de pós-graduação e nos centros universitários de pesquisa, os resultados são muito pobres. Os avanços essenciais em pesquisas procedem de laboratórios particulares, de homens que devem produzir com base no mercado. A ciência tem um maior avanço não com subsídios, mas sob competição e sob a necessidade de produzir com base no lucro.

A educação subsidiada é produtiva não de acordo com as necessidades do mundo em geral, mas sim em relação às exigências dos políticos. A escola é adaptada às necessidades do Estado, e não de uma perspectiva de um mundo de trabalho. O resultado é uma incompetência crescente na educação pública. Quanto mais a educação se desenvolve com base em seus propósitos orientados pelo Estado, mais incompetente ela se torna. Quando a política governa a educação, é a política que ganha, e a educação torna-se a perdedora. A educação tem declinado progressivamente à medida que o controle político sobre ela tem aumentado. Dessa forma, o *National Fifth Reader*^[34] da década de 1850 estava tão à frente do *McGuffey Fifth Reader* que não havia comparação, e agora temos muitos que olham para trás, para o *McGuffey*, como sendo superior às capacidades dos leitores

atuais. O declínio é real, pois a escola está ajustada à política, não à educação, e, nos próximos anos, o declínio somente agravar-se-á mais rapidamente.

As escolas independentes estão ganhando terreno velozmente porque elas oferecem educação superior. Em vez de melhorar a qualidade da educação que oferecem, alguns educadores do Estado têm expressado a opinião que escolas independentes deveriam ser declaradas ilegais ou assumidas pelo Estado. Esta é a resposta totalitária aos problemas: proíba a concorrência. Em 1935, no caso de Oregon, a Suprema Corte dos Estados Unidos prescreveu: “A teoria fundamental da liberdade sobre a qual todos os governos na União se assentam exclui qualquer poder geral do Estado para padronizar suas crianças, forçando-os a aceitar instrução apenas de professores da rede pública”; em outras palavras, a educação independente é essencial para a liberdade humana. Mas John L. Childs, professor emérito da *Columbia Teachers College*, questionou esse direito alguns anos depois, dizendo: “A menos que as práticas educacionais da igreja que se presume terem sido sancionadas por aquela decisão histórica da Suprema Corte sejam revistas e reexaminadas, o futuro da escola comum não é promissor”. Contra essa atitude, devemos insistir firmemente: *Mantenham a política fora da educação*; defendamos a separação do Estado e a escola.

31. Planejamento para a escassez

E. Parmalee Prentice, um célebre autor americano, escreveu dois importantes trabalhos sobre a questão da fome: *Farming for Famine* [Cultivar para a escassez], escrito em 1936, e *Hunger and History* [Fome e história], de 1939, dão-nos um quadro vívido do impacto terrível da escassez sobre a vida da humanidade. Ao longo das obras, ele apresenta o horror secular da morte por inanição, de pessoas comendo cascas de árvore, recorrendo ao canibalismo e devorando seus próprios filhos, e ainda assim morrendo a dezenas de milhares ou mesmo milhões. Isso foi comum por eras, estendendo-se bem até ao século XVIII.

O mundo, à época, era escassamente populado. Não havia falta de terra ou espaço para cultivo, mas as pessoas viviam miseravelmente a maior parte do tempo. A fome assolava todos os continentes, e a escassez era habitual. Durante apenas um século, Prentice listou quinze períodos de escassez na Inglaterra e outras mais na Escócia e Irlanda. Esses eventos eram acompanhados dos horrores usuais: pessoas se alimentando de cascas de árvores, de ervas, voltando-se para o canibalismo e morrendo por todas as partes. Durante o reinado de Eduardo I, um período de três anos de penúria fez com que as igrejas ficassem sem vinho para a comunhão.

Na China, ao longo dos séculos, a escassez foi parte da vida do povo e parcela normal na taxa de moralidade. Na Europa, antes de início do século XIX, a mesma coisa se aplicava: a escassez era uma das maiores causas de morte e fazia parte normalmente da vida.

Uma parte que não conheceu a escassez foram os Estados Unidos. Após os primeiros anos da colonização, a América, ao invés de fome e escassez, testemunhou abundância de fome e um padrão de alimentação desconhecido pela realeza dos tempos antigos. Uma das descrições vívidas da vida rural vem de *A autobiografia de Mark Twain*. Ao escrever sobre sua infância, Mark Twain dizia: Era um lugar celestial para um menino, aquela fazenda de meu Tio John. A casa era de troncos duplos, com um pavimento espaçoso (coberto por telhado) ligando-o à cozinha. No verão, a mesa era posta no meio daquele espaço sombreado e arejado, e as refeições suntuosas — bem, sua lembrança leva-me às lágrimas. Frango frito, leitão assado; perus silvestres e domésticos, patos e gansos; carne de veado recém-abatido; esquilos, coelhos, faisões, perdizes,

frangos dos prados; biscoitos, bolos quentes, bolos quentes de trigo-sarraceno, *succotash*, feijão-favona, vagem, tomates, ervilhas, docinho de batata irlandês, batatas-doces; leiteado, leite adocicado, coalhada; melancias, melões e meloas — tudo fresco do jardim; torta de maçã, torta de pêssego, torta de abóbora, bolos de maçã, *cobbler* de pêssego — não sou capaz de lembrar o restante. O modo que as coisas eram cozidas era talvez o principal esplendor...

Antes de deixar de lado a descrição de Mark Twain dizendo que a América era então jovem, rica e subpopulada, lembremos que antes que os europeus se estabelecessem na América, os nativos, que talvez eram no máximo 300.000 pessoas ao longo de todo o continente, passavam fome regularmente. A escassez era parte normal da vida dos nativos, e o motivo não era a superpopulação. De fato, esse mito da superpopulação nada tem a ver com a questão do alimento e de seu fornecimento. Era após era, as pessoas em terras com populações pequenas e solo rico sofreram privações até morrerem, e de igual modo muitas outras viveram ricamente em áreas densamente populadas.

Tanto Prentice quanto Cornelius Walford assinalaram que as causas essenciais para a escassez não são aquelas que habitualmente levamos em conta, mas, antes, a “loucura e ignorância humanas”. Tempestades e secas são uma parte normal da existência humana; a natureza impõe um conjunto de circunstâncias à vida humana, e o homem pode proteger-se, num grau considerável, de desastres naturais. Ademais, os desastres naturais tendem a ser locais, confinados a uma área em particular, não se alastrando por toda parte. Um ciclone atinge uma região particular, não toda a nação. As causas essenciais da escassez são humanas, e o grande problema do homem é proteger-se de si mesmo. Ora, de acordo com Walford e Prentice, há quatro causas importantes da escassez: 1. O impedimento do cultivo ou a destruição deliberada das plantações;

2. A agricultura ineficiente ocasionada pelo controle comunista da terra;
3. A interferência governamental pela regulamentação ou tributação;
4. Restrições de moeda, incluindo sua desvalorização.

Esses quatro fatores equivalem a uma só coisa: *socialismo*. Uma das maiores consequências do socialismo é o caos agrícola e a escassez. A velha Rússia era o celeiro da Europa. Desde que se tornou comunista, passou por muitos períodos de grave carestia e por um problema agrícola crônico.

Os Estados Unidos, nos tempos de Mark Twain, era um país livre e sua produção de alimentos era invejada pelo restante do mundo. Grande parte das terras no mundo tem um solo rico, mas poucas partes têm homens livres para fazer uso desse mesmo solo. Temos estocado alimentos produzidos na América para doação, ao mesmo tempo em que importamos esses mesmos alimentos de fora do país. Os Estados Unidos é hoje o segundo maior importador do mundo de *commodities* agrícolas, atrás somente da Grã-Bretanha. Importamos os bens mesmos que o governo federal declara que estão em superprodução, porque temos falta deles. Controles nos levam ao caos econômico, e alguns desses funcionários federais começam a falar das possibilidades da escassez de alimentos e fome.

No último século, quando Europa, junto à América, passaram a libertar suas economias dos controles estatais, desfrutou um século livre de escassez, embora sua população em certas áreas mais que dobraram. Juntos, Europa e Estados Unidos, estabeleceram, por todo o mundo, um padrão de autonomia e segurança econômica na liberdade, e todos os continentes começaram a experimentar um grau de vitória sobre a antiga maldição da fome. Ao longo de todo o mundo, houve crescimento dos povos livres e o aumento oferta de alimento. Foram agricultores livres que possibilitaram um novo aumento do bem-estar humano.

Contudo, no século XX, o socialismo ofereceu um suposto atalho para o paraíso na terra — os controles estatistas. Conforme a maré se voltava para o socialismo, a escassez também começava a retornar. Quanto mais severo o socialismo, mais severa a escassez. Ao invés de culpar o socialismo pela fome e escassez, os socialistas começam a criar justificativas. A superpopulação é um mito criado por esses estatistas para escusar seu crescente fracasso em alimentar as pessoas. Mas os nativos americanos, como vimos, passavam fome regularmente antes da chegada dos brancos. Comumente, eles recorriam ao canibalismo; aliás, a própria palavra *canibalismo* vem do nome dos nativos caribenhos do Haiti, com os

quais Colombo se deparou. Falava-se do canibalismo dos caribenhos como uma prática local, de modo que o termo *caribenho* gradualmente se alterou para o *canibal*. As tribos nativas não tinham liberdade; o tribalismo, em suas várias formas, era um tipo de comunismo primitivo. Mesmo as tribos mais livres, nas quais a propriedade privada tinha certa proeminência, careciam da liberdade que é necessária para a iniciativa. Por conseguinte, os nativos padeciam fome regularmente num rico continente.

Mas os colonizadores brancos superpopularam a América, se comparamos à população indígena, e viviam em abundância. A diferença era a liberdade, a fé e o trabalho duro. Pelo suor de seu rosto, os colonizadores tornaram a terra produtiva e rica. Eles fizeram da América sinônimo de liberdade e prosperidade nas mentes de todos os povos da terra.

Ora, contudo, supostamente vamos superar todos os problemas humanos por meio de leis, regulamentos e botões. De fato, o ex-Secretário da Agricultura, Orville L. Freeman, previu que teríamos “agricultura por satélites”. Por volta do ano 2000, satélites espaciais darão aos fazendeiros as informações básicas para o cultivo. De acordo com Freeman, “embora os fazendeiros do amanhã estudem em seus escritórios com ar-condicionado, por fim livres da labuta física e da ansiedade ocupacional, que lhe são tão tradicionais; o Secretário da Agricultura senta-se com uma tranquilidade inusual em sua mesa em Washington, e esses satélites brilhantes, equipados com os instrumentos de sensoriamento remoto, estão fornecendo as informações necessárias para tomar decisões centrais”. Freeman, numa palestra para a convenção da National Association of Science Teachers [Associação Nacional dos Professores de Ciência], disse: “as informações reunidas por todo mundo serão transmitidas a computadores para análises e uso imediato. Os solos do mundo terão de ser catalogados e cada safra será cultivada no melhor solo apropriado ou no solo quimicamente modificado para a máxima produtividade... Por meio das informações reunidas pelos satélites, o governo será capaz de realizar previsões precisas para guiar o mercado e a distribuição de produtos agrícolas para evitar o desperdício, a escassez local e os excedentes”.^[35] O que Freeman está dizendo de fato é que o governo federal, usando satélites, irá analisar, controlar e determinar toda a agricultura em conformidade com um plano geral. Isto, evidentemente, não é liberdade: é socialismo. E é planejamento para a escassez, porque

nada produzirá o caos agrícola mais rapidamente que esse planejamento central. A América por muito tempo desconheceu a escassez. Desde os primórdios da colonização, não se a viu nestas plagas. Mas a fome pode novamente, e em breve, adentrar nossa história, caso continuemos nosso planejamento para a escassez.

32. A pulsão de morte

No meu livro *Freud*, analisei as teorias do fundador da psicanálise e expressei minha discordância radical com elas. Em certo ponto, Sigmund Freud disse algo com o qual é possível concordarmos. Ele tratou de forças motrizes fundamentais no homem: a pulsão de morte e a pulsão de vida. Ele entendia que, dentre essas duas, a mais intensa e fundamental era a pulsão de morte, um ímpeto suicida que governa o inconsciente dos seres humanos. Albert William Levi, comentando a pensamento de Freud, concluiu: “Somos, pois, compelidos a dizer que a finalidade de toda vida é a morte”.^[36]

Nossa concordância com isso, é claro, é limitada. Para um cristão, visto que Jesus Cristo é o novo caminho da vida dentro de si, seu impulso básico é viver, viver retamente sob Deus. Quanto mais cresce na graça, mais fortemente se desenvolverá sua pulsão de vida. O cristão vigoroso será governado não apenas por uma pulsão de vida, mas por uma pulsão de vitória. O salmista declarou: “Não morrerei; antes, viverei e contarei as obras do Senhor” (Salmos 118.17). São João declarou que “todo o que é nascido de Deus vence o mundo; e esta é a vitória que vence o mundo: a nossa fé” (1 João 5.4).

Quando os homens não têm fé, são governados por uma pulsão de morte esmagadora, embora inconsciente. Em *The Urge to Mass Destruction* [O impulso de destruição em massa], estudo que, numa perspectiva cristã, mostra-se deficiente em certos pontos, embora seja ainda bem relevante, o psicólogo Samuel J. Warner analisa o fenômeno descrito no título. Em sua compulsão para a destruição em massa, a pulsão de morte individual busca carregar todos os homens em seu curso suicida. Warner cita “dois fatores dinâmicos centrais” que convergem nas origens desse impulso de destruição em massa: *primeiramente*, “o anseio por poder individual”, pela pura afirmação amoral do ego, e, *em segundo lugar*, “o ímpeto de vingança”. Nessa pulsão de morte, o relativismo e o niilismo são essenciais. Em resposta à questão: “Em que o niilista acredita?”, Nietzsche escreveu em seu *Vontade de potência*: “O niilismo é... a crença de que tudo que existe

deve perecer”. Além disso, ele declarou: “O niilismo consumado é a convicção de que a vida é absurda à luz dos valores mais elevados já descobertos”, e “a façanha do niilismo... é o suicídio”. Não deveríamos nos surpreender que os radicais de hoje, com seu relativismo e niilismo, exigem que, como indivíduos e como nação, sigamos um curso deliberado de suicídio. Visto que eles próprios são governados por uma pulsão de morte, é, para eles, o único curso lógico de ação.

Warner fala da necessidade de se entender a “mais maligna perversão da reflexão humana. Partimos de uma concepção do pensamento humano na qual o *ódio a tudo que vive* é um sentimento central e subjacente, o *poder individual* é um desejo saliente e *a vingança contra tudo que vive* é um fator predominante”. Em outras palavras, esses zumbis, esses mortos-vivos, odeiam os vivos com toda a veemência de suas almas corruptas e malignas. Eles dedicam suas vidas à destruição de toda vida e desejam que todas as coisas pereçam.

Para um homem governado pela pulsão de morte, diz Warner, é “mais importante derrotar outros que vencer”. Essa pessoa inveja o sucesso alheio, odeia-as por isso, mas teme o sucesso ao mesmo tempo em que o evita; ela deseja a derrota e o fracasso. Encontra prazer na infelicidade e na miséria, na derrota e na ansiedade. De fato, afirma Warner, “*a vitória por meio da derrota* pode de fato tornar-se a forma mais segura da vitória”. Esse tipo de pessoa pode conscientemente trabalhar pela vitória, mas inconscientemente buscar e abraçar a derrota. Como resultado, uma vez que tantos milhões de pessoas ao redor do mundo estão tomados por essa pulsão de morte, temos, portanto, uma condição mental nacional e internacional que é adequadamente descrita pelo título da obra de Warner, “o impulso de destruição em massa”. Temos hoje o que Warner chama “os esforços do homem para organizar a autodestruição em massa... para buscar um sepultamento em massa”. Ele reconhece que o ódio ao Deus das Escrituras é central a essa pulsão de morte. O ódio a Deus, podemos acrescentar, governa todos os homens que estão fora de Cristo. Uma vez que seu pecado fundamental é o esforço em tornar-se um Deus, ou determinar (ou conhecer) o bem e mal independentemente de Deus, os seres humanos veem em Deus um grande obstáculo em seu ímpeto por independência. Consequentemente, desejam a morte de Deus, e em suas mentes doentias imaginam que ele foi abolido e morto. Porém, sendo o homem uma criatura

de Deus, ele não pode desejar a morte de Deus, o fundamento de sua própria existência, sem com isso desejar sua própria morte. Todo ateísmo está, portanto, relacionado a essa pulsão de morte.

As respostas que Warner dá a esse problema do impulso de destruição em massa são não-cristãs e portanto falaciosas, embora sua análise seja excelente e uma grande contribuição.

Temos, por toda parte, esse impulso. Governa homens na sua vida política, conforme traçam um curso suicida no que toca às políticas externas. Temos em nossas vidas pessoais, e vários indivíduos, quando estão no banco do motorista, conduzem de modo aparentemente suicida. Temos essa pulsão de morte na juventude rebelde, que testa deliberadamente a morte na forma da desordem e das drogas e chamam essa sua cegueira de “viver”. Temos essa pulsão de morte na educação, pela qual valores testados são abandonados por caminhos ligados às crescentes ignorância e loucura; e temos esse impulso na vida familiar, quando o exercício frouxo e negligente da autoridade por parte dos pais se dissolve no seio da família.

A taxa de suicídios, ademais, está aumentando rapidamente — muito mais que as estatísticas indicam. Em quase todas as comunidades, apenas os casos mais óbvios são listados como suicídios. A fim de evitar desonra pública ou problemas religiosos para a família, o relatório habitual esconde o fato do suicídio.

No entanto, atualmente o suicídio é a segunda causa das mortes entre estudantes universitários e a terceira causa entre adolescentes de 15 a 19 anos.^[37] As razões apresentadas pelos suicidas em seus bilhetes são particularmente relevantes: no caso, são uniformemente triviais. Idosos e jovens rotineiramente se matam pelas razões mais insignificantes e banais.

À vista disso, é óbvio que suas razões registradas não são as razões verdadeiras. Sendo pecadores, são guiados pela culpa; e pessoas guiadas pela culpa são orientadas por uma pulsão de morte. Por conseguinte, quase todo pretexto os impulsionará ao suicídio, porque já o são continuamente em seu interior.

Mas aqueles que não cometem aberta e nitidamente o suicídio não são menos levados pela pulsão de morte. Eles exigem cursos de ação, pessoal e nacionalmente, que podem levar apenas à destruição em massa, ao

suicídio em massa. São dominados por uma paixão em envolver os demais e o próprio mundo em seu mergulho de cabeça à destruição.

Eles exigem a morte em cada área como sendo sua verdadeira moralidade. Favorecem um curso de suicídio político e militar. São favoráveis a desarmamento moral, espiritual, econômico e militar como seu caminho mais rápido para a morte.

Esse impulso para a destruição em massa também se faz presente na reivindicação do aborto. É significativo que as eras na história que favoreceram o aborto foram também os grandes períodos de altas taxas de suicídio. Ambos caminham juntos e representam um ódio à vida. Joshua Lederberg, professor de genética na Universidade de Stanford, afirmou, em apoio ao aborto: “Não podemos insistir nos direitos absolutos à vida de um pedaço de tecido simplesmente porque guarda semelhança com a humanidade”. O próximo passo, é claro, será negar a qualquer um o direito à vida. Se a ciência tem o direito de tirar a vida anterior ao nascimento, terá direito de tomá-la depois do nascimento, já que terá se tornado o juiz sobre a vida.

Não apenas suicídio e aborto caminham juntos, mas as mesmas pessoas que demandam o direito ao aborto, o direito a matar a vida pré-natal, afirmam-se também contrários à pena capital. Não é surpresa: se defendem o assassinato por meio do aborto, por que punir assassinos já crescidos com a pena de morte? Eles afirmam ser a favor da vida, mas na verdade exigem a liberdade para a pulsão de morte.

Jesus Cristo, falando como a Sabedoria, declarou que “o que peca contra mim violenta a própria alma. Todos os que me aborrecem amam a morte” ([Pv 8.36](#)). Esse amor à morte e essa pulsão de morte são as consequências da apostasia do homem em relação a Deus. Conforme Deus disse a Israel: “A tua ruína, ó Israel, vem de ti, e só de mim, o teu socorro” (Os 13.9). O ser humano traz juízo e morte para si mesmo com sua apostasia. Os pecadores, de acordo com São Paulo, são “caluniadores, aborrecidos de Deus, insolentes, soberbos, presunçosos, inventores de males, desobedientes aos pais, insensatos, pérfidos, sem afeição natural e sem misericórdia. Ora, conhecendo eles a sentença de Deus, de que são passíveis de morte os que tais coisas praticam, não somente as fazem, mas também aprovam os que assim procedem” (Rm 1.30-32).

O único antídoto a essa pulsão de morte é Jesus Cristo, que declarou: “Eu sou a ressurreição e a vida” (João 11.25), em quem encontramos novidade de vida e pulsão de vida. Nele, nosso ser, de suas fontes mais recônditas, é governado pela vida e pela retidão e ressurreição de Jesus Cristo. A pulsão de morte é então destruída, e a pulsão de vida recebe, pois, uma direção.

-
- [1] Paulo Freire, *Pedagogia da autonomia – Saberes necessários à prática educativa*, Coleção Leitura (São Paulo, Brasil: Paz e Terra, 1997).
- [2] Josep Maria Puig, *A construção da personalidade moral*, tradução Luizete Barros e Rafael Alcarraz (Editora Ática, SP: 1998), p. 45, fazendo referência a Piaget, em *Los Procedimientos de la Educación Moral, La Nueva Educación Moral* (Losada, Buenos Ayres: 1967).
- [3] Ibid., p. 46, fazendo referência a Dewey, *Moral Principles in Education* (Leffer&Simons: Londres/Amsterdam, 1975).
- [4] Cornelius Castoriadis é considerado um “filósofo da autonomia”. Suas ideias estiveram muito presentes na revolução estudantil-trabalhista-anarquista que sacudiu a França em 1968.
- [5] Holgoni Soares, Prof. Ass. Depto. De Sociologia e Política – UFSM, “A importância da autonomia”, publicado no periódico *A Razão* em 25 de junho de 1998. Disponível em: <http://www.angelfire.com/sk/holgonsi/index.autonomia3.html>. Acesso em: 27 nov. 2019.
- [6] Joseph Fletcher, *Situation Ethics: The New Morality* (Louisville, Kentucky: Westminster John Knox Press, 1997 [1966]).
- [7] *Human Events*, 24 de setembro de 1966, 5.
- [2] Ibid., Goethe, *Tasso*, Act 2, Sc. 3.
- [1] Emory University and the Church, The Southeast Jurisdictional Council, The Methodist Church, Atlanta, Georgia, January 14, 1966.
- [1] Kurt E. Koch, *Between Christ and Satan* (Grand Rapids: Kregel Publications, 1961), 77.
- [2] Rose L. Martin, *Fabian Freeway: High Road to Socialism in the U.S.A. 1884-1966* (Boston: Western Islands, 1966), 95.
- [3] T. H. Robsjohn-Gibblings, *Mona Lisa's Mustache: A Dissection of Modern Art* (n.p.: Knopf, 1947), 13.
- [4] Ibid., 15.
- [5] Citado de T. H. Robsjohn-Gibblings, *View*, 175.
- [6] Friedrich Nietzsche, *Assim falou Zaratustra* (São Paulo: Companhia das Letras, 2018), Segunda Parte. Ênfase no original. Tradução, notas e posfácio de Paulo César de Souza.
- [7] Ibid.
- [1] Alex L. Peterman, *Elements of Civil Government* (New York: American Book Company, 1891, 1903), 5.
- [2] Ibid., 18.
- [3] Ibid., 19.
- [4] Ibid., 18.
- [1] *The Wall Street Journal*, Tuesday, November 29, 1966, “What’s News”, 1.
- [2] Howard B. Rand, *Digest of the Divine Law* (Merrimac, MA: Destiny Publishers, [1943] 1959), 107.
- [3] Roger Sherman Galer, *Old Testament Law for Bible Students* (New York: Macmillan, 1922), 77-113.
- [8] Carle C. Zimmerman and Lucius F. Cervantes, *Marriage and the Family* (Chicago: Regnery, 1956), 525.
- [2] Ibid., 598
- [1] Eugen Rosenstock-Huussy, *Out of Revolution: An Autobiography of Western Man* (New York: William Morrow, 1938), 270.
- [2] Ibid., 271.
- [9] *A Cidade de Deus*, volume 1 (Livro I a VIII), 2ª edição (Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1996), p. 364. Tradução, prefácio, nota biográfica e transcrições de J. Dias Pereira.
- [10] Ibid., p. 383.
- [11] Lotta v. Wiley (1905) 92SW433, 437 (Neil, J).
- [12] State v. Ramirez (1921) 34 Idaho 623, 636, 203P279, 29ALR297 Budge, J.
- [1] William Hamilton, “The Death of God Theology”, *The Christian Scholar*, Spring, 1965, XLVIII, 1.
- [13] *The Conquest of Power*, vol. I, p. 71.
- [14] Edward S. Corwin, *The “Higher Law” Background of the American Constitutional Law*, 1928 (Ithaca: Cornell, 1955).
- [15] Essas conclusões acima acerca do comunismo e sua relação com o totalitarismo podem parecer-nos óbvias, quando não defasadas. Ressalte-se, porém, que Rushdoony escrevia então num momento em que o público americano (e mesmo ocidental) pouco sabia sobre o funcionamento e administração internas ou sobre os horrores políticos que se passavam na antiga União Soviética. [N. do T.]
- [2] Hermann Raschhofer, *Political Assassination* (Tubenjen: Fritz Schlichtenmayer, 1964).
- [16] Em várias de suas obras, Rushdoony utiliza o termo inglês “environmentalism”, aqui traduzido por “ambientalismo”, como referência à crença humanista de que o homem é determinado (e não somente influenciado) por seu meio físico, social e cultural, de maneira que o pecado, a imperfeição e a transgressão, tendo origem imanente e externa ao homem,

são aniquilados e portanto resolvidos tão logo o homem altere seu ambiente. Segundo o autor, a crença no ambientalismo é o que leva o Estado a apossar-se da arquitetura, planejamento e engenharia sociais, numa clara rebeldia e rivalidade à soberania e predestinação do Criador. Desse modo, o que habitualmente chamamos de “ambientalismo”, isto é, a apreciação idolátrica da “natureza” (fauna e flora) como um domínio incólume, impoluto e autosubsistente, seria, no entendimento de Rushdoony, apenas uma das versões (e talvez a mais recente) do “ambientalismo” humanista que vê o mundo como uma instância autônoma operando à parte de Deus e como um domínio que, diferentemente do ensino bíblico, não se encontra, segundo a ordenação divina, sob o domínio do homem nem conspurcada pelo pecado original dos primeiros pais. [N. do T.]

[17] Ver David Shub, [Lenin](#) (New York: Mentor, 1950).

[18] Versão em português disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/lenin/1917/10/14.htm>. As referências posteriores ao artigo de Lênin foram retiradas dessa versão em português [N. do T.]

[19] Trata-se, na verdade, de uma citação direta dos versos de um poema de N. A. Nekrássov. [N. do T.]

[2] “[Advice from an Outsider](#)”, Lenin, *Collected Works* II (New York, International Publishers, 1932), 97-98.

[20] Jack Anderson, “Let’s Kick Relatives Off Congressional Payrolls”, *Parade*, February 19, 1967, 6 s.

[21] James Bryant Conant, [Education in a Divided World](#) (Cambridge, MA: Harvard University Press)

[22] Edmund Wilson, [Eight Essays](#) (Garden City, NY: Doubleday Anchor Books, 1954), 127.

[23] Thomas P. Whitney, ed., [The Communist Blueprint for the Future: The Complete Texts of All Four Communist Manifestos 1844-1961](#) (New York: Dutton, 1962), 68.

[24] Ibid., 69-73.

[25] Ibid., 68.

[26] Ibid., 69.

[27] S. I. Hayakawa, “[How Words Change Our Lives](#),” *Saturday Evening Post*, December 27, 1958.

[28] *Oakland Tribune*, “China Hit by Outbreak of Pestilence”, Friday, March 24, 1967, 1.

[29] Veja Albert Kalme, [Total Terror: an Expose of Genocide in the Baltics](#) (New York: Appleton-Century-Crofts, 1951); e Harold H. Martinson, [Red Dragon Over China](#) (Minneapolis: Augsburg, 1956).

[30] W. R. Werner, ed., [Stalin Kampf: Joseph Stalin's Credo, Written by Himself](#) (New York: Howell, Soskin and Company, 1940), 252-257.

[31] Veja nota abaixo. [N. do R.]

[32] O termo *establishment*, já amplamente utilizado nos círculos acadêmicos e mesmo jornalísticos, não oferece a possibilidade de aportuguesamento, visto que expressa um conceito diferente do falso cognato “estabelecimento”. Segundo o *Dicionário de usos do Português do Brasil* (2002), *establishment* é “a ordem ideológica, econômica, política e legal que constitui uma sociedade ou um Estado”. E é nesta última acepção que Rushdoony se refere quando utiliza o termo. [N. do T.]

[33] Karl Jaspers, *The Idea of the University*, p. 71.

[34] Livro didático fornecido às escolas estatais em fins do século XIX, para uso das aulas de literatura, e que continha, dentre outras coisas, exercícios de declamação de poesia, de interpretação de texto e de leitura. O *McGuffey Fifth Reader*, por sua vez, cumpria a mesma função, com a diferença que era utilizado — e ainda o é — para escolas privadas e para o *homeschooling*. O ponto de Rushdoony é que pouco mais de um século foi o suficiente para que a educação estatal norte-americana se tornasse nitidamente precária, visto que, à época deste ensaio (1984), poucos eram capazes de atender o nível exigido por um livro didático que anteriormente fora tido como inferior. [N. do T.]

[35] “Coming Up — Farming By Satellite”, in Oakland, California, *Tribune*, Monday, March 20, 1967, ES9.

[36] Albert William Levi, *Philosophy and the Modern World*, 165.

[37] Bernard Gavzer, “[Suicide Increases Among Young](#)”, Oakland, California, *Tribune*, Wednesday, November 9, 1966, 24-A.

Table of Contents

[Prefácio à edição brasileira](#)

[Prefácio](#)

[1. Podemos legislar a moralidade?](#)

[2. A santidade da vida](#)

[3. Liberdade: limitada ou ilimitada?](#)

[4. A política da pornografia](#)

[5. Lei e natureza](#)

[6. A lei e o futuro](#)

[7. Lei e autoridade](#)

[8. Lei e caos](#)

[9. Lei e evolução](#)

[10. Lei e alquimia](#)

[11. Lei e liberdade acadêmica](#)

[12. Lei e magia](#)

[13. Lei e governo](#)

[14. Lei e propriedade](#)

[15. A família e a propriedade](#)

[16. A família e a herança](#)

[17. As funções da família](#)

[18. Os fundamentos da família](#)

[19. Justiça e common law](#)

[20. Terras sem justiça](#)

[21. A morte de Deus e a lei](#)

[22. O direito marxista](#)

[23. O absurdo da parentalidade hoje](#)

[24. Costumes e moralidade](#)

[25. O aniversário do comunismo](#)

[26. Nepotismo e o direito](#)

[27. A fuga em relação à vida](#)

[28. A fuga em relação ao conhecimento](#)

[29. Socialismo como guerra civil perpétua](#)

[30. Política e educação](#)

[31. Planejamento para a escassez](#)

32. A pulsão de morte

[1]

[2]

[3]

[4]

[5]

[6]

[7]

[1]

[2]

[5]

[3]

[8]

[9]

[10]

[11]

[12]